UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE – UERN
FACULDADE DE EDUCAÇÃO – FE
DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO – DE
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO – POSEDUC
LINHA DE PESQUISA: POLÍTICAS E GESTÃO DA EDUCAÇÃO

ANA MARIA DE OLIVEIRA CASTRO

UM ESTUDO SOBRE EVASÃO NO CURSO TÉCNICO DE NÍVEL MÉDIO SUBSEQUENTE EM MECÂNICA NO IFRN-*CAMPUS* MOSSORÓ

MOSSORÓ/RN
2017

ANA MARIA DE OLIVEIRA CASTRO

UM ESTUDO SOBRE EVASÃO NO CURSO TÉCNICO DE NÍVEL MÉDIO SUBSEQUENTE EM MECÂNICA NO IFRN- *CAMPUS* MOSSORÓ

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN), na Linha de Pesquisa em Políticas e Gestão da Educação, como parte dos requisitos para a obtenção do título de Mestre em Educação.

Orientadora: Professora Doutora Arilene Maria Soares de Medeiros.

Mossoró/RN
2017

© Todos os direitos estão reservados a Universidade do Estado do Rio Grande do Norte. O conteúdo desta obra é de inteira responsabilidade do(a) autor(a), sendo o mesmo, passível de sanções administrativas ou penais, caso sejam infringidas as leis que regulamentam a Propriedade Intelectual, respectivamente, Patentes: Lei n° 9.279/1996 e Direitos Autorais: Lei n° 9.610/1998. A mesma poderá servir de base literária para novas pesquisas, desde que a obra e seu(a) respectivo(a) autor(a) sejam devidamente citados e mencionados os seus créditos bibliográficos.

Catalogação da Publicação na Fonte.
Universidade do Estado do Rio Grande do Norte.

C355e Castro, Ana Maria de Oliveira
Um Estudo sobre evasão no Curso Técnico de Nível Médio Subsequente em Mecânica no IFRN- Campus Mossoró. / Ana Maria de Oliveira Castro. - Mossoró, 2017.
138p.

Orientador(a): Profa. Dra. Arilene Maria Soares de Medeiros.
Dissertação (Mestrado em Programa de Pós-graduação em Educação). Universidade do Estado do Rio Grande do Norte.

1. Evasão Escolar. 2. Educação Profissional. 3. Cursos Subsequentes. I. Medeiros, Arilene Maria Soares de. II. Universidade do Estado do Rio Grande do Norte. III. Título.

O serviço de Geração Automática de Ficha Catalográfica para Trabalhos de Conclusão de Curso (TCC´s) foi desenvolvido pela Diretoria de Informatização (DINF), sob orientação dos bibliotecários do SIB-UERN, para ser adaptado às necessidades da comunidade acadêmica UERN.

ANA MARIA DE OLIVEIRA CASTRO

UM ESTUDO SOBRE EVASÃO NO CURSO TÉCNICO DE NÍVEL MÉDIO SUBSEQUENTE EM MECÂNICA NO IFRN- *CAMPUS* MOSSORÓ

Esta dissertação foi julgada adequada para a obtenção do título de Mestre em Educação e aprovada em sua forma final pelo Orientador e pela Banca Examinadora.

Orientadora: _____
Profa. Dra. Arilene Maria Soares de Medeiros – UERN

Banca examinadora:

_____
Profa. Dra. Lenina Lopes Soares Silva – IFRN
(Examinador Externo)

_____
Prof. Dr. Ivonaldo Neres Leite – UERN – GEPEDUSC /UFPB
(Examinador Interno)

_____
Prof. Dr. Francisco das Chagas Silva Souza – IFRN
(Examinador Externo, suplente)

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho ao meu **Deus**, por Ele ser tudo em minha vida e por me fazer acreditar que, embora as adversidades existam, Ele sempre estará comigo, enchendo-me de coragem, fé e força para seguir adiante. Ele é meu escudo, meu baluarte e minha força. Foi Ele quem me preparou e capacitou para a realização deste trabalho. Sua mão poderosa esteve me guiando, orientando e conduzindo em todo o tempo.

Dedico também a **minha mãe**, Maria do Carmo de Oliveira (*in memoriam*), que durante todo o percurso de sua existência foi minha referência, mostrando o quão dedicada e perseverante pode ser uma mãe. Evidenciou que nas adversidades podem germinar frutos de coragem, perseverança e sabedoria. Ensinou que na vida o caráter de uma pessoa é uma porta que nunca fecha, apenas abre.

AGRADECIMENTOS

Agradeço ao meu Deus, por seu amor, sua bondade e sua misericórdia em minha vida e por sua condução e orientação em todo o percurso deste trabalho.

À minha orientadora, professora Dra. Arilene Maria Soares de Medeiros, que com sua competência e capacidade orientou este trabalho de forma responsável, sábia e eficiente. A ela, que tenho em mais alto conceito de admiração, respeito e estima, minha eterna gratidão.

Aos alunos evadidos do Curso Técnico Subsequente do IFRN/*Campus* Mossoró das turmas 2013.1 e 2014.1, turno noturno, pois sua recusa em participar inviabilizaria a realização deste trabalho.

Aos servidores do IFRN/*Campus* Mossoró, professor Hélio Henrique, professor Wagner Torquato, professor Eduardo Peralta, professor Walter Chagas, pedagogo Dagmar Rego e Secretário Acadêmico José Silereudo, que também deram importantes contribuições.

Aos membros da banca examinadora, Dra. Lenina Lopes Soares Silva, Dr. Ivonaldo Neres Leite e Dr. Francisco das Chagas Silva Souza, que, após a qualificação, deram subsídios extremamente relevantes, levando esta pesquisa a outras possibilidades.

Aos professores do mestrado da UERN, especialmente ao professor Dr. Joaquim Barbosa, que deu contribuições singulares a esta pesquisa.

Aos meus colegas de IFRN/*Campus* Apodi: Rosa Larissa, professor Derilson de Melo, professora Alexsandra Carvalho, professora Sabrina Guedes, professora Aleksandra Nogueira, assistente social Janaina Freitas e técnicos Felipe Arthur, Jordana Tavares de Lira, Cícero Félix, Diogo Eugênio, Inácio Loiola, Zoelia Camila, Jailton Edney Maia de Sousa e Girleidson de Albuquerque, os quais contribuíram bastante para a realização desta pesquisa.

A todos os meus colegas do mestrado, especialmente a Lucia Lima (*in memoriam*), Kelly Cristina, Evânio Dantas, Marta Medeiros e George Mesquita.

À minha querida e estimada amiga e irmã em Cristo, Virgínia Assis, que fez as correções ortográficas, ao meu filho Ferdinando Victor Castro e ao meu companheiro Fred Victor, pelo apoio que me deram e pela paciência que tiveram, assim como a todos aqueles que direta ou indiretamente contribuíram para a realização deste trabalho, meus sinceros agradecimentos.

A educação é um ato de amor, por isso, um ato de coragem. Não pode temer o debate. A análise da realidade. Não pode fugir à discussão criadora, sob pena de ser uma farsa (Paulo Freire).

RESUMO

Este trabalho objetiva analisar as razões do alto índice de evasão no Curso Técnico de Nível Médio Subsequente em Mecânica do IFRN/*Campus* Mossoró, nas turmas 2013.1 e 2014.1, cuja origem de criação remonta ao Decreto n. 2.208/1997, no qual se estabeleceu a separação entre o Ensino Médio e a Educação Profissional. No que se refere à evasão escolar, a discussão encontra-se fundamentada no referencial teórico que aborda essa questão na Educação Básica e no Ensino Técnico Profissional, focando na realidade da instituição supracitada. A pesquisa foi do tipo quantitativo e qualitativo (pesquisa mista). Os instrumentos utilizados consistiram no questionário estruturado aplicado com os evadidos e na entrevista semiestruturada realizada com profissionais da instituição. De acordo com os dados produzidos, os resultados mostram que os fatores concernentes à evasão escolar estão intrinsecamente relacionados com aspectos tanto externos quanto internos à instituição, corroborando o aporte teórico utilizado. Os fatores externos mais recorrentes foram dificuldade de conciliar o estudo com o trabalho, falta de tempo para se dedicar aos estudos, ingresso em outro curso, dificuldades em planejar a própria vida e estabelecer metas pessoais, dificuldades financeiras e de recursos para transporte escolar, dentre outros. Já os fatores internos consistiam em: didática ineficiente dos professores, dificuldades tanto de lidar com a metodologia dos professores quanto de aprender os conteúdos ensinados por eles, complexidade dos conteúdos, excesso de atividade em sala de aula, pouco acervo de livros na biblioteca relacionados ao curso, despreparo dos professores, dentre outros. A pesquisa permite concluir que há um cruzamento dos fatores internos e externos à instituição, evidenciando que a evasão é um problema bastante complexo, sendo essencial observá-lo sob diferentes perspectivas. Como os condicionantes internos e externos foram apontados pelos alunos evadidos e pelos profissionais entrevistados, ressalta-se que em alguns casos houve divergência, mas, de modo geral, ambas as perspectivas apresentaram visões semelhantes sobre a temática estudada. Constatou-se, também, que os fatores externos estão mais relacionados com aspectos socioeconômicos dos alunos, enquanto os internos concernem à questão didático-pedagógica dos docentes.

Palavras-chave: Evasão Escolar. Educação Profissional. Cursos Subsequentes.

ABSTRACT

This work aims to analyze the reasons for the high dropout rate in the Secondary Subsequent Technical Course in Mechanics at IFRN / *Campus* Mossoro, classes 2013.1 and 2014.1. In which the creation of this educational model dates to Decree 2.208 / 1997, stablishing the separation between High School and Professional Technical Education. Regarding school dropout, the discussion is founded on the theoretical reference that debates this issue in Basic Education and in Professional Technical Education, focusing on the reality of the aforementioned institution. This was a quantitative and qualitative – mixed - research. The data was collected through a structured questionnaire applied with to the dropout students and a semi-structured interview with professionals from the institution. According to the data produced, the results show that the factors related to school dropout are intrinsically related to external and internal factors to the institution, corroborating with the theoretical framework used. The most recurrent external factors were difficulty reconciling the study with work, lack of time to study, joining another course, difficulties in planning one's life and setting personal goals, financial difficulties and resources for school transportation, among others . On the other hand, the internal factors consisted in: inefficient teaching of teachers, difficulties both in dealing with teachers' methodology and in learning the contents taught by them, complexity of contents, excessive classroom activity, course, unprepared teachers, for instance. The research allows to conclude that there is a cross-referencing of internal and external factors to the institution, noting that evasion is a very complex problem, which requires to be seen from different perspectives. The internal and external constraints were pointed out by the dropout students and the interviewed faculty, although they were not unanimous in their opinions, in general they presented similar views on the studied subject. It was also verified that the external factors are more related to the socioeconomic aspects of students and the internal factors to the didactic-pedagogical practice of the teachers.

Keywords: School dropout. Professional Education. Subsequent Courses.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ANDES	Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior
BID	Banco Interamericano de Desenvolvimento
CEB	Conselho de Educação Básica
CEFET	Centro Federal de Educação Tecnológica
CIPE	Comissão Interna de Permanência e Êxito
CNE	Conselho Nacional de Educação
CPA	Comissão Própria de Avaliação
CUT	Central Única dos Trabalhadores
EAD	Educação a Distância
EAF	Escolas Agrotécnicas Federais
EJA	Educação de Jovens e Adultos
ENEM	Exame Nacional do Ensino Médio
FIERN	Federação das Indústrias do Estado do Rio Grande do Norte
FHC	Fernando Henrique Cardoso
FMI	Fundo Monetário Internacional
IDEB	Índice de desenvolvimento da Educação Básica
IFB	Instituto Federal de Brasília
IFETs	Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia
IFs	Institutos Federais
IFRN	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação
MEC	Ministério da Educação
PACT	Programa de Apoio Científico e Tecnológico
PBQP	Programa Brasileiro de Qualidade e Produtividade
POSEDUC	Programa de Pós-Graduação em Educação
PPC	Projeto Político-Pedagógico do Curso
PPP	Projeto Político-Pedagógico
PRONATEC	Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego
QUAL	Qualitativa
QUAN	Quantitativa
RN	Rio Grande do Norte
SINASEF	Sindicato Nacional dos Servidores Federais da Educação Básica, Profissional e Tecnológica
UERN	Universidade do Estado do Rio Grande do Norte
UFERSA	Universidade Federal Rural do Semiárido
UNED	Unidade de Ensino Descentralizada

LISTA DE QUADROS

Quadro 1	Dados da concorrência e evasão do Curso Técnico de Nível Médio em Mecânica na forma Subsequente no turno noturno do *Campus* IFRN/Mossoró	**34**
Quadro 2	Matriz Curricular do Curso Técnico Subsequente em Mecânica, na modalidade presencial	**134**
Quadro 3	Quantificação e descrição das instalações necessárias ao funcionamento do curso	**136**
Quadro 4	Pessoal docente necessário ao funcionamento do curso	**138**
Quadro 5	Pessoal técnico-administrativo necessário ao funcionamento do curso	**139**
Quadro 6	Perfil dos evadidos em termos percentuais	**77**
Quadro 7	Identificação dos profissionais do IFRN/*Campus* Mossoró envolvidos com o Curso Subsequente em Mecânica	**80**
Quadro 8	Situação do ingresso e da evasão nos anos de 2013.1 e 2014.1	**82**
Quadro 9	Situação da participação dos evadidos nesta pesquisa	**82**
Quadro 10	Período em que a evasão ocorre com maior frequência	**83**
Quadro 11	Razões da opção pelo curso	**84**
Quadro 12	Estado civil dos evadidos	**89**
Quadro 13	Número de pais e filhos e seus cuidadores	**90**
Quadro 14	Razões externas da evasão no IFRN/*Campus* Mossoró	**92**
Quadro 15	Razões relacionadas aos aspectos pedagógicos, curriculares	**98**
Quadro 16	Razões relacionadas à vida acadêmica	**103**
Quadro 17	Razões relacionadas ao curso	**105**
Quadro 18	Razões relacionadas à estrutura da instituição	**108**

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1	Ocupação antes de ingressar no IFRN/*Campus* Mossoró	**88**
Gráfico 2	Outras questões de ordem socioeconômica e de ordem pessoal/familiar que provocaram a evasão	**93**

LISTA DE FIGURAS

Figura 1	Estratégia exploratória sequencial	**36**
Figura 2	Representação gráfica da organização curricular dos Cursos Técnicos de Nível Médio Subsequentes em núcleos politécnicos	**56**
Figura 3	Requisitos e formas de acesso para os Cursos Técnicos de Nível Médio Subsequente	**70**

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO 14

2 O CAMINHO DA PESQUISA: ABORDAGENS E INSTRUMENTOS 26

2.1 Pesquisa com método misto 29

2.2 Os sujeitos da pesquisa e a construção dos dados 34

2.2.1 O questionário estruturado: construção dos dados quantitativos 37

2.2.2 A entrevista semiestruturada: construção dos dados qualitativos 39

3 OS CURSOS TÉCNICOS DE NÍVEL MÉDIO SUBSEQUENTES NO INSTITUTO FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE 44

3.1 Criação do Curso Técnico de Nível Médio Subsequente: a quem interessa? 46

3.2 Trabalho na sociedade capitalista *versus* trabalho como princípio educativo 57

3.3 Curso Técnico de Nível Médio Subsequente em Mecânica no IFRN/*Campus* Mossoró 68

4 A EVASÃO SOB A PERSPECTIVA DOS EVADIDOS E DOS PROFISSIONAIS DO IFRN/*CAMPUS* MOSSORÓ 76

4.1 Com relação aos evadidos: apresentando o perfil dos sujeitos 76

4.2 Com relação aos profissionais: apresentando e conhecendo esses sujeitos 79

4.3 Dados sobre a evasão no Curso Técnico de Nível Médio Subsequente em Mecânica no IFRN/*Campus* Mossoró 81

4.4 Evasão escolar e os condicionantes externos 91

4.5 Evasão escolar e os condicionantes internos 97

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS 110

REFERÊNCIAS 115

APÊNDICE A – TERMO DE CONSENTIMENTO – ALUNOS 123

APÊNDICE B – ROTEIRO DO QUESTIONÁRIO ESTRUTURADO 124

APÊNDICE C – TERMO DE CONSENTIMENTO – PROFISSIONAIS 130

APÊNDICE D – ROTEIRO DE ENTREVISTA ADMINSTRATIVO-TÉCNICO 131

APÊNDICE E – ROTEIRO DE ENTREVISTA – DOCENTES 132

ANEXO A – MATRIZ CURRICULAR DO CURSO TÉCNICO DE NÍVEL MÉDIO SUBSEQUENTE EM MECÂNICA 134

ANEXO B – QUANTIFICAÇÃO E DESCRIÇÃO DAS INSTALAÇÕES NECESSÁRIAS AO FUNCIONAMENTO DO CURSO 136

ANEXO C – PESSOAL DOCENTE NECESSÁRIO AO FUNCIONAMENTO DO CURSO 137

ANEXO D – PESSOAL TÉCNICO-ADMINISTRATIVO NECESSÁRIO AO FUNCIONAMENTO DO CURSO 138

1 INTRODUÇÃO

As modificações ocorridas no mundo estão exigindo mudanças e transformações na economia, na política, na sociedade e na cultura, trazidas pelos avanços tecnológicos, pelos meios de comunicação, pela globalização da economia e pelo sistema capitalista, o qual impõe à sociedade exigências e adaptação às novas estruturas de trabalho, ocasionando desemprego estrutural, desequilíbrio ambiental, exclusão, segregação, marginalidade, pobreza e miséria. Esse novo modelo de sociedade exige um novo tipo de formação e educação. Para tanto, é necessário investimento em uma educação profissional que possa suprir as lacunas de *déficit* de vagas existentes no mercado e, assim, alavancar a economia.

Nesse sentido, no Brasil, houve reforma na Educação Profissional (EP) e no Programa de Expansão da Educação Profissional (PROEP), trazendo consequências para a educação e para os Centros Federais de Educação Tecnológica (CEFET), hoje, Institutos Federais (IFs). Essa reforma na EP promovida pelo governo federal, durante o mandato do Presidente Fernando Henrique Cardoso (FHC), adotou medidas econômicas, as quais estabeleceram controle de gastos, liberalização financeira e privatização de empresas e serviços públicos, atendendo às exigências de uma política neoliberal do capitalismo hegemônico.

Com o intuito de realizar a reforma na Educação Profissional (EP), a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, LDBN n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996, foi alterada em função do Decreto 2.208/1997, passando a definir, para a educação escolar, consoante seu art. 21, níveis e modalidades de ensino. Entre os níveis estão: "I – educação básica, formada pela educação infantil, ensino fundamental e ensino médio; II – educação superior". As modalidades são vinculadas aos diferentes níveis, estando entre elas a educação profissional (cap. III, art. 39 a 42 de Lei n. 9.394/1996). A referida LDB abarcou o ensino médio na Educação Básica e conferiu-lhe a função formativa, tendo por finalidade preparar o aluno para o prosseguimento dos estudos, para o trabalho e para a cidadania. No entanto, o Decreto n. 2.208/1997 realizou alterações na EP, modificando a LDB supracitada, assim, segundo o Projeto Político-Pedagógico (PPP) do Centro Federal de Educação Tecnológica do Rio Grande do Norte (INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO RIO GRANDE DO NORTE, 2007, p. 41), "os cursos técnicos integrados que estavam sendo implementados a

partir do projeto de 1995 tiveram que assumir novas configurações". Esse Decreto foi alvo de muitas críticas e também é objeto de estudo deste trabalho, pois nele se
destaca a separação do Ensino Médio da EP. Sobre o Decreto, Moura *et al.* (2007, p. 19) afirmam:

> O Decreto n. 2.208/97, o Programa de Expansão da Educação Profissional (PROEP) e as ações deles decorrentes ficaram conhecidos como a Reforma da Educação Profissional. Nesse contexto, o ensino médio retoma legalmente um sentido puramente propedêutico, enquanto os cursos técnicos, agora obrigatoriamente separados do ensino médio, passam a ser oferecidos de duas formas. Uma delas é a Concomitante ao ensino médio, em que o estudante pode fazer ao mesmo tempo o ensino médio e um curso técnico, mas com matrículas e currículos distintos, podendo os dois cursos serem realizados na mesma instituição (concomitância interna) ou em diferentes instituições (concomitância externa). A outra forma é a Sequencial, destinada a quem já concluiu o ensino médio e, portanto, após a educação básica.

Nos dias atuais, a instituição oferta os Cursos Técnicos de Nível Médio na Educação Profissional por meio das modalidades Integrada e Subsequente, mas não da Concomitante, no entanto, essas opções institucionais não invalidam a possibilidade de atuação de forma casual na modalidade Concomitante mediante convênios ou parcerias com outras instituições ou empresas. Com o Decreto acima citado, o Ensino Médio foi separado da educação profissional, retornando ao Ensino Médio propedêutico, enquanto o ensino técnico passou a ser nomeado de Curso Técnico Concomitante e Subsequente. O referido Decreto determinou as bases da reforma da educação profissional, a partir das quais o governo negociou empréstimos com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), com o objetivo de financiar a referida reforma como parte complementar do projeto de privatização dos serviços e das empresas públicas para atender à política neoliberal, determinada pela hegemonia norte-americana. O intuito do PROEP para a Rede Federal era reformá-la desde as suas ofertas educacionais até a sua administração, tendo como finalidade colocar a Instituição em nível de competir no mercado educacional. No entanto, o processo de expansão foi barrado pela Lei n. 9.649/1998, aprovada no governo FHC, a qual, em seu art. 47, parágrafo quinto, proibia a expansão do sistema federal de educação profissional.

> A expansão da oferta de educação profissional, mediante a criação de novas unidades de ensino por parte da União, somente poderá ocorrer em parceria com Estados, municípios, Distrito Federal, setor produtivo ou organizações não governamentais, que serão responsáveis pela manutenção e gestão dos estabelecimentos de ensino (BRASIL, 1998, p. 26).

A finalidade do PROEP era aumentar a quantidade de Centros de Educação Profissional por meio da iniciativa dos estados, dos municípios – isoladamente ou em parceria com o setor

privado – ou de entidades privadas sem fins lucrativos (segmento comunitário) – isoladamente ou em associação com o setor público. No entanto, verifica-se que no Brasil essas parcerias não se sustentam, mas, sim, acarretam falta de investimento e perda da qualidade dos serviços educacionais da Rede Federal, podendo culminar em sua precarização.

Em 1994, iniciou-se o processo de "cefetização" da ETFRN, culminando, em 1999, na transformação das Escolas Técnicas Federais do Rio Grande do Norte (ETFRN) em Centros Federais de Educação Tecnológica do Rio Grande do Norte (CEFET/RN), os quais ofertavam tanto a Educação Profissional nos níveis básico, técnico e tecnológico quanto o Ensino Médio. Nesse período, no 3º Grau, inauguraram-se cursos de graduação tecnológica, ampliando-se, posteriormente, para os cursos de formação de professores, as licenciaturas.

O plano de expansão da Rede Federal de Educação Profissional, Ciência e Tecnologia (EPCT) foi reiniciado no país em 2003, no governo Luiz Inácio Lula da Silva, dividindo-se em duas fases: a Fase I (2005-2007), que teve como meta a fundação de Unidades de Ensino em estados ainda carentes dessas instituições, assim como em periferias de metrópoles e municípios distantes dos centros urbanos; e a Fase II (2007-2010), concluída no governo de Dilma Rousseff, a qual previa a implantação de 150 novas Unidades de Ensino, dando continuidade, por sua vez, ao referido Plano, lançando a Fase III (2011-2014)

Com o novo Decreto, n. 5.154/2004, houve novas alterações na EP, propondo-se, novamente, a integração entre o Ensino Médio e a EP técnica de nível médio, mas mantendo as formas concomitante e subsequente. Para isso, o CEFET/RN precisou adequar seus documentos, entre eles o PPP.

> Como principais mudanças curriculares decorrentes do redimensionamento do Projeto Político-Pedagógico, destacaram-se, em 2005, o retorno à oferta dos cursos técnicos de nível médio integrado; a reorganização acadêmica institucional; a reestruturação das ofertas dos cursos técnicos subsequentes e dos cursos superiores de graduação tecnológica; e a reestruturação curricular dos cursos superiores de licenciaturas, estes últimos existentes desde 2002 (INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO RIO GRANDE DO NORTE, 2012, p. 24).

Assim, foi necessário mais uma vez a instituição fazer adaptação em seus currículos e programas para se adequar à política de mudanças da EP. Observa-se que todas essas modificações na Lei, nos Decretos e nas Portarias em relação à educação, como também a expansão dos IFET, têm sempre interesses que estão atrelados ao sistema capitalista e à hegemonia do capital. Dificilmente, nota-se o interesse atrelado às questões sociais e políticas, objetivando o benefício coletivo e a equidade entre as pessoas e as classes sociais.

Em relação à expansão, no Brasil, a Rede Federal vivencia sua maior ampliação dos últimos tempos.

> De 1909 a 2002, foram construídas 140 escolas técnicas no país. Entre 2003 e 2016, o Ministério da Educação concretizou a construção de mais de 500 novas unidades referentes ao plano de expansão da educação profissional, totalizando 644 *campi* em funcionamento (BRASIL, 2016, p. 1).

No estado do Rio Grande do Norte, já existia o que denominamos hoje de *Campus* Natal-Central e *Campus* Mossoró. Com a expansão, foram criados 19 *campi*, somando-se 21 no total. Assim, o crescimento da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica no Rio Grande do Norte consiste em uma grande conquista para a educação da região, tendo sido iniciada em 1994, com a inauguração da Unidade de Ensino Descentralizada de Mossoró (CEFET-RN/UNED), lócus da pesquisa. Com essa implantação, o RN passou a contar com duas unidades: a de Natal e a de Mossoró, consideradas insuficientes diante da demanda. Após doze anos, houve a implantação, em 2006, de três novas Unidades: Zona Norte de Natal, Ipanguaçu e Currais Novos. Em 2007, começou a segunda etapa da expansão, com a construção de mais seis unidades, nos municípios de Apodi, Pau dos Ferros, Macau, João Câmara, Santa Cruz e Caicó. A inauguração dessas unidades aconteceu em 2009, sob uma nova institucionalidade, não mais como CEFET-RN. Eles já foram intitulados como *campi* do novo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte (IFRN). Nessa mesma fase, foram criados os *campi* de Natal (Cidade Alta), Nova Cruz, Parnamirim e São Gonçalo do Amarante (INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO RIO GRANDE DO NORTE, 2015).

Essa ampliação possibilitou que as classes menos favorecidas tivessem acesso a uma escola pública de qualidade, o que somente era possível até o momento para as classes mais abastadas, porque estas tinham condições financeiras de manter seus filhos nas escolas privadas, consideradas estabelecimentos de ensino que oferecem uma boa qualidade de educação e formação. Por outro lado, as classes trabalhadoras, não tendo essas mesmas condições, tinham que deixar seus filhos nas escolas públicas, as quais, infelizmente, não ofertam um ensino que alcance as necessidades do alunado.

Em 2008, através da Lei n. 11.892, foi instituída a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, criando, assim, os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (IFET), ou seja, os CEFET foram transformados em IFET. De acordo com a referida Lei, o Instituto Federal deve se responsabilizar pela Educação Profissional, ampliando sua função social e complementando o orçamento público através de sua articulação

com o entorno. Além disso, necessita desenvolver o ensino, a pesquisa e a extensão, tendo autonomia administrativa, patrimonial, financeira, didático-pedagógica e disciplinar, mesmo que seja subordinado e supervisionado pelo Ministério da Educação e Cultura (MEC).

Percebe-se que muitos alunos que procuram o IFRN com o objetivo de aprender e de qualificar-se para o mundo do trabalho acabam abandonando a Instituição, evadindo-se logo no primeiro ano do curso. A evasão escolar é um problema encontrado na educação brasileira em todos os níveis e modalidades de ensino e está presente em todas as escolas, sejam públicas, sejam particulares. Contudo, sabe-se que as escolas públicas são as mais atingidas por esse fenômeno, uma vez que são elas que acolhem os/as filhos/as da classe trabalhadora. Riffel e Malacarne (2017) definem a evasão de uma forma mais simplificada, como sendo a ação de deixar, abandonar, sair, partir de um determinado espaço. No caso da evasão escolar, é a saída ou abdicação da escola em detrimento de outras ocupações.

A evasão é a saída do aluno da escola e o não retorno para aquela série/ano. Muitos acreditam que os termos evasão e abandono são sinônimos, no entanto, em conformidade com Souza (2014, p. 15), “abandono é quando o aluno deixa de frequentar a escola no decorrer do ano letivo e evasão é quando o aluno reprovou ou abandonou a escola e não volta mais a se matricular”. Ainda, em se tratando de evasão escolar, para Meira (2015, p. 1), “essa é caracterizada pela saída definitiva do aluno de seu curso de origem, em qualquer etapa, sem concluí-lo”. Nesse sentido, evadir significa deixar a escola e não mais retornar.

Meira (2015) admite que a escola é uma das responsáveis pelo abandono escolar dos alunos, que pode estar relacionado à ausência de um processo de integração desta com as famílias ou em função da maneira como as aulas são ministradas pelo docente, causando desinteresse no aluno em participar das aulas e das atividades sugeridas pela escola.

A falta de integração entre a família e a escola pode favorecer o abandono, uma vez que, quando a família não acompanha o desempenho do aluno, este geralmente não assiste às aulas e não realiza as tarefas solicitadas pelo professor, o que leva a um baixo rendimento, ao desestímulo e, consequentemente, ao abandono.

Batista, Souza e Oliveira (2009) definem o abandono à escola como a combinação de vários fatores relacionados a questões políticas, econômicas, culturais e sociais, os quais influenciam o indivíduo nessa decisão. Observa-se, dessa forma, que o abandono, assim como a evasão, não está relacionado a um único fator. Segundo a Organização Didática do IFRN, documento que rege o fazer da instituição,

> O estudante com direito à renovação de matrícula que deixar de efetuá-la dentro dos prazos previstos deverá justificar o fato à respectiva Diretoria Acadêmica em até 20 (vinte) dias corridos. Após a data final estabelecida, será considerado desistente e terá sua matrícula cancelada por evasão (INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO RIO GRANDE DO NORTE, 2015, p. 53).

Na citação supracitada, é considerado evadido do IFRN o aluno que no prazo de 20 (vinte) dias não renovar sua matrícula. No entanto, muitas vezes, o aluno renova a matrícula, comparece às aulas por determinado tempo e por alguma razão deixa de frequentar e não mais retorna à instituição para renovar sua matrícula no ano seguinte. Esse aluno é considerado evadido, visto que deixou de ir à escola sem justificativa aparente. O educando, muitas vezes, começa esse processo faltando algumas aulas. Com o tempo, por estar ausente, deixa de compreender os conteúdos que estão sendo ministrados e, por isso, vai se ausentando cada vez mais, sentindo-se desmotivado, até deixar de frequentar a escola.

Em conformidade com Johann (2012, p. 65),

> No caso específico do ensino, a evasão é um fenômeno caracterizado pelo abandono do curso, rompendo com o vínculo jurídico estabelecido, não renovando o compromisso ou sua manifestação de continuar no estabelecimento de ensino. Esta situação de evasão é vista como abandono, sem intenção de voltar, uma vez que não renovando a matrícula rompe-se o vínculo existente entre aluno e escola.

Nessa perspectiva, a evasão difere-se do abandono, pois neste o aluno pode deixar de frequentar apenas aquele ano ou período, tendo a possibilidade de renovar a sua matrícula e continuar com o vínculo na instituição no período ou ano seguinte. Nos estudos sobre evasão, percebe-se que os nossos gestores públicos pouco adotam medidas preventivas para erradicar tal problema. Será que é possível erradicar a evasão escolar? Algumas políticas governamentais utilizadas para seu enfrentamento, como o Programa Nacional de Alimentação Escolar, o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil e o Programa Bolsa Família, dentre outros, ainda não foram suficientes para erradicar a evasão no âmbito do IFRN.

Meira (2015) defende que as razões que envolvem a problemática da evasão escolar estão para além do simples desligamento do aluno da instituição à qual está vinculado, pois esse problema implica questões que estão associadas ao modo como esse discente se relaciona com os outros e como se posiciona ao se deparar com as situações adversas, bem como ao papel da escola, da família, do sistema produtivo e da sociedade na vida do educando que por diversas razões não consegue finalizar seus estudos.

A evasão e o abandono contribuem para o fracasso escolar. Este, ao longo dos anos, vem sendo abordado de diferentes formas. Há estudos realizados que atribuem o fracasso a causas relacionadas com o próprio aluno: econômicas, culturais, cognitivas e psicoemocionais

(MEIRA, 2015). Outros citam questões institucionais, como problemas de ordem técnica e política (JOHANN, 2012). Além desses, há os que atribuem a responsabilidade aos pais, que não acompanham seus filhos, que não possuem instrução ou que perderam o emprego (MEIRA, 2015).

Souza (2014) admite que para entender o que ocasiona a evasão é necessário atentar para as suas possíveis razões. De acordo com a literatura voltada para essa questão, a evasão é proveniente de situações que estão relacionadas ao estudante, à sua família, à escola e ao contexto social em que vive.

O processo educacional leva a diversos caminhos: do sucesso, do fracasso, das certezas e das incertezas. É notório que a obtenção do êxito não resulta unicamente de um fator, assim como o fracasso. São muitas as questões, as convicções e as contradições que se configuram nos dilemas enfrentados pela escola e pelos alunos. Sabe-se, também, que a resposta para essas questões não é única. A evasão consiste em um fenômeno complexo, visto que está associado a diversos fatores econômicos, políticos, sociais, cognitivos, culturais, educacionais, entre outros e, por isso, a análise a esse respeito não pode ser simples, envolvendo apenas um aspecto. Há vários elementos internos e externos em jogo.

Palma (2007 p. 21) compreende o fracasso escolar da seguinte forma:

> [...] como um fenômeno social produzido historicamente, circunscrito por determinantes de ordem socioeconômica, cultural, política e pedagógica, os quais simultaneamente atravessam o coletivo social e a singularidade do sujeito, ou seja, consideramo-lo uma problemática que afeta toda a sociedade, esta, atualmente, marcada por valores que privilegiam o poder e dinheiro, as condições socioeconômicas, considerados, por muitos, como indicadores de sucesso social.

Há vários motivos que podem contribuir com o fracasso escolar, tais como: reprovações sucessivas, falta de serviços educacionais de qualidade, falta de preparo do corpo docente e insuficiência de percepção acerca dos retornos futuros que levam o aluno ao trabalho precoce e aos baixos níveis educacionais que gradativamente vão desmotivando e consequentemente provocando a evasão.

Para Souza (2014), o fracasso escolar, traduzido por meio da repetência e da evasão, é visto como desigualdade produzida dentro das instituições sociais, políticas e educacionais, não sendo considerado como situação natural em que alguns indivíduos não conseguiram obter êxito e ter sucesso.

Para Meira (2015), o fracasso escolar é caracterizado por falta de uma educação apropriada que favoreça a permanência do aluno na escola, assim como pela reprovação e pela repetência. Pode ser atribuído a fatores psicológicos, no que se refere aos aspectos cognitivos e

psicoemocionais do próprio aluno, e/ou institucionais, relacionados com a metodologia no interior da sala de aula, culminando na baixa autoestima por parte do aluno, por se sentir incapaz de aprender os conteúdos ensinados pela escola, gerando um *déficit* no seu aprendizado e impedindo-o de progredir, o que contribui para sua reprovação, retenção e consequente evasão.

O IFRN vem identificando casos de evasão, motivo pelo qual foi criada em 2016 uma Comissão Interna de Permanência e Êxito dos Alunos (CIPE), com participação de vários segmentos da instituição, tais como técnicos, professores, coordenadores de curso e diretor acadêmico, tendo como objetivo identificar as causas da evasão, para que, depois de detectadas e estudadas, a instituição possa desenvolver um projeto de trabalho por meio do qual proponha ações que venham a minimizá-las. Em 2016, essa comissão realizou uma autoavaliação integrada com a Comissão Própria de Avaliação (CPA), na perspectiva de diagnosticar a permanência e o êxito dos estudantes, para, a partir dessa análise, definir ações do planejamento institucional.

Em nosso entendimento, acredita-se que essa autoavaliação não conseguirá, inicialmente, contemplar os objetivos a que se propõe a referida comissão, visto que o IFRN é uma instituição muito grande e requer uma comissão de estudos permanentes e específicos designada unicamente para cuidar dessa problemática; no entanto, percebe-se que essa comissão não cumpre unicamente essa função. Com as demandas existentes, que não são poucas, os membros que a constituem não conseguem dar o foco necessário ao trabalho e acabam não realizando ou não conseguindo atingir os objetivos almejados. Com esta pesquisa, busca-se contribuir com os trabalhos da CIPE, procurando elucidar as razões da evasão no Curso Técnico de Nível Médio Subsequente em Mecânica, noturno, do IFRN/*Campus* Mossoró.

No exercício profissional como pedagoga do IFRN desde 2011, temos observado que, apesar de a instituição ser referenciada por oferecer um ensino de qualidade e dispor de uma boa estrutura física e de um programa de acesso e permanência dos alunos, a evasão tem se apresentado em altos índices. Assim, a presente pesquisa tem como objetivo geral analisar as razões do alto índice de evasão no referido curso e como objetivos específicos discutir a evasão na EP na perspectiva de evidenciar seus condicionantes internos e externos e identificar, a partir dos sujeitos (alunos evadidos, professores, coordenador do curso, diretor acadêmico e membro da Equipe Técnico-Pedagógica – ETP), as razões que reforçam o alto índice de evasão no Curso Técnico de Nível Médio Subsequente em Mecânica no IFRN/*Campus* Mossoró.

A possibilidade de estudar a evasão consolida-se após o ingresso na Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN) como aluna do Programa de Pós-Graduação em

Educação (POSEDUC). Nas discussões em sala de aula da disciplina Seminário de Pesquisa, ministrada pela professora Dra. Arilene Medeiros e pelo professor Dr. Joaquim Barbosa, desejava elucidar as inquietações em relação à evasão no IFRN, uma vez que participo da CIPE e visualizei a possibilidade de estudar essa temática como trabalho de pesquisa para a dissertação de mestrado. A opção pelo *Campus* Mossoró deu-se em função do alto índice de evasão constatado no Curso Técnico Subsequente em Mecânica, nas turmas 2013.1 e 2014.1, como também pelo fato de ele ser um *Campus* consolidado pelo tempo de existência na região e por estar situado na cidade onde a pesquisadora reside.

Analisando preliminarmente o Portal do IFRN e o Sistema Acadêmico[1], averiguamos que no semestre letivo de 2013.1[2], para ingresso no Curso Técnico de Nível Médio Subsequente em Mecânica no IFRN/*Campus* Mossoró, no turno noturno, a concorrência foi de 18 alunos para uma vaga, enquanto o percentual de alunos que se evadiram durante o curso foi de 57,50%. No semestre letivo de 2014.1[3], a concorrência foi de 12,05 para uma vaga; no entanto, ficou constatado o percentual de 55% de abandono no referido curso. Como se percebe, são altos os índices de evasão, o que justifica a necessidade de se aprofundarem as discussões em torno dessa temática.

O alto índice de evasão motivou-nos a escolher o *Campus* Mossoró, visto que foram consideradas informações elevadas e representativas, conforme apresentado anteriormente. Além disso, foi selecionado o turno noturno pelo fato de a evasão geralmente se fazer presente nele, pois é o mais procurado pelo aluno trabalhador, já que a maioria das ofertas de trabalho ocorre no turno diurno.

A EP, no período entre 2003 e 2016, teve bastante investimento. Houve a expansão dos Institutos Federais, assim como uma renda voltada para equipamentos, laboratórios, biblioteca, estrutura física, contratação de profissionais, pesquisa, extensão, política de permanência (bolsas de auxílio-transporte, alimentação e preparação para o trabalho, destinadas aos estudantes que comprovadamente estejam em situação de vulnerabilidade social). Toda essa política de expansão possibilitou aumento de vagas e, consequentemente, aumento de matrícula.

---

[1] O Sistema Acadêmico é destinado ao gerenciamento das atividades acadêmicas do IFRN, tais como: matrículas de aluno, turmas, diários, registro de aulas, notas, presenças do aluno, ausências etc.

[2] Pró-Reitoria de Ensino; Coordenação de acesso discente; concorrência geral – Edital 02/2013; Cursos Técnicos Subsequentes.

[3] Pró-Reitoria de Ensino; Coordenação de acesso discente; concorrência geral – Edital 04/2014-PROEN/IFRN; processo seletivo para os Cursos Técnicos de Nível Médio na forma Subsequente – 1º semestre de 2014.

> Em 2003, existiam 140 escolas federais de educação profissional em todo o País. Essas 140 escolas ofertavam 140 mil matrículas em educação profissional. Hoje, são 354 escolas, sendo 214 novas e mais de 340 mil matrículas. Já foram contratados, via concurso público, mais de 15 mil professores e 14 mil técnicos administrativos. Os recursos investidos na área praticamente quadruplicaram nos últimos sete anos. Em 2003, o orçamento total da Secretaria de Ensino Médio e Tecnológico, que contemplava não só a educação profissional como o ensino médio, era de R$ 1,1 bilhão. Em 2010, esse valor é de R$ 5,1 bilhões, sendo que, desde 2004, a pasta destina-se exclusivamente à educação profissional e tecnológica (BRASIL, 2010, p. 7).

Como foi mencionado, a expansão ocorrida na rede federal nos anos de 2003 a 2016 foi a maior desde 1909, havendo investimentos em recursos materiais e humanos. Todos esses reforços estruturais nos levam a questionar: por que tanta evasão no IFRN? Pelas leituras realizadas em torno da evasão escolar, muitas pesquisas apontam para a falta de estrutura e de investimento e para a ausência de profissionais qualificados em muitas escolas públicas. Algumas dessas causas não se aplicam ao IFRN, conforme explanações realizadas durante este trabalho. No entanto, muitas pesquisas relacionam a evasão com as metodologias desenvolvidas no interior da sala de aula, entre outros fatores já elencados anteriormente. Diante disso, percebemos que há fatores internos e externos interferindo na evasão dos alunos. Nesta pesquisa, a proposta é conhecer e discutir sobre esses fatores.

Visando alcançar os objetivos mencionados para a realização deste trabalho, empregamos a pesquisa de natureza mista, quanti-qualitativa, uma vez que a utilização das duas metodologias na mesma pesquisa possibilita uma maior contribuição para o desenvolvimento e o enriquecimento dos seus resultados. Nesse sentido, aplicamos questionários com alunos evadidos do Curso Técnico de Nível Médio Subsequente em Mecânica das turmas 2013.1 e 2014.1 (método quantitativo), procurando conhecer através destes quais as causas que levaram esses alunos à evasão. No que se refere aos aspectos qualitativos, realizamos entrevistas semiestruturadas com os professores dos referidos alunos, o Coordenador do Curso, o Diretor Acadêmico e um Membro da Equipe Técnico-Pedagógica (ETEP).

Para atender ao que está sendo proposto, este trabalho encontra-se estruturado em três capítulos, além desta Introdução. O primeiro apresenta a construção do percurso metodológico da pesquisa, evidenciando a pesquisa de natureza mista (quanti-qualitativa) como sendo a mais adequada para responder nossa questão de partida e alcançar os objetivos propostos, possibilitando o trânsito entre diferentes abordagens e instrumentos. Nesse capítulo, discutimos sobre o questionário e a entrevista semiestruturada, os quais foram direcionados aos evadidos e aos profissionais do IFRN/*Campus* Mossoró. A opção pelo uso das duas metodologias

permitiu uma análise aprofundada, proporcionando a obtenção de uma visão mais ampla e enriquecedora da problemática em estudo.

O segundo capítulo discute a criação dos Cursos Técnicos de Nível Médio Subsequentes nos Institutos Federais, trazendo o Decreto n. 2.2081997, que os originou, em que contexto se deu e com qual objetivo. Assim, considerando a relação entre Educação Profissional e trabalho na sociedade capitalista, abordamos o trabalho como valor de uso, como valor de troca e como princípio educativo. Por fim, expomos também informações sobre o Curso Técnico de Nível Médio Subsequente do IFRN/*Campus* Mossoró, lócus da pesquisa, sua estrutura física, servidores e suas funções, estrutura curricular e pedagógica.

O terceiro e último apresenta e analisa os dados construídos sobre a evasão no Curso Técnico de Nível Médio em Mecânica, ofertado no IFRN/*Campus* Mossoró, turno noturno. Além de traçar um breve perfil dos sujeitos da pesquisa, refletimos sobre os condicionantes internos e externos à escola que contribuíram para que a evasão se tornasse um sério problema no interior da Instituição. Os condicionantes externos que mais se destacaram foram: dificuldade de conciliar estudo com trabalho, falta de tempo para se dedicar aos estudos, ingresso em outro curso, necessidade de trabalhar, dificuldades em planejar a própria vida e estabelecer metas pessoais, dificuldade financeira e de recursos para transporte escolar, escassez de oportunidade na área de formação pretendida e condições de emprego aquém do esperado, falta de identificação com o curso escolhido, mudança de cidade, necessidade de cuidar de família no horário do curso, dentre outros fatores. No que se refere aos condicionantes internos à escola, citam-se a didática ineficiente dos professores, a dificuldade de lidar com a metodologia dos professores e de aprender os conteúdos ensinados, a complexidade dos conteúdos, o excesso de atividade em sala de aula e o escasso acervo de livros na biblioteca relacionado ao curso. À medida que apresentamos os dados quantitativos, estabelecemos a sua relação com os dados qualitativos para construir uma análise de conjunto, evitando repetições e detalhes do gênero.

Nas considerações finais, foi realizada uma breve discussão sobre os temas tratados no presente trabalho, dentre os quais as reformas educacionais ocasionadas pela materialização do Decreto n. 2.208/97 e suas implicações na EP; a "evasão", trazendo as principais razões internas e externas que interferiram na permanência do aluno no curso estudado e, consequentemente, no IFRN/*Campus* Mossoró; e os encaminhamentos para novos estudos, tendo como base a presente pesquisa.

Nesse sentido, fez-se uma síntese sobre a expansão da Rede Federal de Ensino, a reforma da EP e as suas implicações para a educação brasileira, as configurações do trabalho

na sociedade capitalista como valor de uso, de troca e como princípio educativo e, por último, as discussões sobre as diversas razões que levaram o estudante a interromper seus estudos, ocasionando a evasão escolar.

2 O CAMINHO DA PESQUISA: ABORDAGENS E INSTRUMENTOS

Este capítulo descreve o delineamento metodológico da pesquisa, discutindo as abordagens e o método utilizado. Escolhemos fazer uso de uma pesquisa quantitativa e qualitativa, compreendendo que o emprego das duas metodologias no mesmo trabalho resulta em cooperação paradigmática, permite uma análise mais aprofundada e, ao mesmo tempo, possibilita obter uma visão mais ampla da pesquisa, contribuindo para elucidar o objeto a partir de diferentes sujeitos e procedimentos metodológicos. Para a elaboração deste capítulo, utilizamos vários autores que discutem e defendem os métodos qualitativos e quantitativos na perspectiva da compatibilidade entre as duas metodologias, como: Creswell (2007), Dal-farra e Lopes (2013), Sampieri, Calado e Lucio (2013) e Santos Filho (1997).

Para as pesquisas em educação, podem ser usados diversos métodos no intuito de observar, estudar e compreender o fenômeno que se quer investigar. É importante partir do pressuposto de que a escolha vai depender daquele que melhor se adéqua à pergunta de partida e aos objetivos estabelecidos pelo pesquisador. O envolvimento das duas metodologias – tanto a qualitativa quanto a quantitativa – é o caminho proposto nesta pesquisa sobre a evasão no IFRN, por meio do uso do questionário fechado com questões de única e múltiplas respostas e da entrevista semiestruturada com os profissionais do IFRN/*Campus* Mossoró, ressaltando que elas se justificam pelas características deste estudo e ajustam-se adequadamente aos seus propósitos e caminhos almejados.

Indiscutivelmente, há uma acentuada necessidade de se considerar o contexto histórico de cada paradigma envolvido, bem como seus alcances, possibilidades, limites e influências na pesquisa científica, quando existe a possibilidade de realizar uma pesquisa mista. Nesse sentido, faremos um breve histórico das metodologias quantitativas e qualitativas e de como ocorreu o seu percurso ao longo dos anos, de acordo com Santos Filho (1997).

O contexto histórico dos paradigmas da pesquisa qualitativa (interpretativo-idealista[4]) teve as suas ideias originadas no século XIX, quando os filósofos e pesquisadores buscavam respaldar seus estudos na área das ciências humanas, antes muito incipientes, questionando se os problemas da vida social humana deveriam ser estudados ou investigados através dos

[4] O paradigma interpretativo-idealista surge como uma crítica ao pensamento positivista. Este trouxe novas formas de abordar o objeto das ciências humanas, relacionando-o com a subjetividade, os valores, as emoções e as crenças do indivíduo, impossibilitando o distanciamento entre o sujeito da pesquisa e o seu objeto de estudo. Nesse sentido, o pesquisador passou a buscar a compreensão e a interpretação dos fatos estudados.

métodos das ciências físicas, como vinha sendo feito. A resposta para esse questionamento foi defendida através de duas concepções: alguns, como Comte, Mill e Durkheim, defendiam um único método para todas as ciências, enquanto outros, como Dilthey, Rickert, Weber e Husserl, posicionavam-se afirmando que as ciências humanas e sociais, por apresentarem suas peculiaridades, deveriam ser tratadas como um modelo específico (SANTOS FILHO, 1997). Na atualidade, já se cogita a possibilidade de serem utilizados dois métodos em uma única pesquisa, como a metodologia qualitativa e quantitativa (método misto), conforme a pesquisa em questão.

Consoante Santos Filho (1997), Comte[5] defendia a unidade de todas as ciências. Embora as ideias do Iluminismo de crítica à religião, da necessidade de deixar a metafísica e de unir as ciências, alicerçadas na teoria do empirismo do conhecimento, tenham recebido sua aprovação, Comte contrapõe-se a outras, principalmente ao individualismo. Segundo ele, essa característica levaria à degradação da sociedade, ao mesmo tempo que o estudo da sociedade auxiliaria no ordenamento, no controle e na resolução dos problemas sociais. Para fundamentar seus argumentos em defesa de uma ciência da sociedade, Comte desenvolveu duas linhas. A primeira referia-se à lei de três estágios da sociedade: o teológico (natureza religiosa), o metafísico (presença do sobrenatural) e o positivismo (conhecimento científico). A segunda instituía uma hierarquia entre as ciências, utilizando como critérios de abstração a complexidade e a importância prática. Nesse sentido, as ciências como Matemática, Astronomia, Física, Química, Biologia e Sociologia, para existirem, eram dependentes uma da outra hierarquicamente. As ciências sociais estavam associadas às ciências físicas tanto em sua epistemologia como em seu método e em sua hierarquia, de modo que essa forma de conceber as ciências sociais acabou levando a um atraso em seu desenvolvimento.

Na nossa pesquisa, como já explicitado, a utilização das metodologias qualitativa e quantitativa serve para que se entenda melhor o problema da evasão escolar que vem acontecendo com a maioria dos alunos que ingressaram no Curso Técnico de Nível Médio Subsequente em Mecânica no IFRN/*Campus* Mossoró. Destarte, fazemos uso de pressupostos da pesquisa quantitativa, tais como a necessidade, a mensuração e a quantificação; quanto à pesquisa qualitativa, não existe uma posição de neutralidade, já que se estudam os fenômenos

[5] Auguste Comte (1798-1857) foi um filósofo francês considerado o fundador do positivismo, corrente que propõe uma nova organização social, assim como elaborou sua concepção da Ciência Social, criando a disciplina Sociologia. Ele estudou as possibilidades de esboçar, em teoria, um modelo ideal de sociedade organizada. Sua doutrina considerou a "ciência positiva", baseada nos fatos, como o único fator de estabilidade do universo.

sociais nos contextos em que eles ocorrem, a relação com os sujeitos da pesquisa, entre outros aspectos.

Ainda segundo Santos Filho (1997), os positivistas[6] defendiam a pesquisa como atividade neutra. O pesquisador não deveria avaliar ou fazer juízo de valor, mas apresentar o que já existia, ser objetivo e evitar ter opinião preconcebida sobre os fatos ou fenômenos estudados, para que as opiniões formadas anteriormente não viessem a comprometer os resultados da pesquisa. A crítica à neutralidade das pesquisas nas ciências humanas e sociais foi um dos importantes marcos para o avanço da desvinculação das ciências humanas das ciências naturais.

Para o referido autor, Mill[7] foi um dos contemporâneos de Comte que divulgou o positivismo na Inglaterra e contribuiu para o seu aprimoramento metodológico. Ele defendeu o método que se baseava na lei da uniformidade da natureza e na lei da causação. Os trabalhos de ambos divergiam em aspectos importantes. Conforme Santos Filho (1997, p. 18), "para Mill, as leis sociais poderiam ser reduzidas às leis do comportamento individual, enquanto Comte entendia que a sociedade era um organismo com suas próprias leis". Ainda em conformidade com Santos Filho (1997), Durkheim destacou-se ao elaborar regras metodológicas que causaram forte impacto nas ciências sociais, estabelecendo que os fatos sociais devem ser vistos como coisas, tratando o objeto de estudo de forma isolada da sua consciência, como se fosse um cientista que estivesse estudando uma substância em um laboratório.

Para o referido autor, Durkheim tratou as ciências sociais como naturais, ou seja, o pesquisador não deveria se envolver emocionalmente com o objeto pesquisado, mas ser neutro. A ciência deve ser o que é e não o que poderia ou deveria ser. Todas essas perspectivas teóricas conduziram as pesquisas nas ciências sociais e humanas de maneira conservadora, dicotomizando a compreensão sobre o conhecimento da pesquisa científica. Com a crise paradigmática, nasceu a pesquisa qualitativa para se contrapor à quantitativa.

Consoante à literatura, ao longo do tempo, a pesquisa qualitativa e a quantitativa passaram por vários aprimoramentos. Em suas trajetórias, estenderam seu leque de atuação, aperfeiçoando-se e contribuindo significativamente para o crescimento e o enriquecimento da pesquisa. No século XXI, existe um grande leque de variedade de métodos, técnicas e

[6] O positivismo foi um movimento caracterizado pela observação dos fatos. A partir dele, a opinião de quem estuda esses fatos deve ser evitada, conhecendo-se apenas dois tipos de conhecimentos: o empírico e o lógico matemático.
[7] John Stuart Mill (1806-1873) foi um filósofo inglês. É reconhecido como um dos maiores propagadores do empirismo e do utilitarismo. De acordo com esse filósofo, o empirismo, doutrina filosófica, defende que o conhecimento é apropriado através das experiências vividas e que a aprendizagem se materializa por meio de tentativas e erros. Também defendia o utilitarismo, doutrina ética que assegurava que as ações são boas quando buscam a promoção do bem-estar da sociedade.

instrumentos que foram aperfeiçoados durante os anos, os quais possibilitaram contribuir e dar uma melhor qualidade e eficiência à pesquisa. O avanço das ciências e das tecnologias colaborou muito para isso. No entanto, durante o passar dos anos, alguns metodólogos compreenderam que as duas metodologias isoladamente não estavam abarcando as complexidades originadas pelo desenvolvimento da ciência, das tecnologias e da multidisciplinaridade. Nesse sentido, buscou-se a possibilidade de promover a cooperação, a interação ou a fusão das pesquisas qualitativa e quantitativa. Nas palavras de Sampieri, Calado e Lucio (2013, p. 552), "as premissas de ambos os paradigmas podem conviver ou se entrelaçar e combinar com teorias substantivas; portanto, integrar os métodos quantitativos e qualitativos não só é possível, como é conveniente".

Desse modo, nossa pesquisa busca trabalhar com uma metodologia mista, com base nas seguintes justificativas/razões para se trabalhar dessa forma, de acordo com Bryman (2008 *apud* SAMPIERI; CALADO; LUCIO, 2013): compensação (neutralizar os pontos fracos e fortalecer os fortes das duas abordagens); complementação (obter uma visão compreensiva na utilização de ambas as abordagens); credibilidade (reforçar a credibilidade quando são utilizados os dois métodos); clareza (ver algo que muitas vezes não se faz visível utilizando um único método); e explicação (maior capacidade de explicação mediante coleta e análise dos dados QUANTITATIVOS e QUALITATIVOS. O resultado de um método ajuda a entender o resultado do outro). Assim sendo, muito mais do que ver a utilização do enfoque misto como algo negativo, pretende-se apresentar as qualidades de sua utilização.

2.1 Pesquisa com método[8] misto

Na literatura a que tivemos acesso, os trabalhos que discutem a possibilidade de uma combinação entre as metodologias qualitativa e quantitativa na pesquisa educacional ainda são incipientes. Alguns estudiosos defendem a compatibilidade entre as duas metodologias, outros, não. Conforme Sampieri, Calado e Lucio (2013), a pesquisa, atualmente, enfrenta problemas mais complexos e as metodologias qualitativas e quantitativas trabalhadas isoladamente não

[8] A palavra método científico está relacionada a uma série de passos que uma ciência segue para obter conhecimento válido, podendo ser verificado mediante instrumento(s) confiável(éis) utilizados na pesquisa. Através dele, um pesquisador obtém resultados mais próximos da realidade estudada, utilizando-os como meios para chegar a um fim. O seu significado original aponta para o caminho que conduz a chegar em alguma parte, em algum lugar.

atendem a essa nova realidade. Daí a necessidade de ser utilizado o método misto, denominação dada pela literatura recente a esse tipo de metodologia.

Para Creswell (2007), o método misto foi criado para atender à necessidade de, em um único procedimento, agrupar dados das pesquisas quantitativa e qualitativa em um mesmo estudo. Nesse processo, foram realizadas várias análises exigindo procedimentos mais explícitos e possibilitando um maior auxílio ao pesquisador no desenvolvimento de projetos inteligíveis a partir de dados e análises complexas.

Com o desenvolvimento da pesquisa, torna-se imprescindível a utilização de métodos que venham atender a necessidade do pesquisador. O método misto é criado com essa finalidade, como também para trazer mais qualidade, facilidade e confiabilidade à pesquisa. Ao fazer uso de múltiplas abordagens em uma mesma pesquisa, torna-se possível ampliar as potencialidades dos horizontes pesquisados.

Segundo Dal-Farra e Lopes (2013), o método misto concentrou-se nas pesquisas qualitativa e quantitativa, reunindo temas abertos e fechados. Com isso, pode-se obter uma multiplicidade de dados, análises estatísticas e linguísticas e, assim, as coletas de dados podem ser mais exploradas e aprofundadas.

No entendimento de Sampieri, Calado e Lucio (2013), existem inúmeros benefícios quando se usa o método misto, dentre os quais se destacam: perspectivas mais amplas e aprofundadas, maior teorização, dados mais "ricos" e variados, criatividade, indagação mais dinâmica, maior solidez e rigor e maior "exploração e aproveitamento" dos dados. Em suma, verificam-se descrição mais minuciosa do fenômeno estudado e formulação de explicações mais substanciosas que vão dar mais veracidade e confiabilidade à pesquisa.

As vantagens de utilizar esse tipo de enfoque metodológico são consideradas bem maiores do que as dificuldades encontradas quando fazemos uso deste na pesquisa. Outro ponto bastante importante é que a evasão constitui-se como um problema de grande dimensão e relevância na educação brasileira, envolvendo diferentes atores e contextos e exigindo o uso de diversas técnicas e fontes. A utilização de duas metodologias estabelece reflexões teórico-metodológicas, análises e consciência da compatibilidade entre as abordagens epistemológicas subjacentes à escolha do método.

Na perspectiva de Richardson (2008 p. 79),

> a abordagem qualitativa de um problema, além de ser uma opção do investigador, justifica-se, sobretudo, por ser uma forma adequada para entender a natureza de um fenômeno social. Tanto assim é que existem problemas que podem ser investigados por meio de metodologia quantitativa, e há outros que existem diferentes enfoques e, consequentemente, uma metodologia de conotação qualitativa.

O que o autor defende aplica-se a esta pesquisa, visto que a "evasão", tema em estudo, é um fenômeno social, um problema que pode ser investigado, aplicando tanto a metodologia qualitativa quanto a quantitativa, uma vez que proporcionam um leque de respostas mais amplas, permitindo ir além das restrições de uma única metodologia. As duas poderão colaborar mutuamente entre si para desenvolver a pesquisa. Como cada uma das metodologias apresenta pontos positivos e negativos, pois nenhuma pesquisa é "totalmente" completa, a utilização de ambas servirá para a superação das suas limitações.

Ao contrário do que alguns possam pensar, esse método não é novo. Ele existe há pelo menos 60 anos nos estudos da Antropologia e da Sociologia. Porém, sua aplicação na área dos estudos das ciências sociais e humanas ainda é considerada muito incipiente. É indiscutível que, ao se trabalhar com os dois métodos, segundo Dal-Farra e Lopes (2013), não existe possibilidade de distinguir os seus limites. A objetividade está presente em ambos, tanto no que se refere ao quantitativo, em que são feitas as análises estatísticas, quanto na prática dos estudos qualitativos. Ao serem utilizados os dois métodos em uma mesma pesquisa, muitas vezes, não é possível distinguir as características que estão relacionadas a cada uma das metodologias, tornando-se difícil haver uma separação para saber onde se concentra a área de atuação de cada uma delas, onde cada uma se inicia e qual a delimitação do seu término.

Conforme Creswell (2007, p. 215), na pesquisa mista,

> a integração dos dois tipos de dados pode ocorrer em diversos estágios do processo de pesquisa: na coleta de dados, na análise de dados, na interpretação ou em alguma combinação de locais. Integração significa que o pesquisador "junta" os dados. Por exemplo, na coleta de dados, essa "mistura" pode envolver a combinação de questões abertas com questões fechadas de um questionário. A mistura no estágio de análise e interpretação de dados pode envolver a transformação de temas ou códigos qualitativos em números quantitativos e a comparação dessas informações com resultados quantitativos em uma seção de "interpretação" do estudo. O local em que ocorre a integração no processo parece estar relacionado ao fato de a coleta de dados ocorrer em fases (uma sequência) ou em uma única fase (concomitante).

A integração entre as duas metodologias ocorre a partir da coleta de dados e na análise e interpretação, dependendo do tipo de estratégia de método misto utilizada. Na pesquisa em curso, utilizamos a fase sequencial, na qual primeiro coletaram-se os dados quantitativos, seguidamente dos dados qualitativos. As análises foram realizadas após o final de cada produção, até porque os referidos estudos junto aos evadidos nortearam a elaboração do roteiro da entrevista semiestrutura, finalizando com a sua interpretação.

Segundo Sampieri, Calado e Lucio (2013), há vários benefícios ou perspectivas para a utilização dos métodos mistos em uma pesquisa:

1. Com a pesquisa mista, o pesquisador pode conferir "tensões" entre diversas concepções teóricas e, ao mesmo tempo, ponderar o vínculo entre os dados que foram coletados dos diferentes métodos;
2. Os dados obtidos são variados e mais abastados, visto que são utilizadas diversas fontes de observação, dados e contextos distintos para a realização da análise;
3. Usar a criatividade do pesquisador para superação dos pontos fracos das abordagens;
4. Ser mais dinâmico nas questões da pesquisa;
5. Usar as inferências científicas de forma mais sistemática e não isoladamente;
6. Explorar e aproveitar os dados de forma mais criativa.

Ambos os métodos se constituem e evoluem de forma desigual e, na realidade, são considerados paradigmas diferentes. No entanto, esse fato não os impede de se combinarem e se unirem em um único estudo, desde que tenham um propósito de complementaridade. Nesta pesquisa, a ideia de complementaridade é de suma importância, pois as opiniões dos alunos evadidos, sua vida pessoal, familiar, profissional, educacional, suas experiências no IFRN/*Campus* Mossoró, sua forma de ver a instituição e seus professores e os percalços que os impediram de dar continuidade ao curso complementam-se com as opiniões e com as visões dos profissionais acerca da evasão.

Na literatura, discutem-se bastante as diferenças básicas entre as duas metodologias (qualitativa e quantitativa), tanto em relação aos pressupostos epistemológicos quanto aos procedimentos metodológicos da pesquisa. Apesar do dualismo que muitos autores persistem em defender, neste trabalho, intenciona-se adotar a compatibilidade e complementaridade delas.

Em conformidade com Sampieri, Calado e Lucio (2013, p. 7),

> los métodos mixtos representan un intento por legitimar la utilización de múltiples enfoques para resolver los planteamientos de problemas de investigación, más que restringir las elecciones de los(as) investigadores(as). Rechazan el dogmatismo y la cerrazón. Son una forma creativa, expansiva, plural, complementaria y ecléctica de elegir la forma de indagar y conducir estudios. El planteamiento es lo más importante dentro del proceso investigativo, el método debe seguirlo de manera que se responda a las interrogantes propuestas de la manera más útil, profunda y completa. Para efectuar un estudio debemos considerar todas las características relevantes de la investigación cuantitativa y cualitativa.

O método misto nasceu com a proposta de fundamentar o uso das várias metodologias em uma única pesquisa, aprofundando problemas complexos, em vez de limitar as escolhas dos

pesquisadores. No método misto, há rejeição do dogmatismo e posturas fechadas. De fato, alguns pesquisadores, tais como os já relacionados no início deste capítulo, defendem a compatibilidade e a complementaridade entre as duas metodologias. Sampieri, Calado e Lucio (2013) defendem a coexistência das duas metodologias em uma mesma pesquisa, visto que o contexto em que vivemos é constituído de realidades objetivas (edifícios, escritórios, capital, pessoas) e subjetivas (pessoas com sentimentos e emoções, interações pessoais). As realidades objetivas (quantitativas) e subjetivas (qualitativas) podem, assim como na vida, coexistir em uma mesma pesquisa.

Nesse sentido, os dualismos instaurados no campo das pesquisas sociais e humanas, incluindo educação, são, também, formas positivas de lidar com a pesquisa. Acredita-se que será uma questão de tempo até a desconstrução dessa barreira epistemológica. Vivemos em um contexto dinâmico onde as coisas renovam-se com muita rapidez. A interação não é algo que veio para dificultar, muito pelo contrário, surgiu com o intuito de facilitar, dar opções e viabilizar. O dualismo precisa ser rompido e ultrapassado para que a pesquisa avance cada vez mais.

A utilização do método misto no referido estudo possibilita trabalhar os aspectos subjetivos (qualitativos) e os objetivos (quantitativos), partindo do pressuposto de que vivemos em uma realidade complexa, cujas análises precisam ser à luz de diferentes sujeitos e perspectivas. Precisamos ouvir os sujeitos, entretanto, a adequação do método aos objetivos da pesquisa configura-se como a condição importante para seu sucesso. O método misto almeja maior rigor na pesquisa, com uma perspectiva mais ampla de enxergar e analisar o objeto. Ao empregarmos os dois métodos, o tema "evasão" pode ser abordado em uma variedade de perspectivas, tais como: qual a frequência e a dimensão do fenômeno estudado? (quantitativa). Qual a profundidade e a complexidade desse estudo para o pesquisador, para os sujeitos e para a instituição estudada? (qualitativa). Há generalização do fenômeno estudado? (quantitativa). Qual a compreensão que se chegou após a conclusão do estudo? Quais as causas da evasão? As causas estão relacionadas às questões de aprendizagem, à instituição e a fatores econômicos e didático-pedagógicos? (qualitativa).

Com a pesquisa mista, consegue-se produzir mais dados, uma vez que utilizamos o questionário (quantitativa) respondido pelos alunos evadidos, evidenciando as razões (externas ou internas) da evasão escolar e a entrevista (qualitativa) realizada com os profissionais, tentando captar também as razões (externas e internas) da evasão.

2.2 Os sujeitos da pesquisa e a construção dos dados

Os sujeitos da pesquisa são os alunos que se evadiram das duas turmas do Curso Técnico de Nível Médio Subsequente em Mecânica do IFRN/*Campus* Mossoró, no turno noturno, dos semestres letivos 2013.1 e 2014.1, como também profissionais do IFRN.

Quanto aos alunos evadidos, registra-se um total de quarenta e cinco (45), sendo vinte e três (23) na turma de 2013.1 e vinte e dois (22) na de 2014.1. Para iniciar e atender ao objetivo geral deste trabalho, que é o de analisar as razões do alto índice de evasão no Curso Técnico de Nível Médio em Mecânica Subsequente do IFRN/*Campus* Mossoró, no turno noturno, foi realizado um prévio levantamento dos dados quantitativos sobre a concorrência e a evasão nos períodos letivos de 2013.1 e 2014.1, recorrendo-se ao Sistema Acadêmico disponível aos profissionais do IFRN, principalmente professores, coordenadores de cursos, pedagogos e secretários. Optou-se por estudar essas duas turmas em virtude das configurações em torno da concorrência e da evasão no Curso Técnico de Nível Médio Subsequente em Mecânica no IFRN/*Campus* Mossoró, já que este apresentou o maior índice de evasão associado à concorrência, conforme Quadro 1:

Quadro 1 – Dados da concorrência e evasão do Curso Técnico de Nível Médio em Mecânica na forma Subsequente, turno noturno, do IFRN/*Campus* Mossoró

Semestre	**Concorrência Curso Mecânica**	**Alunos Matrícula Curso Mecânica**	**Evasão Curso Mecânica**	**Turno**
2013.1	18,00	40	57,50%	Noturno
2014.1	12,05	40	55,00 %	Noturno

Fonte: Secretaria Acadêmica – SEAC, *Campus* Mossoró.

Consoante os dados coletados no Sistema Acadêmico, observou-se que o semestre letivo 2013.1 apresentou uma concorrência de 18 alunos para uma vaga no processo seletivo. No semestre letivo de 2014.1, a concorrência foi de 12,05 para uma vaga. Em 2013.1, a evasão foi de 57% e, em 2014.1, de 55%. Numericamente, são vinte e três alunos evadidos do período 2013.1 e vinte dois do período 2014.1, totalizando quarenta e cinco alunos em um universo de oitenta alunos matriculados por período.

Creswell (2007) orienta quatro decisões que constituem a seleção de uma estratégia de investigação com métodos mistos: 1) qual é a sequência de coleta de dados quantitativos e qualitativos?; 2) que prioridade será dada à coleta e à análise de dados quantitativos e

qualitativos?; 3) em que estágio serão integrados os dados e os resultados quantitativos e qualitativos?; 4) será utilizada uma perspectiva teórica global?

De acordo com essa estratégia de investigação, o autor define as seguintes pesquisas dentro do método misto:

a) Projeto exploratório sequencial QUANTI → quali: caracteriza-se, de início, pela coleta de dados e análise quantitativa, realizando-se, na sequência, a coleta e a análise de dados qualitativos e a interpretação de toda a análise. Os dois métodos se integram durante a fase de interpretação do estudo.
b) Projeto exploratório sequencial QUALI → quanti: inicialmente, coletam-se os dados e faz-se a análise qualitativa e, em sequência, realizam-se a coleta e a análise de dados quantitativos e a interpretação de toda a análise. Os resultados dessas duas fases são integrados durante a etapa de interpretação.
c) Projeto transformador sequencial: qualquer um dos métodos pode ser usado primeiro, pois possui uma perspectiva teórica norteadora do estudo, cujo objetivo sobrepõe-se ao uso dos métodos como guia de estudo.
d) Estratégia de triangulação concomitante: coleta concomitante de dados qualitativos e quantitativos de forma separada, buscando compensar os pontos fracos de um método com os fortes do outro, ocorrendo a comparação dos resultados.
e) Estratégia aninhada concomitante, também chamada de triangulação: coleta de dados quantitativos e qualitativos concomitantemente, havendo um método predominante que guia o processo e pode ser tanto o quantitativo quanto o qualitativo. Esse método pode atender a vários propósitos: projetos quantitativos, dados quantitativos e vice-versa, para enriquecer a descrição da participação na amostra. Pode ser utilizado quando o pesquisador decide empregar diferentes metodologias, grupos ou níveis.
f) Estratégia transformadora concomitante: possui uma perspectiva teórica norteadora do estudo, cujo objetivo sobrepõe-se ao uso dos métodos e ocorre com a coleta concomitante dos dados. Pode assumir as características do projeto de triangulação ou de aninhamento. Os dois dados são coletados simultaneamente durante a fase de coleta, dando prioridade igual ou desigual. A integração dos dados diferentes ocorre durante a análise.

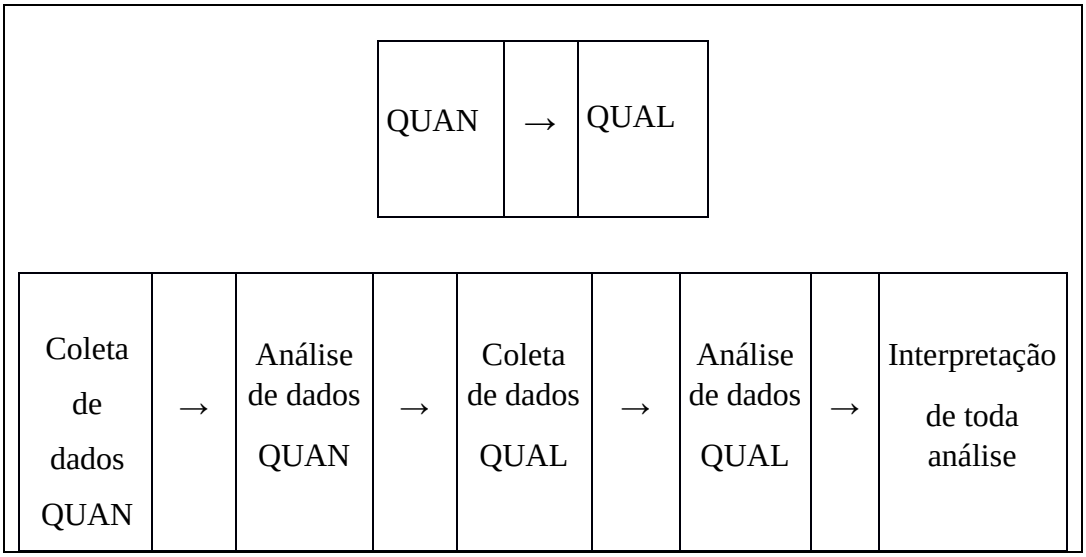
O emprego do método misto nesta pesquisa apresenta várias vantagens, visto que integra dados diferentes, aprofunda e amplia as informações, provocando uma análise mais abrangente

dos resultados sobre os fenômenos estudados. De acordo com Sampieri, Calado e Lucio (2013, p. 548), "a meta da pesquisa mista não é substituir a pesquisa quantitativa nem a qualitativa, mas utilizar os pontos fortes de ambos os tipos e combinando-os e tentando minimizar seus potenciais pontos fracos". Nesse aspecto, servindo-se das duas metodologias (qualitativa e quantitativa), os autores passam a suscitar elementos que possibilitem explicação e compreensão do contexto observado, ampliando seus significados e sua visão. Em nossa pesquisa, optamos pela estratégia exploratória sequencial, por ser a mais adequada aos objetivos previstos.

Creswell (2007) ressalta que a estratégia exploratória sequencial é caracterizada pela coleta e análise de dados quantitativos e sequencialmente pelos qualitativos. Os referidos métodos são integrados durante a fase de interpretação do estudo. Os objetivos do projeto explanatório sequencial, geralmente, são utilizar o resultado do estudo qualitativo para assessorar na explicação e na interpretação do resultado de um estudo primariamente quantitativo.

A Figura 1 mostra a estratégia exploratória sequencial que foi utilizada neste estudo, baseada em Creswell (2007), que se caracteriza pela coleta e análise de dados quantitativos em um primeiro estágio da pesquisa, seguida da coleta e análise de dados qualitativos, no segundo estágio, realizada sobre os resultados quantitativos iniciais.

Figura 1 – Estratégia exploratória sequencial



Fonte: Creswell (2007, p. 116).

Este estudo foi realizado em duas fases sequenciais. Na primeira, de natureza quantitativa, foi aplicado um questionário estruturado, por meio de endereço eletrônico, com os

alunos evadidos do Curso Técnico de Nível Médio em Mecânica Subsequente no IFRN/*Campus* Mossoró, no turno noturno, dos períodos letivos 2013.1 e 2014.1, objetivando compreender as razões que os levaram a abandonar o curso.

Na segunda, de natureza qualitativa, foi realizada uma entrevista semiestruturada com os professores dos referidos alunos evadidos, Coordenador do Curso, Diretor Acadêmico e Membro da Equipe Técnico-Pedagógica (ETEP), com o intuito de compreender as suas percepções sobre as razões que levaram os alunos a abandonar o referido curso.

2.2.1 O questionário estruturado: construção dos dados quantitativos

O questionário estruturado (Apêndice A) consta de perguntas com a finalidade de identificar as causas da evasão do estudante. Sua aplicação estava prevista para ser feita com os quarenta e cinco alunos evadidos das turmas 2013.1 e 2014.1, mas apenas vinte e oito participaram, ou seja, 62% dos evadidos tornaram-se sujeitos desta pesquisa. Para essa etapa, foi utilizada a abordagem quantitativa, na qual, de acordo com Sampieri, Calado e Lucio (2013), em uma pesquisa intenciona-se generalizar os resultados encontrados dentro de um determinado grupo ou amostra (menor), para um universo (maior) – comunidade, população –, de forma que esses estudos que foram desenvolvidos tenham condições de explicar os fatos identificados.

A utilização do questionário foi em função da grande quantidade de alunos evadidos (quarenta e cinco), bem como dos propósitos da pesquisa. Nesse sentido, para facilitar a coleta das informações, como também para a análise dos dados após sua aplicação, optou-se por questionário estruturado, com questões de única ou múltiplas respostas (Apêndice A). Além das opções de múltiplas escolhas, foi incluída em suas opções a categoria (outros) aberta, objetivando que o respondente tivesse mais liberdade.

Para Richardson (2008), no método quantitativo, as indagações realizadas dentro do questionário ou entrevista são formuladas de forma clara e minuciosa, conservando-se o sigilo em relação aos nomes dos participantes e procurando sistematizar as informações obtidas, de modo que não haja distorção nas respostas, estando condizentes com o que fora relatado.

O uso do questionário visou averiguar as razões que favoreceram a evasão no que se refere às causas relacionadas ao próprio aluno e às questões internas e externas da escola. Os dados, após coletados, tiveram um tratamento estatístico, com a exposição de quadros que pudessem contribuir com a sua sintetização.

Consoante Richardson (2008), normalmente, os pesquisadores elaboram os questionários com diversos tipos de perguntas. As perguntas fechadas têm o intuito de conhecer

o perfil social e econômico, sexo, escolaridade, idade, entre outros fatores. Já as perguntas de identificação de opiniões apontam para respostas como: sim; não; conheço; desconheço etc. Por fim, as perguntas abertas destinam-se a conhecer as opiniões do entrevistado.

O questionário é um instrumento para realizar um levantamento de dados, isto é, para coletar informações de pessoas a respeito de suas opiniões, sentimentos, projetos, crenças, bem como origem social-econômica, educacional e racial, entre outros. Ele foi utilizado como instrumento da pesquisa quantitativa. De acordo com Moreira (2011), é importante que, depois de serem utilizados tais instrumentos, tenha-se o maior grau de fidúcia possível nas medidas feitas, visto que deve haver grande preocupação por parte do pesquisador com pelo menos duas características básicas de um instrumento de medida: a confiabilidade e a validade.

A fidedignidade e a validade são instrumentos indispensáveis na pesquisa. São eles que dão a consistência e a estabilidade aos valores mensurados nos estudos que levam à credibilidade. As questões que estão relacionadas com a objetividade do estudo afetam diretamente a validade, como também a confiabilidade dos dados, que dependerão de alguns cuidados que se deve ter durante sua coleta.

Para Sampieri, Calado e Lucio (2013, p. 31), "os estudos quantitativos seguem um padrão previsível e estruturado (o processo) e é preciso ter presente que as decisões críticas devem ser tomadas antes das coletas de dados". Conforme foi abordado, a pesquisa quantitativa traz um plano bem definido, seguindo objetivos, trazendo as hipóteses predefinidas e empregando a quantificação, o que possibilita a verificação e revalidação dos dados. São essas características da pesquisa quantitativa que lhe conferem confiabilidade e fidedignidade.

A primeira parte do questionário estruturado buscou levantar dados externos à escola, objetivando averiguar as causas da evasão no referido curso e turmas sob a perspectiva dos alunos evadidos, considerando dados pessoais, familiares, atividades que realizavam antes de entrar no curso e os fatores socioeconômicos. A segunda parte do questionário visou obter dados internos relacionados com aspectos pedagógicos, curriculares e estruturais da escola. O questionário foi aplicado via internet[9] pelo programa Google Docs[10], serviço realizado pela Web,

[9] A internet é um conjunto de redes mundial, ou seja, uma rede de computadores interligada, que possibilita o acesso a informações a respeito de qualquer tema em qualquer lugar do mundo.
[10] Ferramentas para ajudar na realização de tarefas. Serve para criar novos documentos, planilhas e apresentações individuais ou compartilhadas em tempo real.

Android[11] e IOS[12], o qual possibilita criar, editar e visualizar documentos de texto e compartilhá-los sem precisar salvar as alterações realizadas, como também trabalhar *off-line*, visto que é uma ferramenta que permite salvar os arquivos tanto no *drive on-line* do Google quanto na memória do dispositivo. Essa ferramenta conta também com a opção de transformar o arquivo em PDF, .doc, .txt. e .html[13].

Inicialmente, tentou-se entrar em contato com todos os alunos que desistiram das duas turmas: vinte e três (23) alunos de 2013.1 e vinte e dois (22) de 2014.1. No entanto, conseguimos contatar apenas doze (12) alunos da primeira turma citada e dezesseis (16) da segunda, totalizando 28. Após o primeiro contato, foi enviado o questionário para o *e-mail*[14] dos referidos alunos, no qual constavam as explicações para orientá-los e o prazo de entrega. Aos poucos, foram surgindo as respostas, mas o quantitativo inicial era muito baixo. Com a demora da devolução, retomamos o contato através de *e-mail* ou telefone para solicitar o apoio e a compreensão dos respondentes do questionário. Depois desse diálogo, entramos várias vezes em contato com os alunos através do telefone até termos uma resposta positiva, ou seja, até relatarem que já haviam respondido ao questionário.

2.2.2 A entrevista semiestruturada: construção dos dados qualitativos

A entrevista é um instrumento que vem sendo bastante utilizado nos últimos anos, proporcionando maior profundidade aos pesquisadores das áreas das ciências sociais, humanas e psicológicas. Favorece a comunicação e permite através de sua utilização o conhecimento e o reconhecimento dos atores sociais, visto que as entrevistas expressam atitudes, sentimentos, constroem e reconstroem significados dos contextos sociais e culturais vividos pelos sujeitos que participam do processo.

---

[11] O Android 4.4 KitKat é a nova versão do famoso sistema operacional mobile do Google. Ele traz uma série de novidades e algumas mudanças estéticas que o tornam mais maduro, otimizado e eficiente. Boa parte das mudanças é visual e o objetivo da maioria delas é colocar a atenção do usuário mais no conteúdo do que no sistema operacional em si.

[12] O iOS 7 é o sistema operacional mobile da Apple que muda a maneira de usar os *gadgets* da marca. Com uma interface renovada e novos recursos, o sistema ganhou uma repaginada no *design* e vários novos recursos e atualizações, em uma mudança considerada a maior desde a chegada do sistema no lançamento do iPhone em 2007.

[13] São tipos de formatos que são definidos para o armazenamento de dados digitais em um disco, de modo que tais dados possam ser acessados posteriormente. Assim, um formato define o modo como a informação será guardada, para ser transferida ou acessada no futuro. O formato informa ao sistema operacional qual foi o programa que o gerou e que deverá ser executado para que o arquivo possa ser aberto, criado ou modificado.

[14] O *e-mail* é um correio eletrônico, uma ferramenta que permite compor, enviar e receber mensagens, textos, figuras e outros arquivos através da internet. A sua utilização não depende da presença simultânea do remetente e destinatário da mensagem. Sua praticidade incide, principalmente, quando a comunicação precisa ser realizada entre pessoas que estejam em locais muito distantes, em diferentes fusos horários.

A entrevista semiestruturada obedece a um roteiro que é preparado pelo pesquisador, mas nada é fechado, uma vez que possibilita o aprofundamento e o redimensionamento no decorrer da conversa. A preferência por essa técnica ocorreu em virtude de proporcionar ao entrevistador melhor capacidade de entender e captar a visão que os entrevistados têm a respeito do que é abordado na entrevista, uma vez que esta transcorre de maneira livre, ficando os participantes à vontade para falar livremente.

A entrevista constitui-se como uma interação criadora que capta significados arquitetados pelos entrevistados, busca sentidos, revela identidades, sonhos, projetos, perspectivas e contribui para a recuperação dos contextos sociais e culturais nos quais as palavras, os gestos, os símbolos e as figuras fazem sentidos e trazem significados. A entrevista busca coletar as perspectivas, os olhares e os pontos de vista dos profissionais do IFRN/*Campus* Mossoró em relação aos motivos que levaram os alunos a evadirem-se do Curso Técnico de Nível Médio Subsequente em Mecânica, do turno noturno.

Segundo Sampieri, Calado e Lucio (2013), na pesquisa qualitativa, geralmente, as primeiras perguntas são abertas do tipo experimental e vão se aperfeiçoando com o desenvolvimento do trabalho, tornando-se semiestruturadas. Nesse sentido, aconselha-se que o próprio pesquisador realize as entrevistas e que este esteja altamente capacitado para isso. A entrevista na pesquisa qualitativa deve ser aberta, por oportunizar aos entrevistados falar livremente, possibilitando responder as questões de forma mais completa. Neste trabalho, a entrevista tem o intuito de compreender a percepção dos profissionais do IFRN, para que estes possam emitir opiniões sobre as razões que levaram o aluno a procurar o referido curso e turno, assim como os motivos que os fizeram abandoná-lo. A entrevista é um instrumento metodológico utilizado na pesquisa qualitativa e, como tal, estuda o contexto social, os fatos históricos e culturais através da observação e participação do ambiente estudado.

Para Godoy (1995), a pesquisa qualitativa não busca quantificar os fatos estudados nem se utiliza de instrumentos estatísticos para realizar as análises dos dados. Parte de questões mais amplas para depois ir se definindo, à medida que o estudo se aprofunda. Utiliza-se da observação de dados descritivos dos lugares, das pessoas e das relações interpessoais transmitidas pelos participantes em processo interativo com o pesquisador no contexto estudado.

O que interessa ao pesquisador qualitativo é o contato direto e constante com o cotidiano dos sujeitos investigados, favorecendo uma melhor compreensão do fenômeno. Nesse sentido, não se pode negligenciar a subjetividade dos atores envolvidos, suas emoções, seus valores, como também a impossibilidade do distanciamento entre o sujeito e o objeto da pesquisa.

Portanto, faz-se necessário ouvir os sujeitos da pesquisa, que, no caso em questão, são os alunos evadidos e os profissionais que com eles conviveram.

A pesquisa qualitativa analisa o ambiente empírico onde está ocorrendo a situação que é objeto de estudo, não tratando de dados numéricos, mas de informações produzidas através de observações e interpretações. Nesse ambiente, o pesquisador vai enriquecer o seu trabalho com as informações, fazendo os seus registros e utilizando a sua própria vivência para direcionar a pesquisa e ajudá-lo a compreender o contexto observado. Nessa perspectiva, o material que é produzido durante a fase da pesquisa é traduzido em forma de textos, narrativas, registros e dados, os quais não são quantificados e mensurados.

Sampieri, Calado e Lucio (2013) identificaram que a pesquisa qualitativa é acionada quando procura compreender a perspectiva dos integrantes sobre tudo que os cerca, tentando perceber por meio de suas vivências o que eles visualizam, suas opiniões, seus pontos de vistas e o modo como eles percebem sua realidade.

Na pesquisa qualitativa, o próprio pesquisador pode ser coparticipante. Seus dados são construídos de forma contínua, progressiva e reflexiva, acrescentando ou retirando os elementos que ele julgue necessários ou não para o desenvolvimento de sua pesquisa. Durante as entrevistas com os profissionais do IFRN/*Campus* Mossoró que se relacionaram com as turmas de 2013.1 e 2014.1 do Curso Técnico de Nível Médio em Mecânica (Apêndices B e C), foi possível captar razões do alto índice de evasão nesse curso. As entrevistas semiestruturadas foram aplicadas individualmente com os profissionais.

Desse modo, para manter sigilo e resguardar as identidades, denominamos os profissionais da seguinte maneira: Diretor Acadêmico da Instituição (DAI), Coordenador de Curso (COC), Professor da Área Técnica (DAT), Professor da Área Propedêutica (DAP) e membro da equipe Técnico-pedagógica Acompanhante do Curso (TAC). O agendamento da entrevista foi realizado por meio do *e-mail* institucional. Cinco deles colocaram-se à disposição da presente pesquisa e somente um justificou sua impossibilidade de participar em função de estar com uma carga de trabalho muito grande e não dispor de tempo.

A escolha desses profissionais deu-se em função de eles terem contato mais direto com as turmas e, por conseguinte, conhecerem a realidade desses alunos. A escolha de professores de áreas diferentes (técnica e propedêutica) teve como o objetivo saber se as dificuldades (problemas) desses alunos em relação a essas áreas de ensino eram semelhantes ou divergentes. Quanto ao número de sujeitos envolvidos, acreditamos que cinco profissionais dariam para respaldar a nossa pesquisa, até porque o que estava em apreciação nessa fase da pesquisa eram as questões qualitativas.

As entrevistas foram gravadas em celular SAMSUNG DUOS[15] e, após a sua realização, transcritas utilizando o Google Drive (aplicativo), o qual serve para armazenar e acessar arquivos, documentos, planilhas e apresentações Google, que são tipos de documentos baseados na Web. Nesse sentido, o Google Drive foi instalado no celular e acessado no computador através da internet para fazer a transcrição de cada entrevista. O referido aplicativo faz a sincronização bidirecional, para que as alterações feitas *on-line* sejam refletidas em todos os dispositivos e vice-versa. As entrevistas gravadas foram reproduzidas oralmente para formato de texto no celular e concomitantemente no computador. Havia pequenos "arquivos apontadores" pertencentes ao Google, como .gdoc, .gsheet e .gslides, que não consomem a cota de armazenamento 8 GB e são armazenados na conta do aplicativo (15GB de memória), constatando-se ser um dispositivo facilitador do trabalho, visto que as transcrições teriam demorado mais tempo para serem finalizadas se não dispuséssemos do referido recurso.

As entrevistas foram realizadas após o agendamento com os profissionais. Elas foram divididas em duas partes: a primeira foi sobre a identificação dos sujeitos entrevistados, procurando saber a formação inicial, o ano de conclusão e a Instituição de Ensino Superior em que estudaram, assim como a formação continuada e a instituição que buscaram para avançar na formação e o tempo de atuação na Educação Profissional.

A segunda parte da entrevista constituiu-se de questões que intencionavam identificar os fatores que contribuíram para a evasão dos alunos na visão dos sujeitos (profissionais do IFRN/*Campus* Mossoró). Ela foi bastante semelhante à primeira, mas com um pouco de distinção para cada segmento (Apêndice D e E). Para os docentes, buscamos aprofundar as informações na relação da evasão com o contexto da sala de aula dentro do processo ensino-aprendizagem. Para o Diretor Acadêmico, o Coordenador do Curso e o Membro da Equipe Técnico-pedagógica, direcionamos as perguntas sobre a gestão dos processos de ensino e as políticas de permanência e êxito da instituição no combate à evasão.

Todos os entrevistados, quando solicitados a participarem das entrevistas, mostraram-se solícitos logo que foram contatados, demonstrando interesse em contribuir com a pesquisa e desejosos em conhecer os resultados. O TAC contribuiu fazendo a ponte para encontrarmos alguns professores desses períodos que ainda estão lecionando no IFRN/Mossoró, uma vez que há constante processo de remanejamento na instituição e alguns deles já não se encontram no referido *Campus*. As entrevistas duraram em torno de trinta minutos e sempre foram realizadas

[15] É um modelo de celular da marca Samsung que adotou a prática de sempre lançar uma versão com vários *chips* dos seus principais modelos.

no próprio Instituto nos horários matutino, vespertino e noturno, conforme a disponibilidade dos entrevistados.

3 OS CURSOS TÉCNICOS DE NÍVEL MÉDIO SUBSEQUENTES NO INSTITUTO FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE

A Educação Profissional[16] (EP) vem ao longo do tempo sofrendo profundas alterações em virtude do contexto social, político e econômico. Na década de 1990, no governo de Fernando Henrique Cardoso (FHC), essa modalidade da educação passa a apresentar uma função compatível com o desenvolvimento do neoliberalismo. Quando FHC assume o governo em 1994, o projeto neoliberal se consolida e avança no atendimento às exigências do Capital Internacional, subordinando as políticas de ajuste socioeconômico ao paradigma da acumulação flexível[17], as quais são patrocinadas pelas instituições financeiras internacionais, como o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Mundial (BM). Para adaptar-se a essa engrenagem, houve a necessidade de redefinir os processos produtivos, entre outras mudanças ocorridas no Brasil. A esse respeito, Ferraz (1999, p. 88) coloca:

> Para competir numa economia globalizada, as empresas nacionais ou multinacionais no Brasil aceleram as redefinições no processo produtivo investindo em tecnologia, automatização de base microeletrônica, implementando políticas de qualidade total, passando-se a exigir cada vez mais do trabalhador conhecimentos técnicos, numa perspectiva de visão do operário como elemento polivalente no setor da produção dentro da concepção de "especialização flexível" que teoricamente contrapõe-se a rigidez da mão de obra do modelo fordista.

Com as exigências da economia globalizada e do projeto neoliberal no contexto brasileiro nesse período, o empresariado, nomeando a educação como imperativo, buscou elevar a produtividade e motivar a competitividade, reivindicando um maior investimento do

[16] Uma análise da Educação Profissional, quanto ao anterior a 1990, não será feita nos limites desta dissertação.

[17] Toyotista foi um sistema implantação para substituir o modo de produção Fordista a partir da década de 1970. O sistema foi se ampliando no mundo do mercado industrial, com notória desregulamentação das condições de vida e dos direitos trabalhistas. Nesse novo modelo, um mesmo trabalhador é responsável por funções diversas, executando-as conforme as necessidades da empresa. Em função dessa flexibilidade, o toyotismo passou a ser chamado também de acumulação flexível. Além disso, percebeu-se um aumento das terceirizações no processo de produção, pois se tornou menos oneroso pagar outra empresa para realizar um determinado serviço do que uma única corporação ser responsável por todo o processo de produção. Dessa forma, houve uma ampliação do aumento do desemprego e da formação do cadastro reserva de trabalhadores, provocando a diminuição média dos salários e o aumento da precarização do trabalho, levando o trabalhador a péssimas condições de vida. A produção flexível tem como objetivo alcançar os anseios de seus consumidores. O desenvolvimento desse tipo de produção conduziu a uma diminuição nos estoques de matéria-prima e de outros suprimentos usados nas indústrias, prejudicando o meio ambiente e destruindo o ecossistema. Nesse sistema, as inovações tecnológicas são de suma importância para o aparecimento de um novo modelo de produção, designado indústria de ponta, associado à tecnologia, a microinformática, na introdução de grande quantidade de informação. Desse modo, exige-se um mercado cada vez mais competitivo, de produção com baixo custo, regrado, materializado com elevada qualidade.

governo nessa área. Na educação, verifica-se a reforma para atender à solicitação da classe empresarial, configurando-se a submissão do MEC ao Ministério do Trabalho e adotando medidas de acordo com as deliberações do Programa Brasileiro de Qualidade e Produtividade (PBQP) e do Programa de Apoio Científico e Tecnológico (PACT). Além disso, foram realizadas modificações substanciais na LDB n. 9.394/1996, com o intuito de promover a universalização do Ensino Fundamental e Ensino Médio, numa tentativa de elevar a educação aos padrões exigidos pelo mercado neoliberal.

Diante de mais uma crise em que se encontrava o capitalismo e com a finalidade de enfrentá-la, iniciou-se um processo de reorganização do referido sistema, assumindo nova forma de dominação através de uma nova abordagem: o neoliberalismo, adotando medidas para superação, como a privatização dos serviços e das empresas públicas; a desregulamentação dos direitos do trabalhador; e a desestruturação do setor produtivo estatal. Com isso, intencionava-se recuperar e reestruturar os processos produtivos e reaver a expansão do capital.

Nesse sentido, conforme Antunes (2000, p. 40),

> o Neoliberalismo passou a ditar o ideário e o programa a serem implementados pelos países capitalistas, inicialmente no centro e logo depois nos países subordinados, contemplando reestruturação produtiva, privatização acelerada, enxugamento do Estado, políticas fiscais e monetárias, sintonizadas com os organismos mundiais de hegemonia do capital como Fundo Monetário Internacional.

Essa ideologia ditava as regras, cabendo aos países que fazem parte do sistema submeterem-se aos ditames dessa política, a qual subtrai os direitos sociais dos trabalhadores e incentiva a privatização estatal. Diante disso, torna-se claro que a mudança no interior do Estado brasileiro objetivava atender às exigências do capital e, ao mesmo tempo, procurava realizar intervenções, de modo a reduzir os direitos sociais. No Brasil, essa reforma não aconteceu de maneira diferente de outros países que precisaram fazer algumas mudanças de ordem econômica, política e educacional para atender a esse ideário. Na educação, foi realizada a reforma educacional, mas nem sempre essas reformas estão a serviço da população mais pobre visando promover a igualdade e a justiça social. Na maioria das vezes, servem tão somente para atender à classe detentora do poder econômico ou ao sistema econômico preponderante em vigor.

A reforma da Educação Profissional do governo Fernando Henrique Cardoso foi de cunho neoliberal para ajudar a combater a crise estrutural do capitalismo, tendo como finalidade prioritária melhorar a qualidade da Educação Profissional e adequá-la às novas configurações mercadológicas, econômicas e sociais da sociedade globalizada, portadora de novos modelos

de produtividade e competitividade. Nesse sentido, propôs inovar a Educação Profissional no país para que, dessa forma, atingisse os padrões de inovações tecnológicas e atendesse às demandas do mundo do trabalho, que exige flexibilidade, competência, competitividade, qualidade e produtividade.

Nessa perspectiva, as novas definições para o investimento seriam na aquisição de conhecimentos técnicos e qualificação. A empresa aumentaria seus ganhos, como também o do trabalhador, o qual teria uma formação, configurando-se um investimento em capital humano. Esses conhecimentos seriam aplicados, aumentando a produção (capital produtivo), que, por sua vez, resultaria em aumento do salário do trabalhador. Nesse contexto, o retorno seria o crescimento econômico nos países de capitalismo avançado.

A formação profissional é visualizada como uma resposta estratégica para os problemas originados pela globalização, pelas tendências neoliberais que convergiram para o acirramento da competitividade, pela busca da qualidade, pela transformação no mundo do trabalho e pelo desemprego estrutural (DEL PINO, 1993). Todos esses fatores contribuem para as mudanças na Educação Profissional, que passa a ser ofertada separadamente do Ensino Médio e a Educação Profissional, conforme discutiremos no próximo tópico.

3.1 Criação do Curso Técnico de Nível Médio Subsequente: a quem interessa?

Nos anos 1990, o Brasil enfrentou o processo de inclusão e submissão ao capitalismo global e, para cumprir com as exigências, teria que se submeter a algumas reformas estruturais do Estado, como também a importantes reformulações na educação nacional, com especial definição para a Educação Profissional. A educação entrava como parte das exigências e deveria ser adaptada às intervenções de âmbito internacional, passando a ser considerada como determinante no processo de competitividade entre os países. Nesse contexto, começou a sofrer intervenções de agências multilaterais, dentre elas o Banco Mundial (BM), que passou a exigir do governo brasileiro a implantação da reforma na Educação Profissional, concretizando-se através do Decreto n. 2.208/97. Essas medidas se materializaram com a promulgação desse Decreto, para que desse modo conseguisse atender às exigências de um acordo realizado entre o governo brasileiro e as instituições internacionais.

Por trás das tomadas de decisões de um governo, há sempre interesses econômicos e políticos, ficando os interesses sociais secundarizados. Nesse sentido, diante das mudanças econômicas e das reformas na Educação Profissional, quais os reais motivos que levaram à criação dos Cursos Técnicos Subsequentes? Quais os seus marcos legais? Quais os interesses

que estão por trás dessa criação? A que público pretende esse curso atender? Qual a sua forma de ingresso? Qual o seu período de duração? Essas são questões de suma importância, que precisam ser aprofundadas.

Todas as reformas que aconteceram no âmbito da Educação Profissional foram para atender, em grande parte, às demandas do capitalismo, um sistema econômico que comprovadamente apresenta-se num contexto de crise estrutural. A superação das crises sistêmicas requer estratégias, por parte do governo, na contenção de gastos, no desaquecimento das políticas sociais, prejudicando a cidadania de milhões de brasileiros/as. Esse cenário social e econômico acaba assumindo algumas características bastante peculiares, conforme afirma Andrioli (2013, p. 1):

> De maneira mais conjuntural as principais características são as seguintes: a) crise do trabalho assalariado, com acentuada precarização nas relações de trabalho; b) mito da irreversibilidade da globalização, com forte carga de fatalismo; c) mundo unitário sem identidade, trazendo à tona a fragmentação, também no que se refere ao conhecimento; d) retorno de "velhas utopias", principalmente na política, economia e religião; e) despolitização das relações sociais; f) acento na competitividade com a perspectiva de que alguns se salvam já que não dá para todos.

Tais características estão assentadas no caráter da desigualdade social, na precarização do trabalho, na fragmentação do conhecimento e, consequentemente, na despolitização dos indivíduos em suas relações políticas e sociais, impulsionando a competitividade, o individualismo e o egoísmo, bem como fragilizando as relações de cooperação e solidariedade. A educação recebeu investimento porque é importante para a economia capitalista, uma vez que, através dela, é possível a ampliação do mercado consumidor e a efetivação política nos países onde os processos educativos dependem dos interesses da reprodução das relações sociais capitalistas (garantir governabilidade). Nesse sentido, o Banco Mundial financia a educação dos países pobres (empréstimos) e, em troca dos financiamentos, impõe suas "assessorias".

Nessa perspectiva, destacamos algumas das intervenções dos organismos internacionais nas políticas educacionais dos países pobres, as quais apresentam um conjunto de ações bastante articulado com pressupostos da referida ideologia, cujo substrato consiste na retração de recursos e na reorganização dos sistemas educacionais como um todo. Sobre esse ponto, Andrioli (2013, p. 1) destaca:

> 1 – Menos recursos, por dois motivos principais: a) diminuição da arrecadação (através de isenções, incentivos, sonegação...); b) não aplicação dos recursos e descumprimento de leis; [...]; 4 – Formação menos abrangente e mais profissionalizante; 5 – A maior marca da subordinação profissionalizante é a reforma

> do ensino médio e profissionalizante; 6 – Privatização do ensino; [...]; 8 – Aceleração da aprovação para desocupar vagas, tendo o agravante da menor qualidade; 9 – Aumento de matrículas, como jogo de marketing (são feitas apenas mais inscrições, pois não há estrutura efetiva para novas vagas); [...]; 11 – O Ensino Médio dividido entre educação regular e profissionalizante, com a tendência de priorizar este último: "mais 'mão de obra' e menos consciência crítica"; [...]; 13 – Produtividade e eficiência empresarial [...]; 17 – Mudança do termo "igualdade social" para "equidade social", ou seja, não há mais a preocupação com a igualdade como direito de todos, mas somente a "amenização" da desigualdade.

Tais intervenções trazem muitas sequelas para os países pobres nos quais a educação já não é de qualidade, acentuando o atraso cultural e a produção do conhecimento. A reforma ocorrida na Educação Profissional mediante o Decreto n. 2.208/1997, na qual houve separação entre o Ensino Médio e a Educação Profissional, foi considerada um atraso e amplamente criticada e rejeitada por aqueles que defendem uma educação pública universal e de qualidade, pelo fato de essa modalidade passar a ser ofertada amplamente por instituições privadas, o que assinalou uma verdadeira mercantilização do ensino e continuou com o dualismo entre a formação geral e a formação profissional, mantendo a separação entre a formação geral (propedêutica) – comprometida em preparar para o ingresso no ensino superior – e a formação técnica, indicada a preparar para o mercado de trabalho imediato. Essas intervenções ocasionaram, também, descentralização do governo, ou seja, as responsabilidades quanto a educação, saúde e segurança passaram a recair também sobre o próprio cidadão, o que ocasionou controle e domínio das grandes potências sobre a nação e, consequentemente, agravou a situação da desigualdade social, gerando mais pobreza e miséria.

A implantação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei n. 9.394/1996) estabelece que a Educação Básica deve ter por objetivo a formação geral do educando, preparando-o para o trabalho, para o exercício da cidadania e para estudos posteriores. No entanto, o referido decreto revogou o que determinava a lei. De acordo com Moura (2007), o decreto supracitado, o Programa de Expansão da Educação Profissional (PROEP) e as suas implicações ficaram configurados como a Reforma da Educação Profissional. Com essa reforma, o Ensino Médio voltou a ser genuinamente propedêutico, enquanto os cursos técnicos foram obrigados a se separarem do Ensino Médio.

O Decreto em discussão não foi aceito pela sociedade educacional do país, principalmente pela Rede Federal e por muitas entidades sindicais, entre elas o Sindicato Nacional dos Servidores Federais da Educação Básica, Profissional e Tecnológica (SINASEFE) e o Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior (ANDES), bem como entidades da sociedade civil, como o Fórum Nacional em Defesa da Escola Pública, que se reuniu para lutar contra essa reforma. O pensamento político dos que a idealizaram não tinha

interesse na formação humana integral dos alunos nem na garantia dos direitos igualitários para todos, visto que promovia uma formação parcial, fragmentada e subordinada aos interesses do mercado, em vez de uma formação que integre os conhecimentos necessários para a formação omnilateral[18]. Essa alteração atingiu a EP sob o falso discurso de uma formação de qualidade, mascarando a verdadeira intenção, que era de baratear a educação para a maioria, os filhos da classe trabalhadora, que apresentam condições de maior vulnerabilidade econômica e social neste país, castrando seus direitos sociais para atender aos interesses do mercado. Do contrário, quem estava em condições socioeconômicas privilegiadas não foi atingido por essa reforma educacional, uma vez que ela direcionou-se para as escolas públicas, onde estudam os filhos/as da classe trabalhadora.

O decreto acima citado regulamentou a relação entre o Ensino Médio e a Educação Profissional técnica de nível médio, promovendo a separação obrigatória entre ambos os níveis. No entanto, por meio do Decreto n. 5.154/2004, coloca-se a possibilidade de integração entre o Ensino Médio e a EP técnica de nível médio, mesmo que as formas concomitante e subsequente tenham permanecido. Com o novo Decreto, embora apresente três opções de formação, apenas uma delas se aproxima de uma perspectiva de formação humana integral, ou seja, o Ensino Médio integrado à Educação Profissional Técnica de Nível Médio (EMI). Todavia, é conveniente que se possa vislumbrar que a grande questão não se encontra na forma como está posta, mas na concepção que a sustenta. Portanto, a questão central não é a organização curricular integrada, mas a decisão política que a fundamenta, que é a de não permitir que se avance na direção de um Ensino Médio igualitário para todos. No entanto, o que os educadores defendem é que o EMI realmente apresente um currículo que integre as dimensões da ciência, da tecnologia, da cultura e do trabalho, independentemente de ser ou não profissionalizante.

A Educação Profissional, consoante ao Decreto 2.208/97, possui três níveis: o Básico, o Técnico (egressos do Ensino Médio) e o Tecnológico (egressos do Ensino Médio e Técnico). O técnico é um curso profissional de nível médio cuja oferta destina-se ao aluno do Ensino

[18] Esse termo se refere a uma formação humana oposta à formação unilateral, provocada pelo trabalho alienado e pela divisão social do trabalho, bem como diz respeito a uma formação que atinge uma gama muito variada de aspectos em sua dimensão social, moral, ética, do fazer prático, da criação intelectual e artística, da afetividade, da sensibilidade, da emoção, entre outros. Trata-se da compreensão de uma formação de homens que se afirmam historicamente, que se reconhecem mutuamente em sua liberdade e se relacionam social e coletivamente, no qual superam a separação entre trabalho manual e intelectual e, especialmente, sobrepujam a mesquinhez, o individualismo e os preconceitos de uma sociedade injusta, excludente e desigual.

Médio. Já o tecnológico é um curso de nível superior destinado ao aluno egresso de nível médio e/ou técnico. O decreto supracitado estabeleceu claramente uma separação entre o Ensino Médio e a Educação Profissional, caracterizando a dualidade estrutural no sistema de ensino da educação brasileira. Essa separação denotou a não relevância da Educação Básica como extremamente importante e necessária para a formação científico-tecnológica sólida que deve permear toda a formação dos jovens e adultos trabalhadores. Essa nova performance formativa vem sendo demandada pela nova ordem de desenvolvimento das forças produtivas que caracteriza uma tendência global mundial, que é aceita e motivada por empresários, trabalhadores e governos.

A separação do ponto de vista da formação não seria necessária, uma vez que não forma adequadamente o aluno, nem para o trabalho, visto que é uma formação aligeirada, bem como não garante uma formação integral, privando o aluno da garantia de igualdade, na medida em que não o prepara para a inserção no ensino superior. Porém, o que está subjacente diz respeito aos interesses do mercado. Fica menos caro para o empresário pagar o trabalhador de nível técnico, com a grande oferta de técnicos no mercado, promovida pela reforma, o que implica maior quantitativo no mercado, reduzindo o seu valor e barateando sua contratação.

Pensando nessas questões, Bocchi e Gasparetto ([200-?]) argumentam que um dos princípios que justificaram a aprovação de tal decreto, o qual regulamentou a Reforma da Educação Profissional, foi de que, embora o Ensino Médio e a Educação Profissional tivessem como foco o mundo do trabalho, o primeiro deveria desenvolver competências cognitivas relacionadas ao pensar; ao refletir, ao passo que as funções da Educação Profissional estariam relacionadas com a operacionalização e a realização e deveriam ser idealizadas de forma articulada e não integrada. Nessa perspectiva, a formação do Ensino Médio seria mais ampla, ligada ao mundo do trabalho, enquanto os cursos técnicos ficariam mais direcionados às várias áreas profissionais. O argumento empregado pelo governo federal para materializar a reforma no âmbito da Rede Federal foi o de que as referidas instituições desenvolviam cursos onerosos aos cofres públicos e que não ofereciam retorno para o mercado de trabalho em termos de inserção dos egressos nas áreas de formação.

O que ocorreu, de fato, após a implantação do Decreto n. 2.208/1997? Verificou-se que em vários aspectos houve comprometimento na qualidade da oferta institucional dos cursos técnicos, de acordo com Moura (2005): a) com a separação do Ensino Médio/Educação Profissional, estabelecida pelo referido decreto, houve problemas em conseguir trabalhar as duas ofertas educacionais, gerando danos na qualidade do ensino; b) os alunos passaram a procurar a Instituição apenas com a intenção prioritária de cursar o Ensino Médio; c) os cursos

técnicos subsequentes já não são considerados tão atrativos para os jovens egressos do Ensino Médio, em virtude de desejarem cursar uma faculdade, ou seja, verticalizar os estudos; d) o curso subsequente passou a ser procurado por outro público formado por adultos/adultos jovens que já haviam concluído o Ensino Médio há algum tempo, mas que ainda não tinham formação profissional.

A separação entre o Ensino Médio e a Educação Profissional foi prejudicial tanto para o aluno quanto para a instituição. Em relação ao primeiro, não podia receber uma educação que o integrasse à cultura, às linguagens, ao cálculo e às tecnologias e o preparasse adequadamente para receber uma formação omnilateral, dentro de uma educação politécnica, visto que esta, conforme Saviani (2003), está associada ao domínio dos embasamentos científicos das diferentes técnicas que permeiam o processo de trabalho produtivo na contemporaneidade. Nessa concepção, o processo de trabalho manual e intelectual torna-se indissociável. Essa perspectiva está associada ao desenvolvimento multilateral do trabalhador, capacitando-o a dominar os fundamentos, os princípios e as técnicas científicas dentro da prática produtiva, possibilitando uma consciência do que ele é e do seu caráter. Quanto à instituição, teria que enfrentar diversos problemas de ordem técnico-pedagógica como a reestruturação dos cursos, preparação dos professores, na fundamentação dos novos currículos, como também na questão da avaliação, entre outros.

Por outro lado, há quem defenda a ideia contrária, porém os argumentos não são convincentes, estando a favor de uma política que tem como objetivo atender às demandas de um mercado excludente, que motiva a competição, o individualismo e o consumismo.

> A independência entre o ensino médio e o ensino técnico, como já registrou o Parecer CNE/CEB n. 17/97, é vantajosa tanto para o aluno, que terá mais flexibilidade na escolha do seu itinerário de educação profissional, não ficando preso à rigidez de uma habilitação profissional vinculada a um ensino médio de três ou quatro anos, quanto para as instituições de ensino técnico que podem, permanentemente, com maior versatilidade, rever e atualizar os seus currículos. O cidadão que busca uma oportunidade de se qualificar por meio de um curso técnico está, na realidade, em busca do conhecimento para a vida produtiva. Esse conhecimento deve ser alicerçado em sólida educação básica que prepare o cidadão para o trabalho com competências mais abrangentes e mais adequadas às demandas de um mercado em constante mutação (BRASIL, 2001, p. 111- 112).

Seria um excelente discurso se a realidade da educação brasileira fosse outra. Sabe-se que a Educação Básica pública na maioria das escolas públicas do nosso país não atende a todos de modo igualitário, visto que temos uma educação precária que não forma adequadamente os alunos, por não ter estrutura nas escolas nem profissionais qualificados. A proposta da desvinculação do Ensino Médio apresenta intenções bem definidas, como atender ao interesse

do mercado e reduzir os gastos do governo com a educação. Se durante o Ensino Fundamental e Médio o aluno tivesse uma educação que realmente o preparasse, não seria necessário o Ensino Médio integrado à Educação Profissional. A esse respeito, Frigotto (1993, p. 3) aponta:

> Neste contexto a relação que se estabelece entre a educação básica e a educação tecnológica é precária por diferentes aspectos. Primeiramente, pela não democratização do conhecimento no ensino fundamental e pela não universalização do ensino médio e seu caráter dual estrutural e de precária qualidade com a dominância do ensino noturno e supletivo. Em segundo lugar, uma tradição histórica que tem subordinado a educação técnica, tecnológica e, especialmente a profissional, aos interesses e orientação ideológica do capital. Essa visão mercantil se radicalizou com o ideário e políticas neoliberais a partir da década de 1990. Trata-se de formar um trabalhador "cidadão produtivo" adaptado e com o desenvolvimento das "competências" exigidas unilateralmente para o mercado.

Essa é a dura realidade da educação dual que temos, a qual serve para atender as minorias, enquanto as maiorias são prejudicadas. O caráter dual da educação brasileira sempre funcionou para atender a classe burguesa. As leis, os decretos e os pareceres quase sempre vêm cumprindo essa finalidade. Nos cursos subsequentes, o aluno não vem devidamente preparado com os conteúdos do Ensino Médio e, muitas vezes, nem no Ensino Fundamental lhe dão suporte para compreender os conteúdos que são vistos no eixo tecnológico do curso técnico escolhido. Pela falta desses conhecimentos basilares, apresenta uma enorme dificuldade de aprendizagem, ficando impossibilitado de dar continuidade ao ensino técnico.

Conforme ressalta Ivers (2000, p. 3), há nesse Decreto pontos fracos e falhos, tais como:

> 1) essa proposta do Decreto é conservadora, retoma a concepção taylorista/fordista que supõe a ruptura entre o saber acadêmico, desvalorizado por não ser prático, e o saber trabalho, desvalorizado por não ser teórico. A separação entre o Ensino médio e o Ensino Técnico significa voltar atrás no tempo [...]; 2) ao levar em conta apenas a lógica do mercado, concluiríamos que a atual exigência para a competitividade se refere a um profissional de formação ampla, uma vez que a organização produtiva tende a não ser mais taylorista/fordista, mas integrada e flexível. Desse modo, o Decreto 2208/97 minimiza o fato de que um currículo integrado, composto organicamente de conteúdos gerais e técnicos seria mais adequado à formação do trabalhador com a flexibilidade necessária para o enfrentamento do novo mundo produtivo [...]. 4) A integração entre duas dimensões – acadêmicas seria viável apenas para aquelas habilitações que requerem uma capacidade menos complexa (setor de serviços), por possibilitar a integração dos 25% correspondentes à parte diversificada do currículo, com um preparo profissional de mais um ano (Ensino Médio).

Corroborando a afirmação da autora, o referido Decreto representou um atraso no sistema de ensino brasileiro, posto que sacrifica o aluno, porque não existe uma preparação adequada, além de não possibilitar a igualdade de oportunidade entre as classes sociais. O Ensino Médio destina-se à verticalização dos estudos, propiciando ao aluno galgar patamares mais altos da Educação Profissional, enquanto os cursos técnicos estão direcionados ao

mercado de trabalho, tolhendo o sonho do alunado de fazer um curso superior e poder melhorar sua condição de vida. Reverter essa situação em que a dualidade se imprime na Educação Profissional como marca maior requer pensar em possibilidades formativas menos fragmentadas. No que concerne a esse aspecto, Pacheco (2012, p. 11) admite:

> As diretrizes curriculares para a educação profissional técnica de nível médio devem retomar a educação profissional não adestradora, não fragmentada. Devem dar aos jovens e adultos trabalhadores, na interação com a sociedade, os elementos necessários para discutir, além de entender, a ciência que move os processos produtivos e as relações sociais geradas com o sistema produtivo.

A Educação Profissional não deve ser tão adestradora e fragmentada como propõe a política educacional para essa modalidade de educação. Restringir a Educação Profissional apenas à dimensão econômica significa aceitar o mercado de trabalho como único instrumento regulador da sociabilidade humana, esquecendo que a formação deve ser dada principalmente para a cidadania. O ser humano deve ser foco principal, buscando priorizar as suas necessidades dentro da sociedade em que ele está inserido.

Em meio a essas mudanças implantadas pela LDB, o IFRN, em período anterior a ETFRN, mesmo com resistências, passou a oferecer a formação técnica em Cursos Subsequentes e o Ensino Médio propedêutico, para não deixar os jovens sem oportunidade de cursar um ensino considerado de qualidade, visto que a instituição tinha as condições necessárias no que tange a estrutura física, laboratório, biblioteca e equipe de professores.

O movimento de resistências à separação entre o Ensino Médio e a Educação Profissional deve-se às discórdias em relação ao processo de reformas neoliberais, implementadas nos anos 1990, na educação profissional brasileira, as quais tinham como foco a desregulamentação e a descentralização do Estado na prestação dos serviços públicos, incluindo a educação (INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO RIO GRANDE DO NORTE, 2012).

Os Cursos Técnicos de Nível Médio Subsequente na modalidade presencial do IFRN têm duração de dois anos, são estruturados em quatro períodos semestrais e destinam-se a alunos que concluíram o Ensino Médio. Apresentam uma distribuição entrecruzada das disciplinas da formação básica e da formação técnica. Durante o período letivo, são ofertadas, no máximo, seis disciplinas, norteadas na promoção do diálogo e da integração entre os conhecimentos científicos e tecnológicos.

> A educação profissional técnica subsequente ao ensino médio tem por finalidade formar técnicos de nível médio para atuarem nos diferentes processos de trabalho relacionados aos eixos tecnológicos com especificidade em uma habilitação técnica

> reconhecida pelos órgãos oficiais e profissionais. Embora, não articulada com o ensino médio, em sua forma de desenvolvimento curricular, os cursos técnicos do IFRN estão estruturados de modo a garantir padrões de qualidade correlatos aos demais cursos técnicos, quanto ao tempo de duração, a articulação entre as bases científicas e tecnológicas, a organização curricular com núcleos politécnicos comuns, às práticas interdisciplinares, às atividades de prática profissional, às condições de laboratórios e equipamentos, às formas de acompanhamento e avaliação, assim como nas demais condições de ensino (INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO RIO GRANDE DO NORTE, 2012, p. 5).

Atualmente, o IFRN oferta trinta e cinco Cursos Técnicos de Nível Médio Subsequente em vinte e um *campi* espalhados pelo Rio Grande do Norte (RN), na capital, no Agreste, no Seridó, na região Oeste e no vale do Açu, sendo: Eletromecânica, Logística, Informática, Manutenção e Suporte de Informática, Meio Ambiente, Rede de Computadores, Saneamento, Segurança do Trabalho, Segurança do Trabalho (EaD), Eventos, Equipamentos Biomédicos, Refrigeração e Climatização, Recursos Pesqueiros, Eletrotécnica, Edificações, Cooperativismo, Agricultura, Alimentos, Apicultura, Administração, Agropecuária, Petróleo e Gás, Mecatrônica, Mecânica, Biocombustíveis, Comércio, Controle Ambiental, Edificações, Cooperativismo, Estradas, Geologia, Química, Zootecnia e Vestuário.

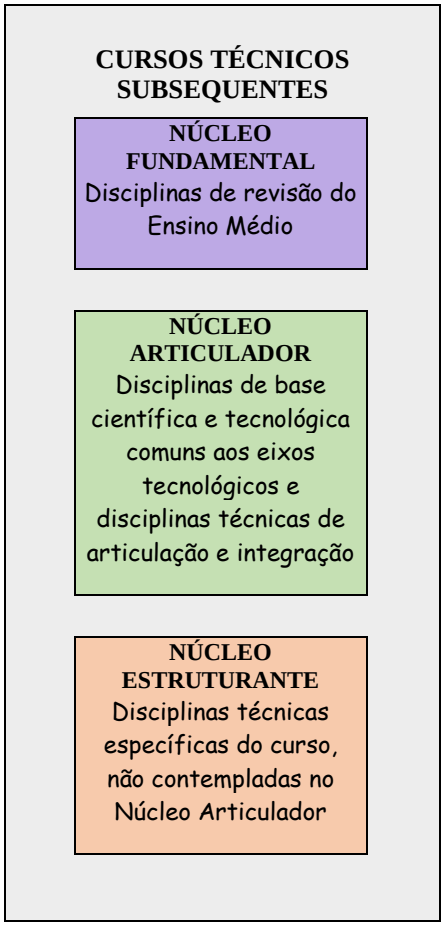
O IFRN oferece Cursos Técnicos Subsequentes nas diversas áreas, dependendo das demandas local e regional. Nesse sentido, vem oportunizando a muitos jovens que já concluíram o Ensino Médio uma capacitação técnica para ingressar no mundo do trabalho. O Projeto Político-Pedagógico do Curso de Mecânica (PPC) justifica essa necessidade de capacitação para atender aos novos rumos do mercado mediante a globalização das demandas neoliberais do sistema capitalista, apesar de não ser trabalhada como foco principal.

A organização curricular do Curso Técnico de Nível Médio Subsequente está estruturada em núcleos politécnicos. O primeiro núcleo fundamental corresponde ao conjunto de conhecimentos de base científica, imperativos ao desempenho acadêmico dos iniciantes nos institutos. Para tanto, inicia-se a partir de uma revisão (na esfera do Ensino Médio) de conhecimentos da área de Língua Portuguesa e das áreas científicas não contempladas no núcleo articulador e no núcleo tecnológico. O núcleo articulador está relacionado ao conjunto de conhecimentos, tanto do Ensino Médio quanto da Educação Profissional. Contempla conteúdos em estreita articulação com o curso e com os conhecimentos comuns a todos os eixos tecnológicos, os quais favorecem a integração curricular. O núcleo tecnológico relaciona-se ao conjunto de conhecimentos da formação técnica específica, de acordo com o eixo tecnológico e a atuação profissional. Engloba os conhecimentos das bases científicas e tecnológicas, como as invenções e soluções tecnológicas, gestão, bens, serviços e suportes tecnológicos de uso

geral, entre outros (INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO RIO GRANDE DO NORTE, 2012).

O Decreto que estabeleceu as bases da reforma da Educação Profissional, separando o Ensino o Médio da Educação Profissional, com a criação dos Cursos Técnicos Subsequentes, propôs uma formação essencialmente técnica. Com o intuito de "romper" com a dualidade entre a Educação Básica e a técnica, o IFRN se esforça para trabalhar uma proposta curricular na qual objetiva uma formação humana integral e politécnica no aluno, de modo a confinar com a visão dicotômica entre o pensar e o fazer. Nesse sentido, o IFRN tem como diretriz e indicadores metodológicos a organização curricular em núcleos politécnicos do curso técnico de nível médio subsequente do IFRN, segundo o PPP representado na figura gráfica abaixo:

Figura 2 – Representação gráfica da organização curricular dos Cursos Técnicos de Nível Médio Subsequentes em núcleos politécnicos



Fonte: Equipe de sistematização do PPP, do IFRN (2012, p. 110).

Mesmo que o Decreto n. 2.208/1997 tenha imposto a separação entre o Ensino Médio e a Educação Profissional, o IFRN propôs em seu currículo buscar uma formação nos Cursos Técnicos Subsequentes que contemplasse as dimensões trabalho, ciência, tecnologia e cultura, conforme determina o PPP do IFRN a esse respeito:

> Os marcos legais estabelecem que a formação técnica subsequente não está articulada ao ensino médio. Entretanto, a organização curricular dos cursos técnicos subsequentes desenvolvidos no IFRN concebe e estrutura essa oferta, garantindo uma formação técnica que prioriza a integração com a educação básica. O modelo proposto, em relação à estrutura curricular e à organização metodológica, visa articular as dimensões trabalho, ciência, cultura e tecnologia. Além disso, estabelece vinculação e diálogo diretos com algumas áreas da formação básica, não só ao reforçar a revisão de algumas disciplinas fundamentais à formação técnica, mas também ao eleger, na composição do núcleo articulador, conhecimentos comuns a todas as ofertas. Assim, a arquitetura curricular mantém consonância com os princípios orientadores da formação técnica e com as exigências acerca da qualidade social dos demais cursos técnicos de nível médio (INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO RIO GRANDE DO NORTE, 2012 p. 108).

Essa proposta curricular de integração objetiva uma indicação de trabalho na perspectiva de que supere a dicotomia nas ações do fazer, do refletir, do realizar, do administrar e do esquematizar. Não é uma formação tecnicista voltada para o treinamento, para o adestramento, mas oferece a possibilidade de o alunado conhecer os processos produtivos articulados com os conhecimentos científicos.

3.2 Trabalho na sociedade capitalista *versus* trabalho como princípio educativo

Discutir o trabalho na sociedade capitalista é admitir a complexidade que o envolve, pois o trabalho se constitui como o principal meio da exploração humana. Ontologicamente falando, o homem diferencia-se do animal, porque, em vez de se adaptar à natureza, ele consegue transformá-la com seu trabalho, para assegurar sua subsistência. De acordo com Frigotto (2001), Marx destaca uma dupla centralidade do trabalho quando concebido como valor de uso, trabalho útil e mantenedor da vida humana, e como valor de troca, sob as determinações do capitalismo, ao abandonar a centralidade fundamental como valores de uso, transformando-se em valor de troca, para atender os objetivos do capital e gerar mais lucro. Nessa segunda configuração, os trabalhadores necessitam vender sua força de trabalho para sobreviver.

O trabalho é uma atividade necessária desde os primórdios da civilização humana e, por conseguinte, constitui-se na elaboração de bens úteis para satisfazer as necessidades vitais, biológicas, sociais, culturais do ser humano.

Em conformidade com Leonardi ([200-?], p. 1),

> o trabalho é uma atividade humana que estabelece a relação entre o homem e a natureza que produz a existência material da sociedade. Num sentido amplo, podemos dizer que o homem se produz pelo trabalho e que nesta relação com a natureza, o homem produz novas formas de pensar, isto é, a subjetividade. Além disso, como o homem é um ser social, ele estabelece relações com seus pares através da socialização, produzindo valores. Os bens materiais do trabalho, a subjetividade e os valores constituem o que podemos chamar de cultura, ou seja, aquilo que distingue a humanidade em relação a todos os outros seres.

O trabalho é a ação do homem sobre a natureza. É através dele que ocorrem a produção e o desenvolvimento das relações sociais, culturais e produtivas, na produção de elementos úteis para sua existência. No entanto, o capitalismo transforma o valor do uso do trabalho que é necessário à vida, à existência, em valor de troca, que produz mercadoria e amplia o capital. É nessa segunda perspectiva que se dão a precarização das relações do trabalho, a desvalorização do trabalhador e a sua exploração. Transformar o trabalho, que é vital e útil para a produção e

manutenção da vida humana, em meio pelo qual o capitalismo mantém-se é o que predomina nas relações produtivas. O capitalismo é um sistema social desigual e assimétrico. Sobre essa problemática, Frigotto (2001, p. 4) argumenta:

> É dessa relação social assimétrica que se constituem as classes sociais fundamentais: proprietários privados dos meios e instrumentos de produção e os não proprietários – trabalhadores que necessitam vender sua força de trabalho para sobreviver. Daqui é que surge o trabalho/emprego, o trabalho assalariado. Tanto a propriedade quanto o trabalho, a ciência e a tecnologia, sob o capitalismo, deixam de ter centralidade como valores de uso, resposta a necessidades vitais de todos os seres humanos. Sua centralidade fundamental se transforma em valor de troca, com o fim de gerar mais lucro ou mais capital. A distinção do trabalho e da propriedade e tecnologia como valores de uso e de troca é fundamental para entendermos os desafios que se apresentam à humanidade nos dias atuais.

Isso significa que esse sistema passa a dar uma nova configuração ao trabalho e ao que é produzido num processo de relação social, tornando-se um trabalho estranhado, não reconhecido, fetichizado. Trata-se do não reconhecimento do produto do trabalho como participante do processo de produção; é alienação, desconhecimento, falta de realização do trabalhador naquilo que ele produziu. Esse processo transforma as relações de trabalho em que o homem passa a ser explorado pelo próprio homem, posto que seu trabalho é vendido a um valor que não supre suas necessidades básicas. Nesse sentido, muitas vezes, o trabalhador não é pago pelo valor do seu trabalho, mas pelo que os donos dos meios de produção atribuem ser o valor justo que deve ser pago ao trabalhador. Destarte, o trabalho deixa de ser atrelado ao valor de uso, para ser utilizado como valor de troca. Quando o trabalho deixa de ser utilizado para satisfazer as necessidades do homem e passa a ser utilizado para atender as necessidades do capital, começa a ter essa conotação.

Em seus estudos iniciais, Marx (1996) enfatizou que qualquer mercadoria podia conceber o valor de outra. Por outro lado, historicamente, observa-se que certas mercadorias tiveram posição privilegiada em relação a outras, tendo como exemplo os metais preciosos substituídos pelo dinheiro. Com o transcorrer dos séculos, o dinheiro virou análogo geral, viabilizando a troca por qualquer mercadoria.

O surgimento do dinheiro serviu para resolver os problemas com as trocas das mercadorias, uma vez que antes de sua existência ocorriam trocas desiguais e empréstimos usurários. Entretanto, à medida que o capitalismo vai atingindo níveis mais elaborados na relação do processo de produção, começa a gerar uma desumanização nas relações do trabalho, motivada pela crise estrutural do capitalismo, quando muitos trabalhadores perderam seus empregos, foram expulsos do mundo do trabalho e excluídos da sociedade, enquanto outros, ainda, perderam a estabilidade com a terceirização na relação de produção e de trabalho.

Para Saviani (2007), o trabalho é a materialização da ação do homem sobre a natureza, para dela suprir suas necessidades e sobreviver. Desse modo, a existência do homem dá-se em função do seu trabalho, portanto, esta não é doada ao homem, concebida como uma dádiva. Pelo contrário, a existência do homem é um processo que se desenvolve por meio do trabalho, em que se aprofunda e se aperfeiçoa, tornando-se mais ou menos complexa ao longo de sua existência.

Se, por um lado, segundo Marx, o trabalho é fundamental para a vida humana, em virtude de ser necessário para a existência do homem nas relações que se estabelecem entre a sociedade e a natureza, na produção de bens úteis e no processo de humanização, por outro lado, para Antunes (2008, p. 3), "a sociedade capitalista transformou-o em trabalho assalariado, alienado, fetichizado". Essas são as contradições básicas relacionadas ao trabalho, pois humanizam e alienam ao mesmo tempo. Nessa perspectiva de compreensão, Navarro e Padilha (2007, p. 1) explicitam:

> O capitalismo traz consigo uma série de contradições, muitas delas relacionadas ao mundo do trabalho. Ao mesmo tempo em que o trabalho é a fonte de humanização e é o fundador do ser social, sob a lógica do capital se torna degradado, alienado, estranhado. O trabalho perde a dimensão original e indispensável ao homem de produzir coisas úteis (que visariam satisfazer as necessidades humanas) para atender as necessidades do capital.

O trabalho no capitalismo traz essas contradições. Com o intuito de ultrapassar e vencer suas crises que têm como expressão o neoliberalismo e a reestruturação produtiva na era da acumulação flexível, ocasionou profundas modificações no mundo do trabalho, dentre elas um imenso desemprego estrutural, levando um grande número de trabalhadores a péssimas condições de trabalho e à destruição do meio ambiente. Essas modificações tinham como objetivo reorganizar a sociedade voltada para a produção de mercadoria e a valorização do capital. De acordo com Antunes (2008, p. 4, grifos do autor),

> [...] com o advento do capitalismo, houve uma transformação essencial que alterou e complexificou o trabalho humano. Essa dupla dimensão presente no processo de trabalho que, ao mesmo tempo *cria e subordina, emancipa e aliena, humaniza e degrada, oferece autonomia, mas gera sujeição, libera e escraviza*, impede que o estudo do trabalho humano seja unilateralidade ou mesmo tratado de modo binário e mesmo dual.

O referido sistema reestruturou o modelo de produção e alterou as relações de trabalho e os meios de produção, aprofundando a dupla dimensão do processo de trabalho. Para acompanhar essas modificações, o trabalhador sentiu a necessidade de capacitação e adequação e, assim, de moldar-se às novas formas de trabalho. A escola, em meio a todas essas

modificações, precisou também adequar-se às inovações tecnológicas e a preparar os jovens para o mundo do trabalho. O Decreto em questão, que estabeleceu as bases da reforma da Educação Profissional, o qual separou o Ensino Médio da Educação Profissional, propôs uma formação essencialmente técnica. Mesmo assim, o IFRN vem contribuindo com a preparação de muitos jovens que poderiam ter recebido uma formação mais apropriada, se não fossem as lacunas deixadas no decorrer dos cursos que lhes foram oferecidos. Portanto, esse decreto veio para atender a uma política neoliberal, e não para preparar satisfatoriamente esses jovens, embora o IFRN venha trabalhando o seu currículo de forma que possa contemplar as dimensões trabalho, ciência, tecnologia e cultura. Todavia, sabe-se que o Subsequente é um curso que se conclui em dois anos e o Integrado, em quatro. É notório que o Integrado, por ter uma maior duração, prepara melhor do que o Subsequente, que se resume a dois anos, ou seja, é uma formação – até certo ponto – aligeirada, para atender às demandas do mundo do trabalho.

Na continuidade das reflexões sobre o trabalho, percebemos que para produzir mercadorias é fundamental o trabalho humano. Elas são produzidas porque são úteis e necessárias para o desenvolvimento da vida. Por esse motivo, Marx (1996) relaciona a importância do trabalho útil como sendo instrumento fundamental para a existência humana. O trabalhador é também imprescindível para o processo de produção, por mais automação que exista na sociedade. No entanto, para acompanhar o movimento gerado pela tecnologia, o trabalhador precisa se capacitar para se adequar ao mundo do trabalho, cujas marcas são a flexibilidade, a complexidade e a competitividade.

Dala e Colmán (2005, p. 9) refletem o quanto na sociedade capitalista o trabalho humano é passível de venda – portador e criador de valor –, explicando da seguinte forma:

> O valor de troca expressa deste modo, trabalho humano indiferenciado, passível de venda, possuidor de valor, pois o valor de troca é a forma historicamente assumida pelo valor na sociedade capitalista, é uma marca característica desta sociedade. O valor é assim expressão do trabalho humano, único capaz de criar valor.

É importante destacar que apenas o trabalho produtivo cria valor e mais-valia[19]. A classe trabalhadora inclui todos aqueles que são trabalhadores produtivos (trabalho que produz bens materiais) e improdutivos (trabalho como serviço). Embora estes não sejam considerados na produção de bens, são necessários para a manutenção do sistema. Sabe-se que o trabalho manual no sistema capitalista tem valor desvalorizado em relação ao intelectual. Nesse contexto, o

[19] A mais-valia está relacionada à taxa de exploração da mão de obra assalariada do trabalhador, em que o capitalista recolhe o excedente da produção do trabalhador como lucro.

aluno que conclui o Curso Técnico de Nível Médio Subsequente em Mecânica, por exemplo, ao competir no mercado de trabalho com o tecnólogo ou engenheiro, vai muitas vezes receber remuneração inferior, visto que ele é técnico de nível médio que recebeu uma formação aligeirada e não tem nível superior. Em nosso país, geralmente, o salário do trabalhador está associado ao nível de sua formação. Quando o trabalhador tem curso superior, o seu salário tenderá a ser mais elevado dos que os possuem apenas uma formação técnica. Já o aluno que conclui o integrado possui uma formação melhor fundamentada, porque, além de uma formação técnica, ele pode verticalizar seus estudos.

Nessa perspectiva, os alunos procuram esses Cursos Técnicos Subsequentes do IFRN por acreditarem que, tendo os cursos menor durabilidade, ganham mais tempo e conseguem qualificar-se mais rapidamente para o ingresso no mundo do trabalho e/ou garantir a empregabilidade. Entretanto, a criação dessa modalidade de curso teve como finalidade a preparação aligeirada para suprir as necessidades imediatas do mercado, garantindo mão de obra mais barata para o capitalista, negligenciando uma formação integral mais ampla, retendo e estagnando o aluno apenas em uma formação técnica, não oportunizando a verticalização dos estudos, para ampliar a sua escolaridade, privando-o de uma qualificação apropriada.

Conforme discutimos, é por meio do trabalho que o homem consegue suprir suas necessidades básicas (morar, vestir-se, comer etc.), posto que o trabalho, além de supri-las, vincula-se à liberdade. Destarte, a liberdade possui sentido duplo para o trabalhador na sociedade capitalista. No primeiro, o trabalhador é livre porque não está mais vinculado a terra, no segundo sentido, torna-se livre porque pode vender a sua força de trabalho para quem quiser. Existe realmente a liberdade para o trabalhador na sociedade capitalista? Nessa sociedade, o trabalhador precisa do trabalho para viver, por isso vende sua força de trabalho por um valor que, muitas vezes, não cobre suas necessidades. Enfim, que tipo de liberdade pode ser atribuído ao trabalhador nesse modelo de sociedade?

A esse respeito, Enguita (1993, p. 296) esclarece:

> [...] por mais que se possa introduzir um elemento de liberdade no trabalho, na produção material, por mais que se possa substituir a necessidade natural por necessidade socialmente determinadas, o trabalho continuará ficando do lado do reino da necessidade, e a liberdade somente pode começar propriamente lá onde aquela termina.

No passado, mesmo depois de o trabalho funcionar como elemento de liberdade, o homem não se considerava livre. Essa realidade também é percebida atualmente no sistema de exploração e de escravização no qual vive o trabalhador, sendo obrigado a vender a sua força

de trabalho por um valor inferior ao que suas necessidades básicas exigem. Enfim, o trabalhador trabalha por suas necessidades, embora elas não sejam atendidas em sua plenitude.

Como mencionado, o trabalho é ação humana que modifica e transforma a natureza para atender, em primeira instância, as necessidades do próprio homem, portanto, ele é histórico. Para continuar discutindo sobre trabalho, Gadotti (2012, p. 2, grifos do autor) explicita:

> Trabalho pode ser entendido como *práxis*, isto é, como atividade teórico-prática por meio da qual os seres humanos se transformam transformando a realidade. O **trabalho é a práxis**, social, cultural e produtiva, por meio da qual o ser humano transforma a natureza, adequando-a às suas necessidades vitais, materiais e culturais. Esse valor de uso do trabalho foi transformado em valor de troca pelo capitalismo, isto é, em mercadoria, empobrecendo, coisificando, embrutecendo e desumanizando o trabalhador.

Nessa configuração de trabalho como práxis, o homem atua na natureza e interage junto com os outros seres sociais. Nesse processo, altera a natureza e também se transforma, ou seja, "a natureza humana também é metamorfoseada a partir do processo laborativo" (ANTUNES, 2003, p. 142).

Por fim, desejamos discutir que uma Educação Profissional séria e comprometida com a cidadania não desconsidera o trabalho como princípio educativo, cuja análise teve origem dentro do marxismo, tendo como um dos defensores Gramsci (1991, p. 130):

> [...] o princípio educativo sobre o qual se baseavam as escolas elementares era o conceito de trabalho, que não se pode realizar em todo o seu poder de expansão e de produtividade sem um conhecimento exato e realista das leis naturais e sem uma ordem legal que regule organicamente a vida recíproca dos homens, ordem que deve ser respeitada por convenção espontânea e não apenas por imposição externa, por necessidade reconhecida e proposta pelos próprios homens como liberdade e não por simples coação. O conceito e o fato do trabalho (da atividade teórico-prática) é o princípio educativo imanente à escola elementar, já que a ordem social e estatal (direitos e deveres) é introduzida e identificada na ordem natural pelo trabalho.

Essa ideia baseia-se no trabalho como um direito e um dever da vida humana que deve fazer parte desta desde a tenra idade. Constitui-se como um direito porque todos os seres humanos precisam trabalhar para suprir as suas necessidades, tendo em vista que o trabalho é elemento constituinte da formação humana, bem como um dever, para que o homem possa se socializar, na medida em que ele é um ser muito especial e precisa viver em sociedade para fazer parte dela e se constituir como ser humano.

Gramsci (1991) reflete acerca do trabalho como princípio educativo, admitindo uma escola que prepare cidadãos autônomos, participantes da vida social e cultural, com condições de apropriar-se das técnicas utilizadas na produção, de modo que o trabalho intelectual seja

articulado com o trabalho material. O trabalho como princípio educativo favorece um tipo de escola unitária ou de formação humanista que atenda ao propósito de uma formação geral. Acerca desse ponto, Gramsci, (1991, p. 121) declara:

> A escola unitária ou de formação humanista (entendido este termo, "humanismo", em sentido amplo e não apenas em sentido tradicional), ou de cultura geral, deveria assumir a tarefa de inserir os jovens na atividade social, depois de tê-los elevado a um certo grau de maturidade e capacidade para a criação intelectual e prática e a uma certa autonomia na orientação e na iniciativa. A fixação da idade escolar obrigatória depende das condições econômicas gerais, já que estas podem obrigar os jovens a uma certa prestação produtiva imediata.

A escola unitária prepara o indivíduo para inseri-lo na sociedade com autonomia e iniciativa, para ter responsabilidade, saber defender seus direitos e viver seus deveres. Para tanto, exige-se do Estado um maior investimento na educação, dotando a escola de uma estrutura física e qualificação dos seus profissionais, de modo a assegurar uma maior eficácia em seus estudos. Nesse sentido, Frigotto *et al*. ([201-], p. 9) afirmam:

> O trabalho como princípio educativo não é apenas uma técnica didática ou metodológica no processo de aprendizagem, mas um princípio ético-político. Dentro desta perspectiva, o trabalho é, ao mesmo tempo, um dever e um direito. O que é inaceitável e deve ser combatido são as relações sociais de exploração e alienação do trabalho em qualquer circunstância e idade.

O trabalho como princípio educativo na educação está associado a uma concepção transformadora, em que o conhecimento possa ser construído coletivamente e socializado por todos, evitando fragmentação e dissociação em formação geral e específica, conhecimentos técnicos ou científicos. Esse processo formativo deve ocorrer de maneira unitária, para que os educandos possam ter uma formação plena, consistindo fundamentalmente em uma perspectiva formativa política e ética, inclusive na qual as contradições geradas pelo capitalismo precisam ser combatidas. Frigotto *et al.* ([201-], p. 10) defendem que "processo educativo que viabiliza a construção de saberes começa na sociedade e acaba na sociedade, mas tem na escola uma mediação imprescindível". A exploração deve ser discutida, debatida e combatida e uma das formas de fazê-lo é através da educação.

No Brasil, a ideia de trabalho como princípio educativo e formação politécnica que tem como objetivo a formação omnilateral do homem é discutida por vários estudiosos, sendo Frigotto (1993) uma referência nessa perspectiva de compreensão de Educação Profissional. Na concepção de uma formação político-ética, a função do ensino técnico não é a de formar o trabalhador para exercer apenas funções técnicas e trabalho manual, mas as suas funções vão

além disso, visto que o conhecimento não é fragmentado e não há separação entre conhecimento científico (intelectual) e conhecimento técnico (manual). Não existe divisão entre aqueles que idealizam e controlam o processo de trabalho e aqueles que apenas executam as tarefas. Com base nesse entendimento, Saviani (2003, p. 132) destaca:

> [...] postulando que o processo de trabalho desenvolva, em uma unidade indissolúvel, os aspectos manuais e intelectuais. Um pressuposto dessa concepção é que não existe trabalho manual puro e nem trabalho intelectual puro. Todo trabalho humano envolve a concomitância do exercício dos membros, das mãos, e do exercício mental, intelectual. Isso está na própria origem do entendimento da realidade humana como constituída pelo trabalho.

Por essa razão, tornou-se indefensável a dualidade na Educação Profissional. Quando o governo sancionou o Decreto n. 2.208/97, que estimula a dualidade entre o Ensino Médio e a Educação Profissional, criando os Cursos Técnicos Subsequentes, houve muitas críticas e posicionamentos contrários, visto que esse decreto foi um retrocesso para a educação brasileira. Sabe-se que o intuito era de atender à classe capitalista em formar mão de obra barata para suprir demanda do mercado.

Defendemos, portanto, que a formação do trabalhador seja alicerçada de conhecimentos tanto técnicos quanto científicos, sem haver a dicotomia entre trabalho manual e intelectual. Nas palavras de Gramsci (1991, p. 7), "em qualquer trabalho físico, até mesmo no mais degradante e mecânico, existe um mínimo de atividade intelectual". A escola deve ser única e democrática com condições de preparar o indivíduo autônomo, pensante, exercendo com competência suas funções no mundo do trabalho, sem desconsiderar a responsabilidade e a ética que as funções demandam na sociedade. Infelizmente, no Brasil nossa educação ainda precisa avançar muito para poder conseguir formar o cidadão idealizado por Gramsci (1991).

É notória a preocupação dos capitalistas com a formação de trabalhador produtivo e inovador, que esteja preparado para se adaptar às exigências do mundo do trabalho, da economia flexível, que tenha uma boa relação com seus colegas de trabalho, que se comunique bem e exerça liderança e que produza com eficiência e qualidade. Essas características são traços perseguidos pelos capitalistas na hora de contratar o trabalhador para assumir o trabalho.

A Educação Profissional no Brasil é fortemente marcada pelo dualismo. A luta por uma educação para todos, detendo as mesmas condições de aprender e de permanecer na escola, é o desafio posto não somente para quem atua nos IFs, mas também para a sociedade como um todo. A Educação Profissional não deve existir somente para atender às exigências do mundo do trabalho e ter função de garantir emprego e renda.

Todo cidadão tem direito de ter um trabalho para garantir a sua sobrevivência e a de sua família. O trabalho faz parte da vida do homem e é nesse contexto que se constroem e reconstroem as relações sociais, políticas, culturais e sociais. O homem precisa do trabalho para viver, sobreviver e interagir. A educação é um dos meios que proporcionam ao trabalhador uma posição no mundo do trabalho, como também condições que possibilitem o acesso à cultura, suprimindo ou diminuindo a defasagem entre as condições originais do homem e a cultura, propiciando melhores condições econômicas e qualidade à vida do trabalhador.

Na atual conjuntura social brasileira, o que menos importa são as condições de vida do trabalhador cidadão. A luta pelo lucro e pela mais-valia e a necessidade da alta competitividade deixaram para trás há muito tempo valores como integridade, moralidade, solidariedade e igualdade. A educação, que seria uma possibilidade em que muitos colocam as suas esperanças e expectativas de uma vida melhor, de mais oportunidades, infelizmente não está a serviço da classe trabalhadora, mas das elites que detêm o capital que determina as condições da escola. O que se tem é a formação do trabalhador para atender as demandas do mundo do trabalho, a precarização do trabalho com pagamento de salário mais baixo, piores condições de trabalho, trabalho irregular e as poucas garantias dos direitos dos cidadãos. Conforme Antunes (2009, p. 132),

> a empresa de nossos dias é, portanto, mais complexa em suas formas de "interiorização" da alienação e do estranhamento e muito menos regulamentada, sendo, por isso, responsável pela proliferação dos contratos desprovidos de direitos sociais do trabalho, desconstruídos em seus alicerces, desmontado em seus fundamentos, construídos ao longo de extensa luta da classe trabalhadora em seus embates contra o capital. Os termos da contradição, então, parecem se inverter, moldando novos "modos de ser" da precarização, das alienações e coisificações.

A educação, diante desse novo cenário globalizado e de competitividade, vem ganhando importância, visto que se ampliaram as exigências do conhecimento e da informação. Nesse sentido, o mundo do trabalho ficou mais exigente, buscando capacitação técnica diante dos novos avanços das tecnologias da informação e da comunicação, embora o capitalismo contemporâneo venha assumindo nas últimas décadas uma acentuada lógica destrutiva das forças produtivas, do homem e do meio ambiente.

Para a manutenção do referido sistema, não importa ir às últimas consequências. A desregulação[20], a flexibilização[21] e a terceirização[22] expandiram-se no mundo todo para atender a lógica do neoliberalismo e para combater a crise estrutural que vem enfrentando o sistema supracitado, nem que para isso tenha que degradar a força de trabalho humano, o meio ambiente e, consequentemente, a vida do ecossistema e do planeta. O sistema econômico em questão dita as regras, mas a educação é um caminho a ser trilhado na luta contra esse sistema, buscando uma educação que garanta a formação para cidadania em uma perspectiva emancipatória. Segundo Gadotti (2012, p. 2. grifos do autor):

> Por "perspectiva emancipatória" da educação entende-se a visão de que os processos educativos precisam estar comprometidos com uma visão de mundo transformadora, inconformada com um mundo injusto e insustentável em que vivemos. Por isso, uma **perspectiva emancipatória** da educação e do trabalho deve desenvolver a capacidade de pensar criticamente a realidade e promover a justiça e a solidariedade, fundada na ética, e respeitando a dignidade e a autonomia do educando. Daí a importância estratégica do professor como intelectual transformador e a escola como um espaço de contestação e de construção de uma visão crítica da sociedade, formando para o exercício da cidadania desde a infância.

A educação tanto pode ser usada para manter as estruturas sociais como para modificá-las. A educação emancipatória trabalha com a perspectiva de transformar a realidade e os contextos, desenvolvendo a capacidade criativa de pensar e criticar, buscando promover a justiça social embasada na ética, na moral, nos princípios formadores do caráter do educando, para que este desenvolva uma postura ética em seu convívio social e em suas relações de trabalho, para não aceitar a opressão, a exploração, a dominação e a subjugação pelas relações estabelecidas entre patrão e empregado. Outra questão bastante importante a ser discutida na formação profissional diz respeito aos saberes necessários para a sua atuação no trabalho.

No Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte (2012, p. 52-53), a educação que se busca é a politécnica, com vistas à superação das dualidades que são inerentes à formação de profissionais.

---

[20] A flexibilização e a desregulamentação estão inter-relacionadas, visto que, com a desregulamentação, implica dizer que existe uma flexibilização ou perda dos direitos dos trabalhadores, já adquiridos legal e historicamente, para atender a economia de mercado flexível.

[21] De acordo com Antunes (2008), a flexibilização pode ser interpretada como maior "liberdade da empresa" para demitir trabalhadores; sem que ela sofra penalidades – exemplo: demissão porque as vendas diminuíram; liberdade para diminuir os salários, liberdade para regular as horas de trabalho, entre outras maneiras de precarização do trabalho.

[22] A terceirização gera informalidade do trabalho, dificultando o acesso do trabalhador aos direitos sociais trabalhistas, como também ao registro formal do contrato de trabalho. Geralmente, as grandes empresas são as que mais ganham com a prestação de serviços. Estas não participam da contratação e, dificilmente, fiscalizam a relação de contrato de trabalho.

> Impõe-se, à educação profissional e tecnológica, a retomada do debate e o redimensionamento da concepção de educação politécnica em suas práticas pedagógicas, como requisito político para cumprir a sua função social. Nesse sentido, pretende-se superar, como já se enunciou, a dicotomia entre o trabalho manual e o trabalho intelectual, propondo processos formativos unitários e omnilaterais. Ou seja, propõe-se uma formação que considere o desenvolvimento de todas as dimensões humanas e não apenas os saberes necessários para a adaptação do trabalhador aos ditames do mercado. Em suas dinâmicas formativas, a instrução profissional e a instrução básica são compreendidas como unitárias e necessárias à plena humanização.

Quanto à discussão sobre a formação profissional proposta pelo IFRN, a pretensão é que seja aprofundada no próximo item, por ocasião da discussão em torno do Curso Técnico de Nível Médio em Mecânica. Em relação ao Curso Técnico Subsequente, como relatado anteriormente, não foi bem aceito, pois veio de encontro à luta pela escola pública obrigatória, gratuita e de qualidade para todos os indivíduos, bandeira perseguida constantemente pelos educadores brasileiros. A separação entre o Ensino Médio e a EP, visto que o Ensino Médio propunha-se a uma formação propedêutica, e a criação do Curso Técnico Subsequente, formação técnica aligeirada, ressaltam o dualismo da educação brasileira, em que, num extremo, está a escola assentada no conhecimento, na aprendizagem e nas tecnologias, voltada aos filhos dos ricos, e, em outro, a escola empobrecida, deixando os jovens estagnados a uma formação incompleta, indicada aos pobres, barrando-os de estudos posteriores, impedindo-os de verticalizar os estudos, visto que essa modalidade não prepara o aluno para a esse fim. Ao contrário, favorece a formação para o trabalho, sem garantias de sua inserção. Esse tipo de formação tem como intuito preencher uma mera necessidade natural de aprendizagem, na medida em que os conhecimentos adquiridos são instrumentais, de natureza adestradora, para apenas executar tarefas, estando desprovida de seu caráter cognitivo e desassociada do acesso às formas superiores de pensamento.

O propósito dessa reforma era o de formar para o trabalho, centrado no ser humano como recurso mais importante, pois se trata de sujeito que deseja e consome, portanto, suscetível de ingressar no mercado. Essa reforma aprofundou a fragmentação entre educação geral e técnica, confirmando as desigualdades sociais e objetivando uma formação barata e acelerada de mão de obra, voltada para a formação do trabalhador, sem a promoção da elevação dos níveis de escolaridade. Nesse sentido, a Educação Profissional foi utilizada como artifício compensatório alternativo aos ensinos regulares, em especial como contenção ao ensino superior. Este, assim como a Educação Profissional de nível técnico, teve sua oferta intensamente articulada com o setor privado.

Diante desse contexto, esse tipo de formação foi pensado e aparelhado, prioritariamente, em uma lógica econômica e de preparação ao mercado de trabalho, sendo idealizado e imposto por organismos internacionais (FMI, BM e BID), relegando a dimensão cultural e humana da educação, à medida que exclui o direito dos jovens de ter reconhecimento humano e sua dignidade respeitada, quando remete a educação à condição de mercadoria para atender a política neoliberal.

3.3 Curso Técnico de Nível Médio Subsequente em Mecânica no IFRN/*Campus* Mossoró

É sobre o Curso Técnico de Nível Médio Subsequente em Mecânica que pretendemos discorrer neste item, de modo a situar os/as leitores quanto a sua oferta, acesso, estrutura de funcionamento e organização pedagógica. Sua oferta acontece em três *campi* do IFRN: Mossoró, Canguaretama e Natal/Central. Esse curso objetiva "formar profissionais para desenvolverem atividades no setor industrial e de prestação de serviços, relacionados à operação e manutenção de máquinas, equipamentos e instalações industriais, e na fabricação de componentes mecânicos" (INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO RIO GRANDE DO NORTE, 2012, p. 8).

No cenário de avanço dos conhecimentos científicos e tecnológicos, do uso intensivo de tecnologias de informação, de novas formas de gestão do trabalho e de novos desenhos de produção entre os diversos mercados, esses profissionais estão sendo formados para serem absorvidos pelo mercado. Ou seja, o Curso Técnico de Nível Médio Subsequente em Mecânica justifica sua implantação no IFRN/*Campus* Mossoró pelo leque de atividades industriais desenvolvidas no estado, relacionadas a essa área de atuação, principalmente nos municípios de Natal, Parnamirim e Mossoró, a saber:

> Indústria do petróleo (extração e refino, compreendendo GLP, Diesel e Querosene de Aviação – QAV e Gasolina Automotiva e a cadeia de suprimentos); Extração e refino de sal marinho (maior produtor nacional); Indústria têxtil e do vestuário (linhas, tecidos, modas masculinas, feminina, infantil, íntima praia e peças avulsas; uniformes e fardamentos; bordado industrial; bonés, chapéus e viseiras; roupa de cama e mesa, etc.); Indústria de alimentos (açúcar, castanhas de caju, balas, chicletes e pirulitos, panificação, laticínios, sucos e polpas de frutas); Indústria de fabricação de produtos minerais não metálicos (cerâmica estrutural para a construção civil, cimento, artefatos de concreto, mármores e granitos); Extração de tungstênio, quartzo, caulim, gemas (turmalinas, águas marinhas, ametistas, esmeraldas) e minério de ferro; Energias renováveis – geração eólica (um dos maiores potenciais do Brasil) e a geração eólica é uma das principais fontes de atração de investimentos para o estado no momento (FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE, [200-]).

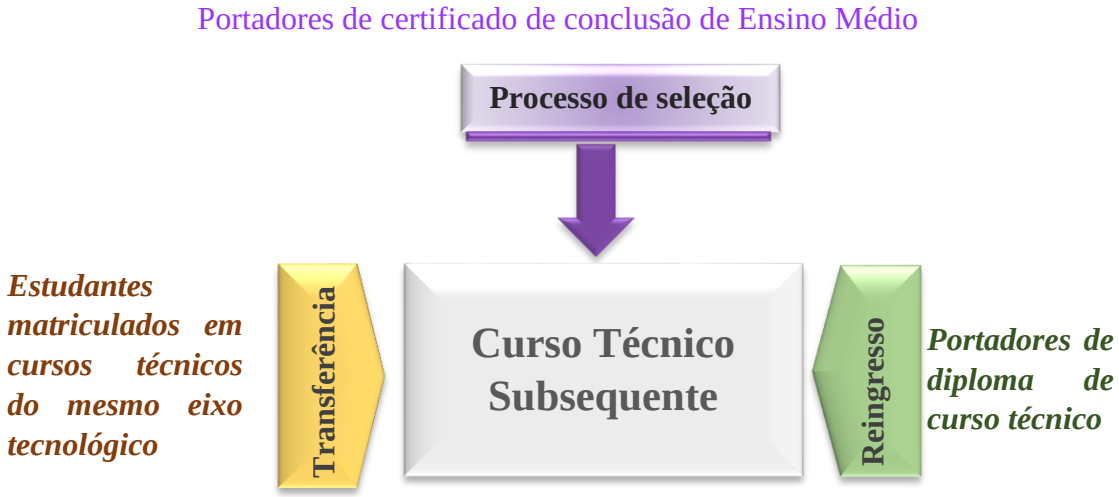
O IFRN, em conformidade com sua proposta pedagógica, propõe-se a oferecer o Curso Técnico de Nível Médio Subsequente em Mecânica, objetivando contribuir para a promoção da qualidade dos serviços prestados na sociedade e formando um técnico em Mecânica capaz de atuar em uma variedade de setores, de modo a contribuir com o desenvolvimento econômico da região onde se insere. Nesse sentido, a criação do referido curso teve como objetivo atender a uma demanda local e regional, tanto pela questão da economia do Estado, que direcionava para a implantação do referido curso pelo seu potencial de desenvolvimento industrial, quanto para preparar jovens para serem absorvidos por essa demanda existente no mundo do trabalho, bem como para a promoção da justiça social entre as classes (INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO RIO GRANDE DO NORTE, 2012).

O acesso a qualquer curso do IFRN acontece mediante submissão a um processo seletivo aberto a todos os que desejam estudar, com pelo menos 50% (cinquenta por cento) das vagas ofertadas aos que tenham cursado todas as séries do Ensino Médio em escola pública. Expomos abaixo seus requisitos e as formas de acesso, de acordo com o PPP.

> Processo de seleção, conveniado ou aberto ao público, para portadores de certificado de conclusão do ensino médio (com entrada no primeiro período); transferência, para estudantes matriculados em cursos técnicos do mesmo eixo tecnológico (com entrada a partir do segundo período); e reingresso, para portadores de diploma de cursos técnicos (com entrada a partir do segundo período) (INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO RIO GRANDE DO NORTE, 2012, p. 118).

Para ingressar no Subsequente, o aluno deve ter concluído o Ensino Médio e estar classificado entre as vagas oferecidas no processo seletivo. Para os que já são alunos, podem solicitar a transferência de curso somente a partir do segundo período. Para tanto, o aluno deve estar matriculado na instituição. A Figura 3 a seguir refere-se aos requisitos e formas de acesso para os Cursos Técnicos Subsequentes no IFRN.

Figura 3 – Requisitos e formas de acesso para os Cursos Técnicos de Nível Médio Subsequente



Fonte: Equipe de sistematização do PPP (2011).

O IFRN, apesar da sua expansão, apresenta uma grande concorrência. Embora tenha aderido à questão das cotas, não é possível garantir que o grande quantitativo de alunos das classes populares seja selecionado nesse processo, visto que existe dualidade no processo de ensino e, mais ainda, ausência de uma educação de qualidade que prepare o aluno, de modo que lhe dê condições de competir de forma igualitária quanto às mesmas oportunidades. Para Perroni e Brandão (2009, p. 79),

> a gratuidade de uma instituição pode não se traduzir na garantia do acesso público. De fato, ao longo deste trabalho, tivemos a oportunidade de observar o quão difícil pode ser o acesso de jovens de camadas populares a um colégio que, embora gratuito, carrega em seu histórico a tradição e a excelência. Estamos mostrando que o fenômeno amplamente conhecido nas universidades públicas – de ocupação majoritária das vagas por alunos oriundos do sistema privado – se reproduz também na escola básica, quando está em jogo o acesso a escolas públicas de alta qualidade. Isso nos indica a determinação das elites em se apropriar dos melhores espaços de formação educacional, independente do caráter público ou privado destes.

Esse cenário de seletividade e exclusão vem sendo discutido há vários anos. Não é de hoje que as classes mais abastadas são as que conseguem galgar um lugar nas universidades públicas, nos cursos que são mais procurados e qualificados. Sabe-se que essa realidade não se restringe apenas às universidades públicas, mas também aos IFs e às escolas públicas de qualidade. Em conformidade com Souza (2014, p. 68):

> Em se tratando do Brasil, ainda há muita dificuldade de acesso dos jovens ao ensino técnico, em virtude de deficiências na formação durante a educação básica, bem como dos altos índices de evasão e de outros indicadores de fracasso escolar ainda tão presentes no nosso sistema educacional. Logo, essa relação entre a educação básica e

> a educação técnica é um fator importante a ser considerado no estudo sobre evasão na educação técnica profissional em âmbito de Brasil.

Pode-se inferir que o IFRN procura oferecer um ensino de qualidade e que prepara o aluno no nível técnico para o mercado de trabalho, bem como para a universidade. No entanto, o acesso é difícil, tendo em vista que as vagas ofertadas não são suficientes para atender à demanda, o que justifica a existência de tamanha concorrência nos seus processos seletivos. Nesse contexto, geralmente, são desclassificados os alunos de camadas sociais menos favorecidas economicamente. Apesar de todos esses fatores, ainda há a evasão, um problema que precisa ser investigado para encontrar solução(es).

Conforme Perroni e Brandão (2009), em processo seletivo estudado por esses autores, ficou evidenciado que o acesso às instituições públicas para as classes mais pobres é muito difícil, bem como que essa dificuldade já é profundamente internalizada por esses jovens, quando buscam o acesso junto a essas escolas. Portanto, a diferença nos resultados dos que procuram esses processos seletivos advindos das escolas públicas e particulares não deve ser conjecturada como escolha individual, uma vez que não existem vagas para todos os candidatos (público e privado).

Nesse contexto, nem sempre as vagas serão preenchidas pelos alunos das classes menos favorecidas. Portanto, as escolas públicas não atendem a todos. De fato, sabe-se que muitos alunos das classes menos favorecidas já incutem em sua forma de pensar que, se concorrerem nos cursos em que existe menor procura, haverá mais possibilidade de ingressar, pois não se consideram preparados para competir com aqueles que sempre estudaram em escolas de melhor qualidade, oriundos de uma classe social mais elitizada, os quais, por conseguinte, procuram os cursos melhores e mais concorridos.

Ainda no entendimento de Perroni e Brandão (2009), o fato de se exigir a mesma nota mínima nos processos seletivos, tanto para as escolas particulares quanto para as públicas, conhecendo a qualidade das escolas estaduais e municipais do nosso país, soa como falácia para a questão da igualdade do acesso. O resultado do processo seletivo constitui-se em desigualdade de oportunidades, de modo que os alunos da classe privilegiada alcançam os melhores lugares e espaços, ascendendo cada vez mais socialmente e beneficiando-se do financiamento dos recursos públicos, enquanto os mais pobres continuam a ocupar os piores lugares. Isso implica afirmar que os mecanismos adotados pelo sistema educacional continuam a disseminar a desigualdade social existente no nosso país.

A grande questão é que se vive em uma sociedade capitalista, num regime em que prevalece a lei do mais forte, do que tem mais poder e mais recursos. Nela, sempre existirão a

desigualdade, a exclusão e a seletividade. Tudo favorece aqueles das classes mais privilegiadas, que, de certa forma, já têm o passaporte garantido para sua manutenção ou elevação social por meio da educação, posto que estudam nas melhores escolas, dispõem de tempo para se dedicar aos estudos e têm pais que podem oferecer um maior suporte.

Como a escolaridade é elevada, eles conseguem se sobressair e ter sucesso escolar, enquanto as pessoas de classe social menos favorecida não frequentam as melhores escolas e não têm condições favoráveis em casa para estudar nem tempo para se dedicar aos estudos. Os pais, geralmente, não acompanham os estudos dos seus filhos: muitos, por não disporem de tempo em função da necessidade de trabalhar para a manutenção da família; outros, por não se sentirem capazes em função da pouca instrução que possuem. Em geral, esses alunos não conseguem ir muito além, pois muitas vezes desistem e abandonam a escola. Então, há uma forte indicação de que as pessoas menos favorecidas venham a evadir-se da escola. Sobre a evasão, discutiremos no próximo capítulo.

O *Campus* Mossoró tem mais de vinte anos de existência. De acordo com o Portal do IFRN (2016), oferece diferentes cursos em vários níveis e modalidades de ensino[23]. Esses cursos são ofertados nos turnos matutino, vespertino e noturno. No IFRN, na primeira semana de aula, é realizado um Seminário de Integração Acadêmica com as turmas iniciantes, conforme o Projeto Pedagógico do referido curso, tendo uma carga horária de 10h, cujo objetivo é:

> Possibilitar um espaço de acolhimento, orientação, diálogo e reflexão; conhecer a estrutura de funcionamento do IFRN, especificamente, do Campus, da Diretoria Acadêmica e do curso; situar-se na cultura educativa do IFRN; conhecer as formas de acesso aos serviços de apoio ao estudante, se apropriando de seus direitos e deveres (INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO RIO GRANDE DO NORTE, 2012, p. 75).

Os temas desse seminário são trabalhados para que possam preparar os discentes durante o seu percurso escolar na instituição, buscando melhor acolhê-los na instituição. Esse seminário é coordenado e desenvolvido pela Equipe Técnico-Pedagógica (ETEP), com a participação dos Coordenadores dos Cursos, Diretor Acadêmico e alguns servidores que trabalham em setores que irão atender aos alunos, conforme suas necessidades.

> Estrutura de funcionamento do IFRN/Campus e das atividades da Diretoria Acadêmica e do Curso; introdução à área profissional (Conhecimento do curso e do mundo do trabalho); funcionamento da Assistência Estudantil e serviços institucionais; cultura institucional do IFRN (sob aspectos de normas de funcionamento e Organização Didática); autoconhecimento e postura esperada do

[23] O IFRN cresceu bastante em sua oferta. Atualmente, oferece vários cursos Técnicos Integrados, EJA, Técnicos subsequentes, Licenciaturas, Tecnólogos, Especialização e Mestrado Acadêmico em Educação Profissional.

> estudante; reflexão sobre a própria aprendizagem /metacognição; formação política e organização estudantil (formas organizativas de funcionamento da sociedade atual; participação, organização e mobilização; movimento Estudantil: contexto histórico e possibilidades de atuação) (INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO RIO GRANDE DO NORTE, 2012, p. 75).

Dessa forma, o aluno que ingressa no Instituto começa a se inteirar de sua dinâmica logo nos primeiros dias de aula. Essa metodologia aplicada pelo IFRN em promover o Seminário de Integração possibilita ao aluno ter acesso a informações necessárias, tanto em relação às questões pedagógicas quanto no que concerne ao conhecimento referente ao curso escolhido, ao apoio acadêmico e à assistência estudantil, entre outros aspectos. Verifica-se que raríssimas instituições desenvolvem esse trabalho de informação, condução e orientação.

Conforme o PPC do Curso Técnico de Mecânica (PPC, IFRN, 2012), a organização curricular observa as deliberações legais presentes na Lei n. 9.394/1996, alterada pela Lei n. 11.741/2008, nas Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Profissional Técnica de Nível Médio, bem como nos princípios e diretrizes determinados no Projeto Político-Pedagógico do IFRN. Os cursos técnicos de nível médio possuem uma estrutura curricular baseada na concepção de eixos tecnológicos constantes do Catálogo Nacional de Cursos Técnicos (CNCT), aprovado pela Resolução CNE/CEB n. 03/2008, com base no Parecer CNE/CEB n. 11/2008, estabelecida pela Portaria Ministerial n. 870/2008. Trata-se de uma concepção curricular que favorece o desenvolvimento de práticas pedagógicas integradoras e articula o conceito de trabalho, ciência, tecnologia e cultura, à medida que os eixos tecnológicos são constituídos de agrupamentos dos fundamentos científicos comuns, de intervenções na natureza, de processos produtivos e culturais, além de aplicações científicas às atividades humanas.

Como mencionado no início deste capítulo, a proposta pedagógica do curso está organizada por núcleos politécnicos: **Núcleo Fundamental**, **Núcleo Articulador** e **Núcleo tecnológico**, conforme o que rege o PPC do Curso Técnico de Nível Médio em Mecânica (PPP, IFRN, 2012), os quais beneficiam a prática da interdisciplinaridade, direcionando para a importância do imperativo de uma Educação Profissional e tecnológica integradora de conhecimentos científicos e experiências e saberes advindos do mundo do trabalho, possibilitando, assim, a construção do pensamento tecnológico crítico e a capacidade de intervir em situações concretas.

A matriz curricular do curso apresentada no Quadro 2 (Anexo A) é constituída por disciplinas em regime seriado semestral e com uma carga-horária total de 1.715 horas, sendo 1.215 horas destinadas às disciplinas de bases científicas e tecnológicas, 100 horas aos seminários curriculares e 400 horas à prática profissional.

Quanto à estrutura física, o IFRN/*Campus* Mossoró apresenta uma boa estrutura que possibilita aos alunos e servidores instalações de boa qualidade, favorecendo um bom desenvolvimento de ensino e aprendizagem. Em termos de infraestrutura pedagógica, o *Campus* dispõe vários ambientes pedagógicos aos alunos do referido curso e de outros.

O Catálogo Nacional de Cursos Técnicos orienta que cada instituição que irá ofertar um curso deverá cumprir com um conjunto de exigências que são imperativas ao desenvolvimento curricular para a formação profissional, visando alcançar um padrão mínimo de qualidade. No Quadro 3 (Anexo B), estão apresentadas as especificações de equipamentos e instalações com seus respectivos quantitativos, que deverão ser utilizadas durante todo o funcionamento do curso.

A instituição ainda disponibiliza serviços de assistência estudantil, com psicólogo e profissionais de Serviço Social e dos Serviços de Saúde. Além disso, ao estudante que é considerado de baixa renda é disponibilizada assistência, como bolsa alimentação, transporte e bolsa trabalho, tendo como critério a sua situação socioeconômica.

O aluno do IFRN/*Campus* Mossoró também pode dispor de bolsa para projeto de pesquisa e de extensão. Além disso, o instituto vem adotando o desenvolvimento de ações político-pedagógicas de apoio ao processo ensino-aprendizagem, como: Centro de Aprendizagens (CA), constituído por professores das áreas em que os alunos apresentam mais dificuldades; e Tutores de Aprendizagem e Laboratório (TALs), sendo estes alunos que recebem bolsa para auxiliar os outros discentes, nas disciplinas em que estes apresentem mais dificuldades, como: Língua Portuguesa, Matemática, Física, Química e Biologia, bem como em algumas disciplinas das áreas técnicas dos cursos técnicos.

Os alunos e os servidores do IFRN dispõem de biblioteca, com um sistema completamente informatizado, permitindo fácil acesso via terminal ao acervo da biblioteca. O acervo está desmembrado por áreas de conhecimento, para promover, desse modo, a pesquisa por títulos específicos, com exemplares de livros e periódicos, observando todas as áreas de abrangência do curso. Presta serviços de empréstimo, renovação e reserva de material, consultas informatizadas a bases de dados e do acervo, orientação na normatização de trabalhos acadêmicos, orientação bibliográfica e visitas orientadas. Deverão estar disponíveis para consulta e empréstimo, numa proporção de 6 (seis) alunos por exemplar, no mínimo, 3 (três) dos títulos constantes na bibliografia básica e 2 (dois) dos títulos constantes na bibliografia complementar das disciplinas que compõem o curso, com uma média de 3 exemplares por título, para que dessa forma possa atender às necessidades que venham a surgir durante o curso,

no que se refere a livros didáticos (INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO RIO GRANDE DO NORTE, 2012).

Nos Quadros 4 e 5 (Anexos C e D), respectivamente, estão discriminados os corpos docente e técnico-administrativo, necessários ao funcionamento do curso, baseando-se pelo desenvolvimento simultâneo de uma turma para cada período do curso. Para cada curso ofertado pelo IFRN, existe um professor Coordenador de Curso, com graduação na área de Engenharia Mecânica, responsável pela gestão administrativa e pedagógica, encaminhamentos e acompanhamento do Curso.

No IFRN/*Campus* Mossoró há dois membros da equipe pedagógica pela manhã, dois à tarde e um à noite. O acompanhamento pedagógico acontece por turno e por cursos. Sabe-se que no turno diurno o quantitativo de turmas e alunos são maiores que o do noturno. Acredita-se ser por essa razão que o noturno tem apenas um membro da ETEP acompanhando as turmas. Como o curso em questão acontece à noite, nesse caso, o turno somente dispõe de um único membro da ETEP para fazer o acompanhamento pedagógico desse turno.

Diante do que foi exposto, percebemos que o IFRN/*Campus* Mossoró apresenta uma boa estrutura para o funcionamento de suas atividades administrativas e pedagógicas, com a disponibilização de equipamentos, de biblioteca, de Programas de apoio ao estudante, de uma estrutura curricular compatível com o que a instituição defende em termos de formação profissional, considerando os eixos, pelos quais passa essa formação, com acompanhamento pedagógico. O cenário mostra que o IFRN está bem estruturado para o desenvolvimento de suas atividades. Porém, por que, mesmo com todo esse aparato, há um alto índice de evasão no Curso Técnico de Nível Médio em Mecânica, *Campus* Mossoró? Quais as razões internas e externas da evasão nesse curso? O que nos dizem os evadidos e os profissionais a esse respeito? São essas questões que almejamos responder no próximo capítulo.

4 A EVASÃO SOB A PERSPECTIVA DOS EVADIDOS E DOS PROFISSIONAIS DO IFRN/*CAMPUS* MOSSORÓ

A análise feita neste capítulo ocorreu à luz dos dados construídos junto aos evadidos do Curso Técnico de Nível Médio Subsequente em Mecânica do IFRN/*Campus* Mossoró, no turno noturno, nas turmas 2013.1 e 2014.1, bem como aos profissionais que atuaram com as referidas turmas, o que constituiu na parte qualitativa da pesquisa. Sendo assim, conforme mencionamos anteriormente, entrevistamos: um docente da área propedêutica, um docente da área técnica, o Coordenador do Curso, o Diretor Acadêmico da Instituição e o membro da equipe técnico-pedagógica que acompanha o curso. Essa parte da pesquisa junto aos profissionais refere-se à qualidade. Trata-se de uma pesquisa mista, que busca dialogar com os evadidos e com os profissionais, ao mesmo tempo.

Na medida do possível, ao longo deste capítulo, apresentamos os dados quantitativos e qualitativos simultaneamente, de modo que a interpretação adquira clareza, consistência e amplitude. Nessa perspectiva, Creswell (2007), conforme Quadro 1 deste trabalho, demonstra a necessidade de interpretação "global", que não nega a quantidade, mas articula esta a qualidades. A ideia de trabalhar simultaneamente os dados se dá para evitarmos possíveis repetições e, ao mesmo tempo, mostrarmos as contradições à proporção que forem surgindo. Dessa maneira, a análise buscou agregar/reunir as informações quantitativas e qualitativas, procurando um diálogo entre as duas metodologias, no intuito de produzir uma única informação que deve refletir uma interação entre as metodologias desenvolvidas na pesquisa, possibilitando um esclarecimento e aprofundamento do contexto real da vida educacional, econômica e social dos evadidos.

Para organizarmos os dados quantitativos, de posse dos gráficos gerados pelo *Google Docs*, sintetizamos e agrupamos vários deles em quadros, com o propósito de deixarmos o texto mais bem apresentado, sempre cuidando dos dados estatísticos presentes nos gráficos. Quanto aos dados qualitativos na parte de identificação dos sujeitos, foi elaborado um quadro, enquanto os demais foram incorporados no decorrer da análise.

4.1 Com relação aos evadidos: apresentando o perfil dos sujeitos

Os evadidos do Curso Técnico Subsequente em Mecânica do IFRN/*Campus* Mossoró do turno noturno constituem-se como sujeitos desta pesquisa. Nos dois anos, há um conjunto de quarenta e cinco (45) alunos evadidos que ingressaram nas turmas de 2013.1 e 2014.1. No

entanto, apenas vinte e oito (28) alunos responderam o questionário estruturado. Esses alunos apresentam perfis diferentes, a começar pela realidade socioeconômica, sexo, cor, raça, dentre outros, conforme evidenciado no Quadro 6.

Quadro 6 – Perfil dos evadidos em termos percentuais

FAIXA ETÁRIA – %	**RENDA FAMILIAR - %**	**SEXO - %**	**COR OU RAÇA - %**
16 a 18 anos – 0%	Até 1 SM* – 11%	Masc. – 68%	Branca – 54%
19 a 25 anos – 54%	De 1 a 2 SM – 25%	Fem. – 32 %	Parda – 39%
26 a 30 anos – 32%	De 2 a 5 SM – 50%	----------	Preta – 7%
31 a 40 anos – 7%	De 5 a 10 SM – 11%	----------	----------
41 anos ou mais – 7%	Não soube – 3%	----------	----------

Fonte: Questionário com os evadidos em março de 2017.
* SM - Salário Mínimo

Em relação ao perfil dos alunos evadidos do Curso Técnico de Nível Médio Subsequente em Mecânica, no que se refere à faixa etária, verifica-se que mais da metade – 54% (quinze alunos) – está na faixa etária entre dezenove e vinte e cinco anos de idade. Nessa faixa, considera-se que existam alunos que já deveriam ter iniciado o ensino superior aos dezenove anos, outros que já poderiam estar perto de concluí-lo ou já o teriam concluído aos vinte e quatro anos. Provavelmente, trata-se de alunos que tentaram ingressar no curso superior e não conseguiram e, para não ficarem parados, iniciaram o curso técnico subsequente ou daqueles que já trabalham e buscaram esse curso para se qualificar.

Os alunos que estão na faixa etária entre vinte e seis e trinta anos totalizaram um percentual de 32% (nove alunos), considerado um valor relativamente alto para o universo estudado. Esse alunado já está fora de faixa para estudar nessa modalidade de ensino. Esse percentual pode refletir alunos que já estão há algum tempo sem estudar, longe da sala de aula, e viram a oportunidade de retornar para se qualificar, como também por exigência do próprio trabalho, ou ainda, por oportunidade de um novo emprego. Abaixo, é possível perceber o que um dos profissionais do IFRN revela.

> [...] existem muitos alunos, você pode também evidenciar isso fácil, que fazem o curso de Mecânica como segunda opção, porque o mercado aqui tem uma facilidade maior em admitir esse profissional, tanto mecânico como eletrotécnico. Então, você vai ver que tem Técnico em Construção Civil, Técnico em Edificações e a própria Eletrotécnica, que ele acha que é um complemento. Técnico, outros, diversos, por questão de mercado, aí eles vão fazer um segundo curso. Pode fazer essa pesquisa e aí talvez, pela motivação, são pessoas que trabalham, pela dificuldade, e às vezes

> muitos deles já exercem a profissão dentro da área técnica do primeiro curso, então eles não conseguem contabilizar ou perdem o interesse, ao longo do tempo perdem o interesse, pois já têm uma formação técnica e também não têm interesse em continuidade (DAT, entrevista realizada em maio de 2017).

Segundo o profissional supracitado, o Curso Técnico de Mecânica pode ser uma segunda formação técnica para alguns alunos que veem no referido curso complementariedade para o aperfeiçoamento de suas habilidades na área de sua formação inicial, na qual trabalha, porém, no decorrer do curso, não conseguem perceber o quanto o curso agregará à sua formação inicial e/ou, então, perderam o interesse pelo curso e acabaram desistindo.

Os educandos da faixa etária de trinta e um a quarenta anos e de quarenta e um anos a mais apresentaram o mesmo percentual (7,0% – dois alunos). Estes estão muito distantes da faixa etária indicada para essa modalidade de ensino, sendo possível que também estejam afastados há muito tempo da sala de aula, precisando de uma qualificação por exigência do trabalho ou por uma nova oportunidade de emprego. Portanto, consoante as respostas dos alunos, percebe-se, nesse contexto, que o maior percentual de evadidos esteja concentrado entre os estudantes mais jovens, contrapondo-se ao que foi refletido pelo profissional do IFRN/Mossoró na entrevista. De acordo com o entrevistado:

> Então assim, o público de adulto, quanto mais avançada a idade, mais difícil fica, justamente pela questão familiar, [...]. Se procurar traçar esse perfil, [...], se você observar, provavelmente, os mais jovens permaneceram e concluíram o curso, porque esses mais jovens ainda não são pais de família. Estão na casa, talvez de 26, 27, 28 anos. Mas, ainda não são pais de família e mesmo tem o trabalho, então para eles ainda dá uma vontade maior de concluir o curso, menos dificuldade, menos situações se colocando contra a conclusão do curso (DAI, entrevista realizada em maio de 2017).

Em conformidade com esse entrevistado, o aluno com idade mais elevada é o que se evade. Esse profissional acredita que o fato de o aluno ser pai ou mãe é um elemento dificultador no processo de permanência do aluno no curso. No entanto, a pesquisa com os evadidos demonstra que o maior índice de evasão está entre os alunos de 19 a 25 anos, ou seja, na faixa de alunos jovens. É possível que esses alunos mais jovens estejam fazendo paralelamente um curso superior e, por não conseguirem conciliar e dar conta dos dois, acabaram abrindo mão do curso Subsequente.

Nas respostas acima, verifica-se que metade dos evadidos – 50% (quatorze alunos) – apresenta uma renda familiar que está entre dois e cinco salários mínimos. Apesar de não ser considerada uma renda ideal, também não se trata de uma renda muito precária, dependendo do número de pessoas na família, mas é considerado um valor ainda insatisfatório para o sustento de uma família, se esta renda estiver próxima do limite mínimo (dois salários). Dos alunos

evadidos, 25% (sete alunos) responderam que tinham uma renda familiar entre um e dois salários mínimos, considerada não suficiente para uma unidade familiar. De acordo com os estudos sobre a evasão, esse fator pode favorecê-la, visto que muitas vezes o aluno deixa a escola para trabalhar, em função da baixa renda. Do restante, 11% (três alunos) estão entre a renda de até um salário mínimo e também com renda de cinco a dez salários mínimos, constatando-se o mesmo percentual para respostas bem diferentes, verificando-se então dois extremos: uma renda insuficiente para suprir as necessidades básicas e outra que já se considera razoável para oferecer certo padrão de qualidade à família. Houve um percentual de 3,0 % (um aluno) que não soube ou não quis informar a renda.

Com base nas respostas, mais da metade – 68% (dezenove alunos) – é do sexo masculino, demonstrando que ingressaram mais homens do que mulheres no Curso Técnico de Nível Médio Subsequente em Mecânica, contabilizando 32% (nove alunos) do sexo feminino.

Mais da metade dos alunos que se evadiram era de cor branca – 54% (quinze alunos). Os restantes 39% (onze alunos) denominam-se pardos e 7,0% (dois alunos) declaram-se de cor preta. Para Navarro (2005, p. 40), "no Brasil, negros e pardos continuam sem as mesmas oportunidades de ampliação da escolaridade e o processo histórico de formação da nossa sociedade tem peso nessa distinção". Conclui-se, então, que desistiu um maior percentual de brancos porque o maior número de alunos também era de cor branca, constatando-se que a cor branca ainda tem maior acesso à educação no nosso Brasil, o que comprova a dívida histórica que o país tem com os afrodescendentes.

Por fim, os evadidos do Curso Técnico de Nível Médio em Mecânica do IFRN/*Campus* Mossoró são jovens do sexo masculino, de cor branca, cuja renda familiar varia em torno de 2 a 5 salários mínimos, entre R$ 1.874,00 e R$ 4.685,00, numa faixa etária de 19 a 25 anos, em que deveriam estar cursando o Ensino Superior.

4.2 Com relação aos profissionais: apresentando e conhecendo esses sujeitos

Os profissionais que participaram desta pesquisa são servidores do IFRN/*Campus* Mossoró que assumem as seguintes funções: docente da área técnica, docente da área propedêutica, Membro da Equipe Técnico-Pedagógico (ETEP), Diretor Acadêmico da Instituição e Coordenador do Curso, ressaltando que todos tiveram contatos com os alunos evadidos das turmas 2013.1 e 2014.1. A maioria é mestre, no entanto, observa-se que nem todos os docentes tiveram uma forma pedagógica básica para atuarem como professores da instituição. O membro da ETEP é licenciado em Pedagogia, embora a instituição também

admita em seu quadro funcional, para exercer função similar ao do pedagogo e compor a Equipe Técnico-Pedagógica (ETEP), um Técnico em Assuntos Educacionais (TAE). Esse profissional pode ter diploma em qualquer licenciatura para atuar nessa função. Nesse sentido, para ser membro da ETEP, o servidor não precisa necessariamente ser portador do diploma de Pedagogia.

Dos profissionais supracitados, três fizeram suas graduações, respectivamente, na Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), na Universidade Estadual do Estado da Paraíba (UEPB) e na Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN). Para melhor detalhamento acerca dos profissionais participantes desta pesquisa, vejamos o quadro abaixo:

Quadro 7 – Identificação dos profissionais do IFRN/*Campus* Mossoró envolvidos com o Curso Subsequente em Mecânica

PROFISSIONAL	**TEMPO DE EXERCÍCIO NO IFRN**	**FORMAÇÃO INICIAL/IES/ANO**	**FORMAÇÃO CONTINUADA /IES/ANO**
DAT Docente da Área Técnica	22 anos	Engenharia Mecânica/UFRN/1991	Mestrado em Engenharia Mecânica/UFRN/2000
DAP Docente da Área Propedêutica	8 anos	Licenciatura em Matemática /UEPA/1993	Mestrado em Matemática//UFPB/2003
COC Coordenador do Curso	17 anos	Engenharia de Materiais/UFRN/2004	Mestrado em Engenharia Mecânica/UFRN/2006
TAC Técnico-Pedagógico Acompanhante do Curso	22 anos	Pedagogia/ UERN/1993	Especialização em Filosofia/ UERN/ 1997; Especialização em Educação de Jovens e Adultos/ IFRN/ 2010
DAI Diretor Acadêmico da Instituição	13 anos	Engenharia Elétrica/UFRN/2000	Mestrado em Engenharia Elétrica/UFRN/2011

Fonte: Entrevistas individuais, realizadas em maio de 2017.

Observa-se que os profissionais entrevistados já possuem bastante experiência profissional no IFRN, com bastante tempo de serviço e, por esse motivo, já têm familiaridade com os problemas encontrados na instituição. Apenas um tem oito anos de docência no IFRN/*Campus* Mossoró. Percebe-se que três são bacharéis e dois com licenciatura, com formação na área pedagógica. Constata-se, também, que quatro deles são mestres em sua área

de formação, não possuindo nenhuma formação na área pedagógica, o que pode dificultar o processo de ensino-aprendizagem.

O que se presencia no IFRN/*Campus* Mossoró quanto à formação dos profissionais que atuam no Curso Técnico de Nível Médio Subsequente em Mecânica é uma realidade bastante comum nas Instituições de Ensino Superior: os bacharéis tornam-se professores.

As exigências para esse profissional ser admitido no IFRN são relativas à formação na área/disciplina em que irá trabalhar, por isso a maioria dos professores não tem formação docente. Para Medeiros (2007), ser docente pressupõe uma formação inicial e/ou continuada que venha a contribuir para o exercício da docência. É preciso superar a posição que é defendida pelo senso comum de que para ser professor é preciso apenas ter domínio do conhecimento relacionado aos conteúdos disciplinares que irá ensinar. A docência exige saberes pedagógicos com os quais os cursos de bacharelado não se preocupam. Esse é um problema não apenas do IFRN, mas das universidades, de modo geral.

Não basta ser bacharel para tornar-se um docente. De qualquer modo, faz-se necessária uma formação continuada que dê respaldo às questões pedagógicas. No caso, o IFRN deve promover ações que possibilitem esse tipo de formação, de modo a tornar o ensino de qualidade. Nesse sentido, os professores imbuídos da formação profissional do Curso Técnico em Nível Médio Subsequente são engenheiros elétricos e mecânicos e estes, por sua vez, não tiveram formação docente (Anexo C). Essa questão pode estar diretamente relacionada com a problemática da evasão que foi relatada pelos evadidos e ratificada pelos profissionais no que se refere às questões metodológicas como sendo um dos fatores responsáveis pela evasão no referido curso, conforme veremos no decorrer deste capítulo.

4.3 Dados sobre a evasão no Curso Técnico de Nível Médio Subsequente em Mecânica no IFRN/*Campus* Mossoró

Conforme mencionamos anteriormente, vinte e oito (28) alunos participaram da pesquisa, o que representa um percentual de 62,2% do total de quarenta e cinco (45) evadidos. O Quadro 8 explicita a situação do ingresso e da evasão, indicando que o percentual mais elevado de evasão foi o da turma 2013.1

Quadro 8 – Situação do ingresso e da evasão nos anos de 2013.1 e 2014.1

ANO	INGRESSO	EVADIDOS/PERCENTUAL
2013.1	40	23-57,5%
2014.1	40	22-55,0%
TOTAL	**80**	**45-56,2%**

Fonte: Sistema Acadêmico do IFRN, março de 2016.

O Quadro 8 revela que, embora o índice de evasão seja mais elevado na turma 2013.1, ela foi a que participou menos da pesquisa. Isso é apenas um detalhe no contexto da pesquisa, uma vez que em ambas as turmas a participação dos evadidos foi significativa para a realização desta investigação. Vejamos, então, o Quadro 9.

Quadro 9 – Situação da participação dos evadidos nesta pesquisa

ANO	TOTAL DE EVADIDOS	PARTICIPAÇÃO NA PESQUISA/PERCENTUAL
2013.1	23	12-43%
2014.1	22	16-57%
TOTAL	**45**	**28-100%**

Fonte: Pesquisa com os evadidos, abril de 2017.

Quando os evadidos foram questionados acerca do período em que haviam deixado de frequentar o curso, relataram que se evadiram logo no primeiro ano do curso, principalmente no primeiro semestre, conforme o Quadro 10.

Quadro 10 – Período em que a evasão ocorre com maior frequência

PERÍODO	QUANTIDADE DE EVADIDOS/PERCENTUAL
1º Semestre	13-46%
2º Semestre	12-43%
3º Semestre	03-11%
TOTAL	**28-100%**

Fonte: Pesquisa com os evadidos, abril de 2017.

Desse modo, o maior índice de evasão (89%) ocorre logo no primeiro ano do curso, período de adaptação na escola. Conforme o profissional entrevistado no IFRN/*Campus* Mossoró, essa desistência pode ser ocasionada,

> [...] com o tempo, pelo próprio rendimento, a falta de base também, conhece, e aqui a gente tenta manter o nível, tem um ponto de corte se você não atingir o ponto de corte você não fica no processo. Então, na primeira avaliação, quando o desempenho é muito baixo, então muita gente desiste, pois entende que não vai conseguir (DAT, entrevista realizada em maio de 2017).

Muitas vezes, o aluno inicia o curso, começa a ter dificuldades com algumas disciplinas e, além de não se sentir à vontade para tirar dúvidas com o professor, não tem amigos na turma. Então, essa situação passa a ser um empecilho para a sua permanência no curso, tendo como consequência o abandono da escola. Nesse sentido, o aluno acaba abandonando a escola. Em pesquisa realizada por Borja e Martins (2014, p. 97), conclui-se que "alguns alunos apresentavam grandes dificuldades de aprendizagem, que causavam desmotivação e a desistência do curso sem ter concluído, algumas vezes, sequer a etapa inicial da adaptação". Da mesma maneira, na presente pesquisa, percebe-se o maior índice de evasão no primeiro semestre, pois muitas vezes o discente não espera nem o período de adaptação para desistir do curso.

Esse alto índice de evasão no primeiro ano do curso pode estar relacionado a vários motivos, como dificuldade/reprovação em alguma(s) disciplina(s); desinteresse pelo curso, ou seja, não era o curso que acreditava que fosse; dificuldades de ensino-aprendizagem; dificuldades de transporte para chegar até a unidade de ensino; ingresso em curso superior; dificuldades de conciliar estudo e trabalho, entre outros. Observa-se claramente que o grande número de desistência concentrou-se nos dois primeiros períodos iniciais, os quais podem ser considerados de adaptação e de avaliação, proporcionando a oportunidade de os alunos se organizarem melhor e prosseguirem no curso.

Quando os evadidos foram questionados sobre a preferência de fazer o Curso Técnico de Nível Médio Subsequente em Mecânica no turno noturno, eles apresentaram várias razões,

que são demonstradas no quadro a seguir; por questões didático-metodológicas, evidenciam-se as cinco opções mais recorrentes respondidas entre os evadidos nesta pesquisa. Vale lembrar que, para responder a essa questão, os respondentes podiam escolher até três alternativas.

Quadro 11 – Razões da opção pelo curso

RAZÕES	QUANTIDADE/PERCENTUAL
Porque trabalha durante o dia	15-54%
Por facilitar o acesso ao mercado de trabalho	14-50%
Sempre quis fazer o curso	09-32%
Conveniência de horário	08-28%
Outros	04-14%

Fonte: Questionário aplicado com os evadidos, março de 2017.

Dentre as razões, a opção que apareceu em maior percentual nas respostas, com 54% (quinze respostas), foi "porque trabalho durante o dia". É fato que grande parte da evasão no curso decorre da condição de trabalhador do aluno, aspecto confirmado por alguns profissionais entrevistados no IFRN/*Campus* Mossoró.

> Diga-se de passagem, eles trabalharem. Uma boa parte trabalha o dia inteiro (DAP, entrevista realizada em maio de 2017).
>
> E que esses alunos, em sua maioria, não fazem exclusivamente suas atividades só os cursos técnicos à noite. Então, normalmente, eles já trabalham durante o dia e depois vêm fazer o curso à noite (DAI, entrevista realizada em maio de 2017).
>
> Então, eles chegam já cansados, ou chegam atrasados ou não acompanham, não têm tempo. Passam o dia todo trabalhando e à noite têm que assistir às aulas, estudar de madrugada, final de semana (DAT, entrevista realizada em maio de 2017).

As entrevistas confirmaram o que os evadidos responderam no questionário que escolheram o turno noturno porque trabalhavam durante o dia. Batista, Souza e Oliveira (2009, p. 13) ratificam essa afirmação: "A inserção do jovem ao mercado de trabalho passa a ser uma exigência contínua e, esses jovens e adultos são chamados cedo, considerando suas restrições financeiras, a ingressarem nesse mundo".

Metade dos que responderam o questionário (quatorze) relatou que escolheu o curso "por facilitar o acesso ao mercado de trabalho". Nessa perspectiva, a expectativa da inserção no mercado de trabalho para os alunos do IFRN é bastante expressiva, embora em grande medida seja frustrada, principalmente em momentos de recessão. Observemos o que um dos profissionais do IFRN fala em relação a esse assunto:

> [...] o que eu percebo que eles têm uma expectativa muito grande que a instituição proporcione para ele uma condição que quando ele sair consiga ser lotado no mercado.

> É isso que eles querem e às vezes não conseguimos fazer isso (DAT, entrevista realizada em maio de 2017).

Muitos alunos acreditam que o Instituto faz essa ponte, esse engajamento, facilitando o acesso e a inserção de seus egressos no mercado de trabalho. Muitos entram na instituição com essa perspectiva. No entanto, isso nem sempre acontece. No século XXI, diante da crise econômica que se vivencia, o trabalhador muitas vezes tem a capacitação técnica, mas nem sempre encontra vagas no mundo do trabalho, devido ao desemprego estrutural, que faz parte das políticas neoliberais e hegemônicas do capital especulativo que vem assolando o país e o mundo, o que acarretou a desestabilização[24] dos trabalhadores estáveis.

Diante desse contexto, segundo Frigotto (2001, p. 78), ocorre a "instalação da precariedade do emprego. Mediante a flexibilização do trabalho, trabalho temporário, terceirização etc. Aumento crescente dos sobrantes. Trata-se de contingentes não integrados e não integráveis ao mundo da produção". Nesse sentido, o aluno busca a capacitação na esperança de conseguir emprego, contudo, mediante esse sistema capitalista, explorador e excludente, poucos conseguem, visto que o trabalho tornou-se cada vez mais um meio de exploração do trabalhador, com poucas garantias e oportunidades, de modo que os sujeitos são submetidos à terceirização, ao subemprego ou ao desemprego.

Ainda conforme Batista, Souza e Oliveira (2009), a mídia tem propagado que a causa do desemprego e da dificuldade de ascender socialmente deve-se à falta de capacitação profissional do trabalhador. Nessa direção, muitos jovens e adultos têm procurado a escola na perspectiva de melhorar a sua condição social. A busca por capacitação técnica na esperança de melhoria na remuneração salarial e/ou na oportunidade de um emprego melhor tem levado muitos jovens e adultos a frequentarem a escola. A expectativa que se coloca pelos sistemas produtivos vigentes e pela mídia no que diz respeito à aquisição de conhecimentos é que esta está aliada à garantia de empregabilidade. Todavia, corroborando o autor, trata-se de uma falácia, na medida em que se percebem perdas de postos de trabalho, ocasionadas pelo desemprego estrutural, gerado pelas mazelas trazidas pela globalização, e pela restruturação produtiva do capital na sociedade contemporânea. Portanto, os jovens buscam as instituições de Educação Profissional com essa expectativa, mas às vezes se deparam com uma situação adversa.

[24] Consoante Frigotto (2001, p. 78), "essa desestabilização dá-se pela intensidade na exploração e pela permanente ameaça da perda de emprego".

Com 32% (nove respostas) enfatizando que "sempre quis fazer o curso", observa-se que esses alunos realmente desejavam cursar Mecânica, mas, mesmo assim, abandonaram. Por que abandonaram? Desconhecimento do curso? Falta de identificação? No decorrer das entrevistas, observamos que os evadidos apresentaram muitas razões que os levaram à evasão, não havendo um único fator.

Em seguida, 28% (oito respostas) afirmaram que a opção pelo curso aconteceu "por conveniência de horário", o que se aplica em alguns casos nesta pesquisa a alunos que faziam o curso superior durante o dia e o Técnico em Mecânica à noite, simultaneamente; outros, porque trabalhavam durante o dia. A esse respeito, o profissional entrevistado no IFRN/*Campus* Mossoró aponta:

> Pode parecer um paradoxo, mas essa recessão econômica, a crise econômica, diminuiu o número de evasão. Como os alunos não conseguem trabalho, então aquele aluno que foi expedido e não conseguiu trabalho, vem na perspectiva de conseguir trabalho e quando a economia está mais aquecida, muitos desses alunos não conseguem conciliar o estudo com o trabalho, porque trabalham em firmas, em empresas que têm hora para entrar, mas não têm hora para sair (TAC, entrevista realizada em maio de 2017).

Com o avanço das ciências e das tecnologias da informação e comunicação, o mundo do trabalho passou a exigir um trabalhador mais qualificado e preparado para ser mais produtivo, maximizar sua produção, garantindo-lhe mais lucro e riquezas. Nesse sentido, o discente busca os cursos técnicos do IFRN com o objetivo de estudar para se capacitar e melhorar seu desempenho no trabalho e, consequentemente, a sua remuneração. No entanto, acabam abandonando a escola, por cansaço e fadiga e por não suportarem a sobrecarga de trabalhar durante o dia e estudar à noite. Para Bonfim (2012), o imperativo de se trabalhar, embora se constituindo como causa da evasão escolar, tem sido um dos fatores que impulsionam o jovem/adulto a retornar aos bancos das salas de aulas, pelo fato de as novas organizações produtivas exigirem um trabalhador mais qualificado para atuar no mundo do trabalho.

Por esse viés, o que deveria ser razão para continuar a estudar ou procurar se qualificar para o trabalho passa a ser um motivo para desistir. Quando esse aluno consegue o trabalho, o cansaço e a fadiga, muitas vezes, são maiores do que o estímulo de sua permanência para a conclusão do curso e ele acaba desistindo. Então, o motivo que o levou a buscar a capacitação foi o mesmo que provocou a sua desistência.

Em seguida, com 14% (quatro respostas), aparece outros[1], mais especificamente, "por estudar em outra instituição durante o dia". Esse fator foi enfatizado nas entrevistas pelos

profissionais quando reforçaram que muitos dos alunos das turmas em questão também fazem curso superior em outras instituições de ensino, como a UERN e a UFERSA. Destacamos os trechos de suas falas abaixo:

> Muitos alunos desses cursos são alunos do Curso de Engenharia lá da UFERSA e eles acabam optando pelo curso superior em detrimento do Curso Técnico daqui e essas duas turmas de Mecânica apresentam esse perfil (TAC, entrevista realizada em maio de 2017).

> Outro fator que eu atribuo são alunos oriundos da instituição de nível superior (UFERSA) que citei. Nesse caso, os alunos, quando percebiam que aqui também cobrava e lá também cobravam da mesma forma, eles abandonavam a gente (COC, entrevista realizada em maio de 2017).

Em conformidade com os entrevistados, existem alunos que fazem paralelamente o Curso Técnico e outro curso Superior, principalmente os de engenharia da UFERSA, de modo que, quando esses alunos percebem que não conseguem conciliar, optam pelo curso superior. Nesse caso, vale pensar que a evasão não se configura como fracasso, mas como sucesso, haja vista a decisão de ascender o nível da formação. Atualmente, os jovens, com a facilidade de ingresso no nível superior em virtude da ampliação de vagas, conseguem verticalizar seus estudos. Por outro lado, para a instituição, essa saída é vista como uma perda, uma vez que ela investiu recursos nesses alunos e, além disso, outros estudantes deixaram de ter a oportunidade de estudar no IFRN em função de esses alunos terem preenchido as vagas.

Essa realidade também é encontrada em outros *campi* do IFRN. Em pesquisa realizada no IFRN/*Campus* São Gonçalo do Amarante, consoante Souza (2014, p. 103), "com aspiração para o nível superior, muitos saíram, porque ingressaram numa faculdade/ verticalização do ensino". Na pesquisa em questão, muitos alunos também tentaram conciliar o curso superior e o subsequente, no entanto, não conseguiram, em virtude do grau de cobrança tanto do curso superior quanto do técnico, optando, dessa forma, pelo primeiro. Nas palavras de dois entrevistados do IFRN/*Campus* Mossoró:

> E aí a gente percebeu que no nosso país tem uma cultura de valorizar mais o ensino superior do que o técnico (COC, entrevista realizada em maio de 2017).

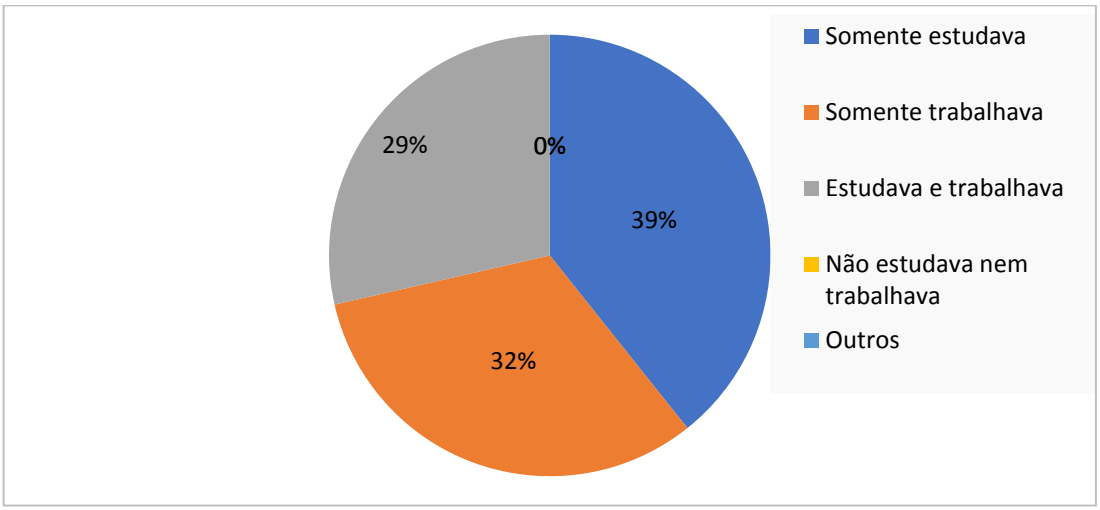
> [...] é uma evasão muito alta, mas assim, muitos desses alunos se evadem porque frequentam outro curso superior. Então, como não tem nada que impeça, não existe uma legislação que impeça o aluno cursar ao mesmo em duas instituições públicas um curso de nível superior e o curso técnico, fica muito difícil se coibir essa prática (TAC, entrevista realizada em maio de 2017).

A Lei n. 12.089/2009 proíbe o aluno de ter duas matrículas em instituições públicas, fazendo dois cursos superiores, mas não há nenhuma restrição para um curso superior e outro

técnico. Essa preferência dos alunos pelo ensino superior deve-se ao fato de que em nosso país existe uma maior valorização dos cursos superiores em detrimento dos cursos técnicos, em função de as empresas e instituições valorizarem mais esse nível de ensino, no que se refere às vantagens salariais, remunerando melhor os portadores dos diplomas de nível superior. Por conseguinte, a sociedade também os avalia como mais intelectualizados e mais ricos em conhecimentos técnicos e culturais.

Ainda sobre os condicionantes externos à evasão, há outros pontos que precisam ser analisados. Cabe reforçar que a evasão é um problema complexo, em que um único aspecto não justifica o alto índice de evasão que fez parte das turmas de 2013.1 e 2014.1 do IFRN/*Campus* Mossoró, ultrapassando o percentual de 56%. Ao serem questionados sobre a ocupação que tinham antes de entrar no IFRN, no Curso Técnico de Nível Médio Subsequente em Mecânica, conseguimos obter os seguintes dados, conforme gráfico abaixo.

Gráfico 1 – Ocupação antes de ingressar no IFRN/*Campus* Mossoró



Fonte: Questionário aplicado com os evadidos, março de 2017.

Em conformidade com o Gráfico 1, 39% (onze alunos) responderam que antes de ingressar no IFRN somente estudavam. O aluno que somente estuda tem mais oportunidade de se dedicar a essa atividade, visto que dispõe de mais de tempo, mas, mesmo assim, desiste. Será, então, que a questão da desistência desses alunos não estaria relacionada ao fato de terem ingressado em curso superior e de não conseguirem conciliar os dois, desistindo, dessa forma, do subsequente?

Um percentual de 32% (nove alunos) declarou que apenas trabalhava. De acordo com Navarro (2005, p. 46), "a maioria dos jovens, que buscam ampliar a escolarização em função das exigências da industrialização que se expande na sociedade brasileira, já se encontra inserida no processo de trabalho, sobra-lhes a opção do ensino noturno". Esses alunos procuram capacitar-se para melhorar sua formação, muitas vezes, na tentativa de conseguir um trabalho melhor ou de ter aumentada sua remuneração.

Os 29% (oito alunos) restantes responderam que estudavam e trabalhavam. Segundo Batista, Souza e Oliveira (2009, p. 13), "o estudante – trabalhador vive a dualidade: inserção no mercado de trabalho e a continuidade de seus estudos. Isto porque, as exigências do mercado de trabalho quanto à escolaridade tornam-se cada vez maior". O fato de o aluno estudar e trabalhar pode ser um dos fatores que contribuem com a evasão, uma vez que conciliar estudo e trabalho acaba sendo uma tarefa bastante difícil, principalmente nas instituições em que a cobrança pela qualidade de ensino é alta.

Portanto, quando computamos aqueles que somente trabalhavam e os que estudavam e trabalhavam, os percentuais ultrapassam os 60%, indicando que a questão do trabalho é decisiva para a evasão dos alunos do Curso Técnico Subsequente em Mecânica. Devido ao fato de o aluno não conseguir dar conta de atender às exigências, tanto do trabalho como da escola, elege como prioridade o emprego, por se tratar de sua fonte de manutenção e sustento.

Um dos dados que nos surpreenderam diz respeito ao estado civil dos evadidos. A maioria é solteira, conforme pode ser observado no Quadro 12.

Quadro 12 – Estado civil dos evadidos

ESTADO CIVIL	**QUANTIDADE-PERCENTUAL**
Solteiro	15-54%
Casado	11-39%
União Estável	02-7%
TOTAL	**28-100%**

Fonte: Questionário aplicado com os evadidos, em março de 2017.

Consoante as informações supracitadas, 54% (quinze alunos) dos evadidos, ou seja, mais da metade, são solteiros. Esse fato pode estar relacionado à faixa etária em que se encontra esse mesmo percentual, com idade entre dezenove e vinte e cinco anos, fase em que muitos indivíduos ainda não assumiram laços afetivos matrimoniais ou similares, por se considerarem

ainda muito jovens. Esse dado pode estar associado aos alunos que, além do Curso Técnico de Nível Subsequente em Mecânica, fazem curso superior em outra instituição de ensino.

Dentre os alunos evadidos, 39% (onze alunos) são casados e 7% (dois alunos) têm união estável. Somando-se os casados com os que têm união estável, computa-se um percentual de 46% (treze alunos), prevalecendo nessas duas turmas o índice de solteiros. Portanto, aquela ideia de que os alunos abandonam o curso por causa da responsabilidade no lar não se sustenta neste trabalho. O fato de ser casado ou viver em união estável pode favorecer a evasão por exigir destes mais responsabilidades, compromisso e tempo, mas também pela necessidade de capacitação para obter melhores salários.

Pode-se inferir também que, na contemporaneidade, muitos jovens em famílias de baixa renda começam a trabalhar desde cedo para ajudar na renda familiar. Desse modo, muitos são forçados a ingressar prematuramente no mundo do trabalho, podendo ser também esse o caso de alguns alunos do IFRN/*Campus* Mossoró.

Outro dado que nos surpreendeu diz respeito ao quantitativo de pais e números de filhos, embora, em conformidade com o questionário, mais da metade se enquadre no estado civil dos solteiros. No entanto, o quantitativo de casados e união estável é considerado significativo (Quadro 13).

Quadro 13 – Número de pais e filhos e seus cuidadores

SE TEM FILHOS QUANTIDADE - %	**QUANTIDADE DE ALUNOS PAIS, DE FILHOS E DE QUEM CUIDA DOS FILHOS - %**	**CUIDADORES DOS FILHOS - %**
Sim 04 -14%	1aluno - 1filho – 25%	Avós – 25%
	1aluno - 2 filhos – 25%	Outros – 25%
	2 alunos - 3 filhos – 50%	Avós – 25%
		Outros – 25%
Não 24 -86%	----------	
TOTAL 28 - 100%	**4 alunos/ 9 filhos /14%**	

Fonte: Questionário aplicado com os evadidos, março de 2017.

De acordo com o quadro acima, 86% (vinte e quatro alunos) responderam que não têm filhos, sendo este um percentual bastante significativo. Nesse sentido, podemos deduzir que os alunos do Curso Técnico de Nível Médio Subsequente em Mecânica não se evadiram por questões de maternidade/paternidade ou por dificuldades de ter com quem deixar os filhos para ir à escola. Do restante, 14% (quatro alunos) afirmaram que têm filhos. Esse fato pode ter contribuído de algum modo para a questão da evasão. Conforme o profissional entrevistado no

IFRN/*Campus* Mossoró, acredita-se que o alto índice de evasão no curso ocorra por motivos de paternidade e maternidade.

> Muitos já são pais de famílias. Então, isso dificulta muito a capacitação, o estudo, porque o tempo que você tem para se dedicar mesmo ao estudo é pequeno. No seu dia a dia, é muito ocupado, porque ainda tem outras atribuições enquanto membro familiar [...] (DAI, entrevista realizada em maio de 2017).

Sabe-se que o fato de ser mãe ou pai pode de alguma forma contribuir para a evasão, visto que filho requer atenção, dedicação e sustentação, mas, no caso dos alunos evadidos do Curso Técnico Subsequente em Mecânica, o problema da maternidade/paternidade não se configura como uma justificativa plausível para explicar o alto índice de evasão.

Lançando mão do Quadro 13, dos 28 evadidos, 14% (quatro alunos) responderam que têm filhos, dentre os quais 50% (dois alunos) disseram ter cada um três filhos. Um deles relatou que as crianças ficavam aos cuidados dos avós e o outro aluno expôs que as suas ficavam aos cuidados de outros. Dos restantes, um percentual de 25% (1 aluno) falou que tinha um filho e que este ficava aos cuidados dos avós e, finalmente, o total de 25% (1 aluno) declarou que tinha dois filhos, os quais ficavam aos cuidados de outros. Neste estudo, observou-se que ainda prevalecem os laços familiares, pois a maioria dos avós fica com os netos para os pais irem estudar.

4.4 Evasão escolar e os condicionantes externos

Muitos dados a respeito dos condicionantes externos já foram apresentados no item anterior, porém, como questionamos acerca de outras razões que têm contribuído para a evasão escolar, resolvemos destacá-los por serem fundamentais em nosso trabalho. O Quadro 14 procura esclarecer as razões externas pelas quais os alunos se evadiram no Curso Técnico de Nível Médio Subsequente em Mecânica no IFRN/*Campus* Mossoró, passando por questões financeiras, familiares, dentre outras. Como se tratou de uma pergunta de múltipla escolha, foram trazidas as respostas mais recorrentes entre os evadidos.

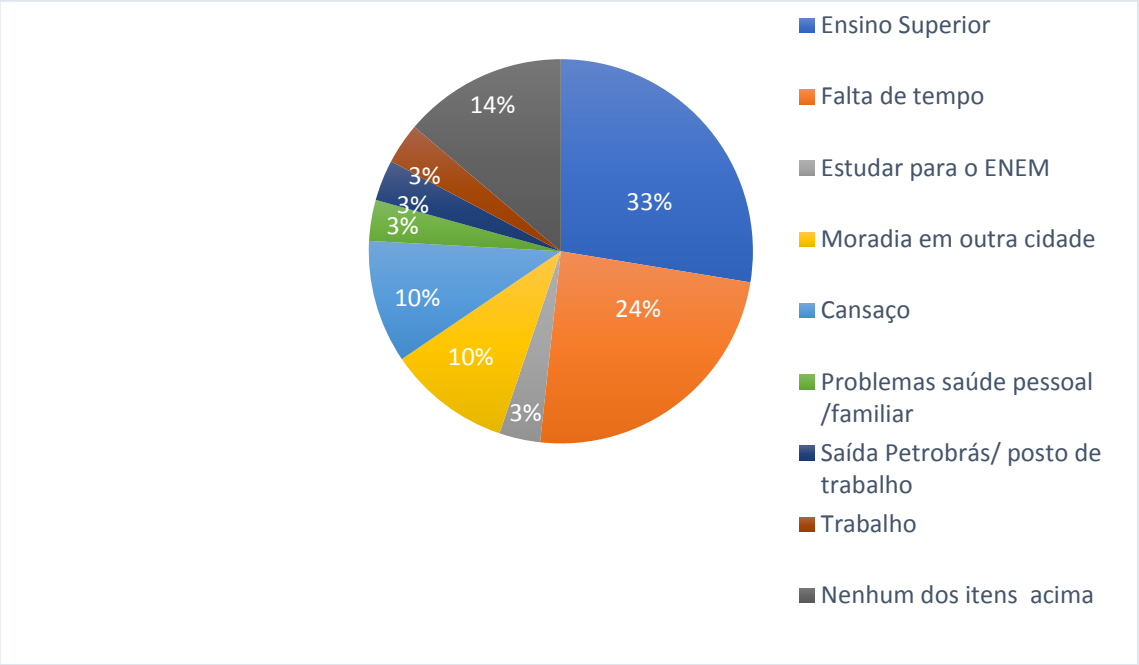
Quadro 14 – Razões externas da evasão no IFRN/*Campus* Mossoró

RAZÕES	QUANTIDADE/PERCENTUAL
Outros (questão socioeconômica)	16-57%
Outros (questões pessoais/familiares)	13-46%
Dificuldades em planejar a própria vida e estabelecer metas pessoais	8-28%
Dificuldades financeiras/ recursos para transporte escolar	7-25%
Dificuldade de transporte para a unidade de ensino	7-25%
Mundo do trabalho: escassez de oportunidade na área de formação pretendida e condições de emprego aquém do esperado	6-22%
Mudança de cidade	5-18%
Necessidade de cuidar de família no horário do curso	4-14%

Fonte: Questionário aplicado com os evadidos, março de 2017.

De acordo com o Quadro 14, o item "outros", tanto na pergunta sobre as questões externas relativas às condições socioeconômicas quanto nas questões pessoais/familiares, assumiu percentuais bastante elevados, com 57% (dezesseis respostas) e 46% (treze respostas), respectivamente. Torna-se, então, fundamental apresentarmos essas outras razões, sociais, econômicas, pessoais e familiares, que foram mencionadas pelos evadidos, mas não contempladas na questão sugerida pela pesquisa. Pela similaridade nas respostas, agrupamos a categoria "outros" em um único gráfico, a fim de evitarmos repetições, tendo sido sempre essa a nossa intenção neste trabalho.

Gráfico 2 – Outras questões de ordem socioeconômica e/ou pessoal/familiar que provocaram a evasão



Fonte: Questionário com os evadidos, abril de 2017.

A opção que mostrou maior percentual refere-se as oito respostas (33%) relacionadas à evasão, em virtude do fato de os alunos estarem cursando o ensino superior. Conforme discutimos anteriormente, não se trata de fracasso escolar, mas de sucesso, uma vez que se encontram galgando patamares superiores.

Em seguida, 24% (sete respostas) apresentaram falta de tempo para estudar. O aluno que estuda à noite, geralmente, trabalha, por isso não dispõe de tempo para se dedicar aos estudos. Com uma jornada de trabalho durante o dia e à noite assistindo às aulas, já chega na sala cansado, sem condições de uma boa concentração nos estudos.

Batista, Souza e Oliveira (2009, p. 13) expõem que "o cansaço físico, as exigências do trabalho, entre outros motivos, terminam por influenciar fortemente a decisão de abandonar a escola". Realmente, vários alunos têm uma sobrecarga de trabalho muito grande durante o dia e quando chega à noite estão muito cansados e sonolentos, sem disposição suficiente para enfrentar mais um turno. Esse fator também foi relatado na entrevista realizada com os profissionais do IFRN/*Campus* Mossoró, conforme fragmentos a seguir:

> Eu acredito que foi porque muitos trabalham, [...], muitas vezes o cara vem do trabalho, chega aqui muitas vezes enfadado do dia a dia do trabalho, são auxiliares, trabalham como auxiliares dessas empresas, então, tem uma atividade corporal física, e isso causa um certo cansaço. Assim, não consegue acompanhar o desenvolvimento

> e quando chegava nas primeiras avaliações e tirava notas muito ruins, acabava desistindo do curso (COC, entrevista realizada em maio de 2017).

Para esse profissional, uma das causas que favorece a evasão concerne ao fato de os alunos trabalharem durante o dia, muitos deles em atividades físicas que exigem muita energia, gerando muito cansaço e enfado. Quando chegam à noite na escola, encontram-se sem disposição para enfrentar mais um turno e estudar.

Além disso, 14% (quatro respostas) não apontaram nenhum dos fatores sugeridos pelas perguntas que favoreceram a evasão. Por sua vez, 10% (três respostas) indicaram que se evadiram do curso por morarem em outra cidade; destes, dois responderam que a saída ocorreu em função de estarem trabalhando em outra cidade e um, por estar fazendo pós-graduação. O mesmo percentual apontou para o cansaço.

Para finalizar, atingindo iguais percentuais, 3% (uma resposta) indicam como causas da evasão o trabalho; o empenho para estudar para o ENEM, fator que evidencia a preferência do aluno pelo curso superior; a saída da Petrobrás de Mossoró, o que reduziu os postos de trabalho; e, ainda, cuidar da saúde pessoal ou de familiares.

Voltando para as questões sugeridas pela pesquisa, um percentual de 28% (oito respostas) apontou como motivo da evasão a dificuldade de planejar a própria vida e estabelecer metas pessoais. Uma pesquisa realizada por Diniz (2015, p. 72) retrata, também, a dificuldade que muitos jovens têm de traçar suas metas e definir seus objetivos: "Os jovens apresentaram muita dificuldade em responder sobre a profissão que gostariam de ter ou seguir. Alguns responderam nunca terem pensado em algo que os atraísse". As pessoas, muitas vezes, têm dificuldades em planejar a própria vida e estabelecer metas pessoais. Geralmente, a falta de objetividade no planejamento (na vida) e a dificuldade de estabelecer metas e segui-las deixam o indivíduo sem norte, incapaz de seguir um rumo certo em sua vida. Por essa razão, desiste cedo dos seus sonhos e projetos sem lutar.

Um percentual de 25% (sete respostas) relaciona a evasão a dificuldades financeiras, em face da falta de recursos para transporte. Esses últimos números referem-se à questão econômica, que aparece também como causadora da evasão. Na presente pesquisa, pode-se constatar que a renda familiar de alguns desses alunos (50%, ou seja, 14 sujeitos que responderam ao questionário) está entre dois e cinco salários mínimos. Isso mostra que nessa turma alguns alunos poderiam ter problemas de ordem econômica para sua permanência e êxito na instituição, considerando os gastos necessários, inclusive com o transporte, o que, acerca desse aspecto, se torna questionável, tendo em vista que o IFRN desenvolve uma política de permanência. Será que esses alunos que se encontravam em situação de vulnerabilidade

solicitaram a bolsa de auxílio-transporte à Coordenação de Apoio ao Estudante? Será que o IFRN estava com problemas nos cortes orçamentários que impossibilitaram o atendimento a essa demanda? Será que os alunos tomaram conhecimento dessa política de permanência no Instituto? Embora esse tema seja trabalhado no Seminário de Integração com os alunos ingressantes, será que todos o assistiram? Sabemos que existe a política de permanência, embora não haja a possibilidade e viabilidade de atender a todos. O *Campus* Mossoró apresenta uma grande estrutura e atende a um grande quantitativo de estudantes. Pode ser que o recurso não tenha sido o suficiente para a demanda existente.

É possível inferir no tocante a essa questão que o problema financeiro foi um dificultador para os alunos permanecerem na escola, visto que 25% (sete respostas) relataram que a evasão foi influenciada por questões econômicas e de recursos financeiros para transporte. Esse fator foi evidenciado pelos evadidos e ratificado por um dos profissionais entrevistado no IFRN/*Campus* Mossoró: "Eu acredito que a evasão tem um fator determinante que é o econômico, e esta é a situação do aluno em primeiro lugar" (TAC, entrevista realizada em maio de 2017).

Consoante o profissional supracitado, a questão financeira é um fator que pode interferir na permanência do aluno na instituição, visto que este necessita de emprego e renda para se sustentar e/ou a sua família e, por isso, precisa trabalhar e conciliar trabalho e estudo, o que se torna um problema. No entendimento de Palma (2007, p. 9), "são os alunos das classes menos favorecidas economicamente que engrossam as estatísticas da repetência, evasão e abandono escolar". Sabe-se que no Brasil a questão financeira está fortemente ligada tanto ao desempenho do aluno na escola quanto à impossibilidade de sua permanência, em função da falta de recursos para continuar frequentando, ausentando-se pela dificuldade em custear o transporte, a aquisição de materiais, dentre outros fatores. Esse fato pode comprometer a vida acadêmica do aluno, levando-o a baixos rendimentos, o que gera desmotivação e culmina na evasão.

Seguindo com o mesmo percentual, 25% (sete respostas) justificaram a evasão por causa da dificuldade de transporte para o IFRN/*Campus* Mossoró. A referida cidade, a exemplo de várias outras no Brasil, passou nessas últimas décadas por um crescimento populacional intenso. Desse modo, o município cresceu sem um planejamento, as distâncias alargaram-se e, por esse motivo, houve a necessidade de uma expansão no sistema de transporte coletivo. No entanto, esse serviço funciona de forma ineficiente, inadequada e precária, pois, dentre os vários problemas que seus usuários enfrentam, destaca-se a incerteza do horário, dificultando mais ainda o seu deslocamento. Contrapondo-se ao que foi relatado no questionário dos alunos, observemos a opinião de um profissional do IFRN/*Campus* Mossoró sobre essa questão.

> Alguns assinalaram que a dificuldade de transporte era também algo a ser levado em consideração, mas eu acho que não influencia tanto. Muitos alunos nossos têm transporte próprio. Quem depende mais do transporte escolar são os alunos que vêm dos interiores aqui próximos e aí dependem mais. Mas eu acho que é um fator que pode ser levado em consideração, pois o transporte público da cidade é complicado, é precário (COC, entrevista realizada em maio de 2017).

Para esse profissional, o sistema de transporte da cidade de Mossoró não tem tanta influência na evasão. Por outro lado, reconhece que os alunos que mais sofrem com a precariedade do transporte público são aqueles que residem em outras cidades próximas, concepção semelhante a deste outro profissional do IFRN, que expõe o seguinte a esse respeito:

> Tem também outro problema que pelo menos eu detectei com uma das turmas. É que uma parte desses alunos também mora fora, então eles têm dificuldades. Quando normalmente os ônibus vêm trazer os alunos da UERN e UFERSA, eles pegam carona. Algumas vezes, por um motivo ou por outro, a UERN às vezes tem um problema de greve ou coisa desse tipo, os ônibus não vinham, então os alunos ficavam prejudicados. Então, com as constantes paralisações, eles ficaram sem meios de transporte e uma parte deles que morava fora não tinha mais condições de vir e terminavam desistindo mesmo (DAP, entrevista realizada em maio de 2017).

Esse profissional relata a questão de transporte intermunicipal. Alguns alunos que são de outros municípios vêm nos ônibus dos que estudam na UERN. Nos momentos de paralisação/greve na UERN, os ônibus não vêm; por conseguinte, não há transporte para os alunos que estudam no IFRN irem assistir às aulas. Dessa forma, os alunos acabam sendo prejudicados, perdendo aulas, desmotivando-se e desistindo.

Logo após, 22% (seis respostas) apontaram como causa da evasão a escassez de oportunidade na área de formação pretendida e as condições de emprego aquém do esperado. Sobre esses aspectos, trazemos abaixo o que comenta o profissional entrevistado no IFRN/*Campus* Mossoró:

> Com essa crise que ocorreu, os cursos [para] Mecânicos, Eletricistas e Técnicos em Eletrotécnica e Técnicos em Mecânica diminuíram muito a demanda desses profissionais. O próprio mercado já não requeria tanto, então as pessoas que faziam ou fazem esse curso também não encontram, com todas essas dificuldades, uma perspectiva de coisa futura. Ou seja, eles acham que entrando aqui, tem que ter uma dedicação muito grande para conseguir chegar no final do curso. Quem entra aqui, imagino que queira sair trabalhando ou fazer curso superior ou alguma coisa desse tipo, mas a maior parte quer exercer, os que não fazem simultâneo, o curso superior. Então, essa expectativa foi frustrante e, pelas dificuldades, diminui muito (DAT, entrevista realizada em maio de 2017).

A crise econômica prejudicou diversos setores, gerou grande desemprego nesses últimos anos e provocou uma redução expressiva no número de oferta de vagas. Com isso, afetou também a demanda de trabalho para os egressos dos Cursos Técnicos de Nível Médio Subsequentes em Mecânica, motivo pelo qual os alunos ficam desmotivados para continuarem o curso, visto que, muitas vezes, a procura por determinados cursos é motivada pela possibilidade de emprego e de uma boa remuneração no mercado de trabalho. A esse respeito, Marconatto (2009) ressalta que não existe uma relação entre a formação do aluno e a criação de posto de trabalho. Em sua opinião, trata-se de uma falácia. Quando o aluno percebe essa realidade, fica sem perspectivas no que concerne à escola e resolve não mais investir em sua escolaridade.

O fato é que alguns alunos não acreditam na escola como forma de progredir social e economicamente, tendo em vista que há grande desemprego e a questão salarial, em geral, está aquém do esperado. Nesse sentido, eles abandonam o curso em função de oportunidade de emprego no horário das aulas ou em outra cidade ou desistem porque não enxergam possibilidades no curso pretendido, por acreditarem que estão perdendo tempo e oportunidades. Essas respostas refletem a falta de perspectiva que o aluno tem em relação à oferta de emprego na área escolhida, gerando desmotivação que pode culminar na evasão.

Consoante o quadro, 10% (três respostas) afirmaram que a evasão aconteceu em decorrência de moradia em outra cidade. Muitas vezes, aluno muda de cidade pela necessidade de trabalhar, pela transferência do seu local de trabalho ou pelo surgimento de uma nova oportunidade de emprego. Sendo assim, o aluno precisa abandonar o curso.

Em seguida, com 14% (quatro respostas), a evasão acontece pela necessidade de assistir alguém da família no horário do curso. Em nosso país, muitos alunos abandonam a escola para ficar com os seus filhos, pois não têm com quem deixá-los, ou por precisarem cuidar de algum familiar que esteja doente. Esse fato compromete a sua educação, atrasa seu projeto de vida e reduz a sua oportunidade de uma vida melhor.

4.5 Evasão escolar e os condicionantes internos

Os dados que seguem estão relacionados aos condicionantes internos à instituição. Ao longo desta dissertação, discutimos que a evasão é um problema bastante complexo, o qual envolve tanto questões externas quanto internas. Em geral, são várias as razões que podem contribuir para o alto índice de evasão no Curso Técnico de Nível Médio Subsequente em Mecânica do IFRN/*Campus* Mossoró, turno noturno. Pensando na complexidade do problema,

também procuramos saber, junto aos evadidos das turmas 2013.1 e 2014.1 e aos profissionais do IFRN, em que as questões pedagógicas e curriculares interferiram na decisão de deixar de estudar. Como se trata de uma questão de múltipla escolha, destacamos as cinco respostas mais recorrentes no questionário feito com os evadidos, conforme Quadro 15.

Quadro 15 – Razões relacionadas aos aspectos pedagógicos e curriculares

RAZÕES	QUANTIDADE - PERCENTUAL
Didática ineficiente dos professores/ Dificuldade de lidar com a metodologia dos professores[25]	13-46%
Outros	8-28%
Dificuldade em aprender o conteúdo ensinado pelos professores	6-21%
Excesso de atividades em sala de aula	5-18%

Fonte: Questionário aplicado com os evadidos, em março de 2017.

O Quadro 15 revela alguns fatores internos relacionados aos aspectos pedagógicos e curriculares que contribuíram para a evasão dos alunos no Curso Técnico de Nível Médio Subsequente em Mecânica do IFRN/*Campus* Mossoró. Um percentual de 46% (treze respostas) atribuiu sua evasão à didática[26] ineficiente dos professores e às dificuldades de lidar com as suas metodologias. Vejamos relato de um profissional do IFRN/*Campus* Mossoró que vem a confirmar essa problemática:

> A maioria não. Todos. Dos cursos técnicos são engenheiros que saem de uma Universidade, saem de uma faculdade, sem nenhuma experiência de docência, de sala de aula. Muitos deles saem de uma faculdade, fazem um mestrado, entram numa sala de aula, sem nunca ter ministrado aula. E assim, isso é muito difícil para eles também. Eu acho que eles deveriam passar por um curso, antes de entrarem na sala de aula. Por um curso preparatório. De 1 mês, 2 meses, de 3 meses. Alguma coisa desse tipo, porque eles não têm experiência nenhuma de sala de aula e quando surge um conflito com a turma ou com os alunos, eles tentam resolver pela via da autoridade. Eles acham que impondo vão resolver aquela situação, aquele conflito, mas que na verdade aquele conflito foi criado, foi gerado, por uma questão metodológica e de conhecimento que aquele docente não teve lá no curso, aí ele quer impor aos alunos o método dele e a vontade dele e acaba gerando um conflito (TAC, entrevista realizada em maio de 2017).

Essa afirmação colaborou no sentido de que os problemas elencados pelos alunos no que tange às metodologias de ensino desenvolvidas pelos docentes em sala de aula podem estar diretamente relacionados à falta de preparo do professor no que se refere às questões

[25] Estamos incluindo, por estarem próximas, a didática ineficiente e a dificuldade com a metodologia dos professores.

[26] A Didática trata-se da teoria geral do ensino baseada em seus vínculos com a Pedagogia, que dão embasamento ao processo de ensino-aprendizagem e às situações concretas vivenciadas pelas práticas docentes.

pedagógicas que envolvem o processo de ensino-aprendizagem. Em conformidade com Diniz (2015, p. 50), "na maioria das vezes, o ensino é maçante, com práticas pedagógicas desestimulantes e que tendem a homogeneizar todos os alunos, não levando em conta as especificidades de cada um". Em geral, o professor não possui uma metodologia atrativa que chame a atenção do aluno, que venha a favorecer a aprendizagem e que o oriente devidamente para o desenvolvimento das tarefas solicitadas em sala.

Com 28% (oito respostas), o item "outros"[27] retrata as razões elencadas pelo próprio aluno relacionadas à evasão, em sua perspectiva, as quais não foram contempladas pela questão sugerida pela pesquisa. Essas respostas não se relacionam a aspectos pedagógicos nem curriculares.

De acordo com esses alunos, as questões didáticas e metodológicas não influenciaram na decisão de evadirem-se do curso. Contrapondo-se com as respostas de outros, em percentual maior, relataram que esses aspectos interferiram na sua permanência na Instituição. Para melhor entendimento, apresentamos a seguir o comentário de um profissional entrevistado no IFRN/*Campus* Mossoró:

> [...] enfrentamos muitos problemas de metodologia e de relacionamento entre professores e alunos, de certa forma uma coisa está ligada à outra. O professor intolerante, o professor muito rígido, muito duro, quase sempre não tem uma boa metodologia de ensino (TAC, entrevista realizada em maio de 2017).

Considerando o que revelaram os evadidos e os profissionais do IFRN, pode-se perceber que, de alguma maneira, o problema da metodologia configura-se como um aspecto que contribui para a evasão no Curso Técnico de Nível Médio Subsequente, turno noturno, do IFRN/*Campus* Mossoró, de modo que é possível inferir que as questões que levaram o aluno a desistir das aulas concernem ao fato de grande parte dos docentes que lecionam as disciplinas das áreas técnicas caracterizar-se como engenheiros que não possuem a formação adequada para atuar na docência, conforme mencionamos anteriormente, respaldadas pelos profissionais entrevistados. Para ser docente, cabe elucidar, são necessárias formação e preparação para assumir uma sala de aula, no entanto, o senso comum encara essa função como uma que apenas

[27] Na opção "outros", as respostas foram: nenhum (4 respostas); nada (1 resposta); não teve (1 resposta); falta de tempo para estudar (1 resposta); não houve dificuldades no sentido pedagógico do curso (1 resposta).

requer os conhecimentos referentes à disciplina que será lecionada, o que é visto como condição suficiente. Diante dessa realidade, diversas instituições de ensino estão repletas de profissionais que têm a formação na área que irão lecionar, sem, no entanto, terem recebido uma preparação que os habilite a assumir a função de docente, como é requerido e necessário. Nesse sentido, a formação docente assume sua relevância, embora muitos desejem desconsiderá-la.

Vários desses profissionais não passaram por um processo de formação imbuída de saberes necessários à docência antes de enfrentarem o contexto da sala de aula, motivo pelo qual se pode inferir a existência de muitos problemas envolvendo questões pedagógicas e metodológicas, o que favorece a evasão. De acordo com os profissionais entrevistados, os docentes do IFRN que têm formação acadêmica em cursos de engenharia muitas vezes concluem a universidade, passam por um mestrado e vão direto enfrentar uma sala de aula, sem ao menos se apropriarem dos conhecimentos e das práticas pedagógicas e docentes. É preciso que o profissional docente zele por sua profissão, não a tratando como se, para ser professor, não se exija algum preparo, validando o que o senso comum defende. Para ser médico, exige-se que o profissional tenha graduação na área de Medicina, então, por que para ser professor tem que ser diferente? Apenas ter graduação na área do conhecimento que vai lecionar, sem a formação necessária à docência, é condição que habilita alguém a ser um profissional docente? Nessa perspectiva, torna-se imprescindível que haja essa preparação, a fim de que esse profissional não venha a enfrentar problemas com metodologia em sala de aula.

Conforme Medeiros (2007), para que o professor se constitua como um docente, deve imbuir-se de um conjunto de saberes necessários à docência, no entanto, quando a maioria dos profissionais não passa por tal formação, essa relação de ensino-aprendizagem torna-se complicada. Realmente, muitos professores não se prepararam adequadamente para assumir a docência. No caso do curso observado neste estudo, quando seus professores assumem a sala de aula, deparam-se com diversos problemas relacionados aos saberes pedagógicos e docentes, mas, em nosso entendimento, não sabem enfrentá-los, gerando muitas vezes outras situações difíceis de lidar. Nesta pesquisa, observamos que muitos alunos apontam questões didáticas e metodológicas[28] como um dos motivos da evasão, sendo esse dado reforçado pelos profissionais entrevistados.

[28] As metodologias são as técnicas e os procedimentos utilizados em cada área específica que se ocupam dos conteúdos do conhecimento e estão associados ao campo da Didática, na sua relação com fins educacionais.

Em seguida, 21% (seis respostas) relatam que a evasão está relacionada à dificuldade de aprender os conteúdos ensinados pelos professores. Essa falta de compreensão pode ocorrer em virtude da deficiência nos conteúdos basilares e da ausência de uma formação adequada durante a Educação Básica. Ao chegar ao ensino técnico, em função das lacunas existentes em sua formação, pode ser que não compreenda as explicações dadas pelo professor no momento em que ele está repassando o conteúdo. Para refletir sobre essa questão, transcrevemos o que o profissional do IFRN/*Campus* Mossoró expõe a esse respeito.

> [...] escutei relatos de alguns alunos, foi que alguns professores não os ajudavam. Não os ajudavam no sentido deles continuarem no curso, dar incentivos para eles continuarem no curso. Simplesmente chegavam e jogavam a matéria. Quando iam perguntar, eles não tiravam muitas dúvidas, não queriam ter um contato com o aluno. Isso foi criando barreira entre os alunos e acabaram não querendo mais ficar na instituição. Eu acho que foi algo que chamou mais atenção, isso é preocupante (COC, entrevista realizada em maio de 2017).

O docente precisa compreender a importância de ter uma postura comprometida com o aprendizado do discente, buscando as estratégias necessárias para que este possa ter uma compreensão do que está sendo ensinado em sala de aula, apesar das dificuldades que os professores do IFRN têm no que tange às questões metodológicas, em virtude de uma formação inicial distante de uma licenciatura. Faz-se necessário, desse modo, o empenho de buscar formas de trabalhar melhor os conteúdos, para que os alunos possam aprender e a escola possa cumprir o seu papel. Os profissionais devem buscar ajuda no setor pedagógico da instituição, que, em contrapartida, precisa estimulá-los a realizar discussões em torno das questões pedagógicas. O que não se pode fazer é cruzar os braços e permitir que o aluno abandone a escola por questões que são fundamentais ao ensino-aprendizagem.

O percentual de 18% (5 respostas) refere-se ao excesso de atividades como uma razão que contribuiu para alguns alunos do Curso Técnico de Nível Médio em Mecânica evadirem-se. Esses alunos são trabalhadores e já trazem consigo uma sobrecarga, haja vista a necessidade de conciliar trabalho e estudo. Para respaldar essa questão, vejamos o que relata um profissional do IFRN/*Campus* Mossoró:

> A instituição trabalha com nível muito robusto de cobrança, de intensidade, até mesmo nível dos professores. A maior parte deles são doutores. Então, o nível de cobrança é um pouquinho maior. Eles não conseguem enxergar na atividade docente aquele nível relativamente elevado, não conseguem enxergar soluções para resolverem os problemas do dia a dia dele. Não conseguem enxergar que aquele curso vá agregar alguma coisa para a vida profissional dele. Então, aí com o tempo, pelo próprio rendimento, a falta de base também, conhece, e aqui a gente tenta manter o nível, tem um ponto de corte. Se você não atingir o ponto de corte, você não fica no processo. Então, na primeira avaliação, quando o desempenho é muito baixo, então

> muita gente desiste, pois entende que não vai conseguir (DAT, entrevista realizada em maio de 2017).

Os Cursos Técnicos oferecidos pelos Institutos Federais possuem uma estrutura curricular bastante ampla e uma carga horária muito extensa, as quais, associadas à cobrança dos docentes, podem causar no aluno uma sobrecarga de atividades a serem desenvolvidas para cumprir as exigências das disciplinas. Além disso, há um nível de exigência em relação à dedicação aos estudos, de modo que, se o aluno não se empenhar em estudar, não terá condições de conseguir um bom desempenho acadêmico, tirando notas baixas, o que pode ocasionar desestímulo e provocar, consequentemente, a evasão. Há vários comentários dos profissionais que reforçam essa questão. Apresentamos o relato de outro profissional do IFRN/*Campus* Mossoró a esse respeito:

> Nós temos muitos professores que dizem assim: "é, se não acompanhar o ritmo, pode pular fora, pode sair. Meu ritmo é esse aqui. Se não conseguir acompanhar, pode pular fora". Quer dizer, não há um olhar diferenciado para esse aluno (TAC, entrevista realizada em maio de 2017).

Para os alunos terem bom desempenho acadêmico no IFRN, precisam de tempo para estudar e dedicar-se às tarefas escolares, no entanto, esta pesquisa mostrou que eles não têm, em função de trabalharem ou porque estão no ensino superior. Aqui entramos em um problema crucial para entender a evasão no Curso Técnico de Nível Médio Subsequente em Mecânica: 61% dos evadidos, antes de entrarem no curso, trabalhavam e estudavam ao mesmo tempo, desse modo, como poderiam dispor de tempo para mais um curso? Nesse sentido, manter o nível exigido por alguns docentes da instituição, de acordo com a entrevista supracitada, o DAT, é como se os docentes continuassem apostando no alto índice de evasão. Por outro lado, a análise de fundo continua: como assegurar a qualidade do ensino sem o alto nível de exigência? É possível?

O Quadro 16 lista as razões relacionadas à vida escolar que contribuíram para a evasão. O respondente poderia elencar até três razões, contudo, por questões metodológicas, serão discutidas no quadro as cinco opções que foram mais recorrentes nas respostas dos evadidos.

Quadro 16 – Razões relacionadas ao trabalho e à vida acadêmica

RAZÕES	QUANTIDADE-PERCENTUAL
Dificuldade de conciliar estudo com trabalho	17-61%
Outros	8-28%
Necessidade de trabalhar	8- 28%
Mudança de turno de trabalho	2-7%
Falta de conhecimento sobre a área e o curso	2-7%

Fonte: Questionário aplicado com os evadidos, março de 2017.

O Quadro 16 demonstra que os fatores internos relacionam-se com os externos, pois a necessidade de conciliar estudo com trabalho não é necessariamente apenas um problema interno, mas igualmente externo, somando-se a necessidade de trabalhar. Essa razão assumiu o maior percentual, com 61% (dezessete respostas). Sob diversos ângulos e perspectivas, deduzimos que a maior dificuldade para o aluno permanecer no Curso Técnico de Nível Médio Subsequente no IFRN/*Campus* Central é a questão do trabalho. Para constatar esse dado, observemos o depoimento de um profissional do IFRN/*Campus* Mossoró, oferecido em entrevista realizada em maio de 2017: "[...], porque, entre o estudo e o trabalho, o aluno sempre opta pelo trabalho, porque é o ganha pão, é a sobrevivência dele".

Os alunos participantes da pesquisa têm uma jornada de trabalho exaustiva. São trabalhadores terceirizados que prestam serviços à Petrobrás, os quais possuem horário certo para entrar e não para sair; por essa razão, muitas vezes, chegam à sala de aula atrasados. Riffel e Malacarne (2008) evidenciam que os alunos trabalham em diferentes setores produtivos, formais e informais, e recebem baixos salários. Após um dia de trabalho, chegam à escola esgotados, estressados, sem estar devidamente alimentados, entre outros problemas.

Em decorrência desses fatores, não conseguem assistir às aulas, o que, por ser um grande problema que aflige muitos estudantes do turno noturno, pode ter causado um alto índice de evasão no IFRN/*Campus* Mossoró, visto que estes precisam trabalhar durante o dia e, quando chega a noite, estão muito cansados, com sono, não conseguem ter bom rendimento nas aulas e, muitas vezes, dispõem de pouco tempo para se dedicar aos estudos em casa, não aguentando a sobrecarga de estudar e trabalhar, terminando, dessa forma, por optar pelo trabalho e por desistir da escola.

Dando prosseguimento, 28% (oito respostas) escolheram a opção outros[29], na qual retrataram razões que estão relacionadas à evasão, mas que não foram contempladas pela questão sugerida pela pesquisa. Observa-se que, dentre as respostas, a que teve o maior

[29] Da opção "outros", a que alcançou maior percentual foi a dificuldade de conciliar o nível técnico com o superior 11% (3 respostas).

percentual foi a dificuldade de conciliar o nível técnico com o superior, com 11% (três respostas). Essa afirmação constata sucesso escolar e não fracasso, demonstrando que o aluno já está cursando uma universidade, além de evidenciar sua preferência por um curso superior, e não por uma formação técnica.

Em seguida, com o mesmo percentual, 28% (oito respostas), apresenta-se a necessidade de trabalhar. Em sua pesquisa, Marconatto (2009, p. 21) afirma: "O que acontece é que a necessidade de trabalhar para obter renda, normalmente única, estimula a evasão, porque dificulta conciliar o estudo ao trabalho e necessidade financeira". Ou seja, às vezes, o aluno precisa buscar muito cedo o trabalho para ajudar no sustento da família.

Por último, 7% (duas respostas) apresentaram o mesmo percentual como causa da evasão: a mudança de turno de trabalho e a falta de conhecimento sobre a área e o curso escolhido. A seguir, transcrevemos a declaração do profissional do IFRN/*Campus* Mossoró a respeito do desconhecimento do curso escolhido pelo aluno.

> Eu acho que a gente não tem seminário, como tinha há alguns anos. Antes desses alunos entrarem ou antes deles fazerem o processo seletivo, tinha um ou alguns seminários para mostrar o que era o curso. Em uma época ocorreu isso, para dar uma visão para as pessoas. Olha, o Técnico em operador Mecânico faz isso, isso, isso, o Técnico Eletrotécnico faz isso, isso, isso. Isso talvez já direcionasse para eles entenderem se era o que eles queriam. Fazia um seminário com as pessoas que eram inscritas, eram convidadas, colocava-se no auditório e dizia: o Técnico em Mecânico faz isso, o Técnico Eletrotécnico faz isso, o Técnico em informática faz isso. Aí, as pessoas fazem inscrição mais ou menos direcionadas para o que elas queriam. Então, isso talvez já minimizaria o desconhecimento que eles têm daquela área (DAT, entrevista realizada em maio de 2017).

Para ele, faltam aos alunos os conhecimentos necessários sobre os cursos. Muitos o vêm por meio de uma falsa expectativa e no seu decorrer acabam se decepcionando e evadindo-se. Reforçando esse pensamento, acreditamos que deveria ser realizada uma maior divulgação tanto sobre as vagas que serão oferecidas pela instituição como sobre o perfil de cada curso, levando essas informações às escolas públicas e privadas de Mossoró e região, bem antes de os processos seletivos ocorrerem, a fim de que pudesse atingir o maior público possível, o que contribuiria bastante para que a ocorrência da evasão diminuísse cada vez mais, principalmente quando é causada por falsas expectativas. Em algumas unidades do IFRN, há uma divulgação prévia nas cidades em que estão situadas, como também na região em seu entorno. O IFRN Mossoró já trabalhou dessa forma, no entanto, hoje se utiliza apenas do Portal como meio de divulgação.

Os dados a seguir estão relacionados aos fatores do curso que propiciaram a evasão. O aluno poderia escolher até três opções, porém, por questões metodológicas, serão discutidas no Quadro 17 as cinco opções mais recorrentes.

Quadro 17 – Razões relacionadas ao curso

RAZÕES	QUANTIDADE-PERCENTUAL
Falta de tempo para se dedicar aos estudos	15-54%
Ingresso em outro curso	8-28%
Falta de identificação com o curso escolhido	6-21%
Complexidade dos conteúdos	5-18%
Despreparo de alguns professores	4-14%

Fonte: Questionário aplicado com os evadidos, em março de 2017.

O Quadro 17 explicita os fatores relacionados ao curso que propiciaram a evasão dos alunos no Curso Técnico de Nível Médio Subsequente em Mecânica no IFRN *Campus* Mossoró, no turno noturno. O maior percentual de resposta apresentado pelos alunos, com 54% (quinze respostas), está associado à falta de tempo para se dedicar aos estudos. De acordo com Meira (2015), a razão principal para deixar o curso foi a dificuldade de conciliar o horário de trabalho com o horário dos estudos, bem como o cansaço proveniente dessa jornada. A questão do trabalho era imperativa para ele, devido à responsabilidade de contribuir com a renda familiar.

Realmente, se o aluno trabalha e estuda, não dispõe de muito tempo para se dedicar aos estudos, consequentemente, terá dificuldade de acompanhar o curso, principalmente de atender às exigências que os docentes tentam imprimir em suas práticas profissionais. Inicia-se com a limitação em realizar as atividades sugeridas pela escola; em seguida, não consegue ter um bom desempenho nas avaliações, o que culmina em reprovações que o levam ao desestímulo e à evasão.

Com 28% (oito respostas), os alunos referem-se à evasão por terem ingressado em outro curso. Essa resposta constata sucesso escolar e não fracasso, demonstrando que os discentes já estão cursando uma universidade, evidenciando também sua preferência por um curso superior e não por uma formação técnica.

Em seguida, 21% (seis respostas) indicam, como causa da evasão, a falta de identificação com o curso escolhido. Segundo Figueiredo (2014, p. 68),

> a não identificação com o Curso, embora aparente constituir-se uma questão de caráter marcadamente objetivo, pode conduzir a reflexões mais aprofundadas se analisada do ponto de vista de seus múltiplos significados ou relações. Quando um aluno afirma não ter se identificado com o Curso, ele pode estar se referindo a determinadas preferências em termos de áreas do conhecimento, pode estar antecipando suas

> frustrações futuras quando à atuação profissional, pode estar evidenciando a falta de afinidade com o método de ensino ou mesmo manifestando aversão à forma com que se estabelecem os relacionamentos no ambiente escolar [...].

Corroborando a afirmação dessa autora sobre a falta de identificação com o curso, podemos considerar inúmeras possibilidades, tais como: a preferência por determinada disciplina em detrimento de outras; o método de ensino utilizado no curso, com o qual o aluno tem apatia; a falta de afinidade com a área profissional escolhida; e o desconhecimento do curso, que pode ter levado o aluno a escolhê-lo e depois não mais se identificar. Todas essas alternativas podem ser consideradas no trato que se dá ao problema da evasão. Ainda acerca da falta de identificação com o curso escolhido como uma das promotoras da evasão, apontamos a reflexão de um profissional do IFRN/*Campus* Mossoró:

> [...]. É um público bem variado. Mas, às vezes falta orientação para definir o que quer realmente daquilo ali, se eles têm aptidão para aquilo, porque o pessoal acha que Mecânica pode pegar. A maior parte das pessoas acha que Mecânica é motor, mecânica de automóveis, e não é. Tem uma gama muito maior que as pessoas podem desenvolver ou empreender que eu acho ser mais fácil hoje que arranjar um emprego [...] (DAT, entrevista realizada em maio de 2017).

Com 18% (cinco respostas), os alunos relacionam a evasão à complexidade dos conteúdos. Borja e Martins (2014, p. 99) apontam que "sem dúvida que a frustração e mal-estar, provocados por incompreensão da tarefa ou não decodificação e assimilação de conhecimento expositivo, transmitido pelo professor, podem levar ao abandono". Muitos profissionais não conseguem se fazer entender para o aluno. Ao chegar ao final de uma aula, não atingem os objetivos ou realizam o planejado. Geralmente, isso acontece em função da metodologia aplicada, bem como, por vezes, da falta de segurança com o conteúdo trabalhado ou porque não conseguem transmitir o conhecimento. Por essas razões, provavelmente, o aluno não consegue compreender o que está sendo abordado em sala de aula, gerando baixo rendimento nas atividades avaliativas e perda de estímulo e motivação, o que o faz desistir do curso. Para reafirmar essa declaração, escolhemos alguns fragmentos da entrevista com um profissional do IFRN/*Campus* Mossoró.

> [...] não só jogar, jogar, jogar e esquecer e se perder por aí. [...]. Então, é isso aí que precisa fazer, e isso não é o aluno que tem que fazer, somos nós. Tem que perguntar a ele, tem que conhecer, tem que saber o que eles estão fazendo, o que pode agregar à vida dele e associar a coisa. Sei que não é fácil, não é simples, mas não pode assim hoje, você chegar, ministrar um volume de conteúdo e avaliar. Senão aí a evasão é grande. O cara começa a achar que o curso é extremamente teórico, não aprende nada, que não serve para nada, não ajudou em nada. Então, essa é a parte que eu acho que a gente precisa melhorar dentro da nossa gestão acadêmica, dentro da área pedagógica que pode nos ajudar também e do próprio professorado. O Professor precisa atentar para isso, que a gente tem que resolver os problemas da sociedade, que eles são

> representados por essas pessoas ou motivá-los para que possam enxergar ali no curso uma coisa que eles vão aplicar lá no futuro. Então, eles que têm que enxergar isso. Se não enxergar, então vem a evasão. (DAT, entrevista realizada em maio de 2017).

O profissional relata que algumas aulas são extremamente teóricas. Parte dos professores tem dúvidas sobre como fazer a contextualização entre o conteúdo trabalhado e a sua aplicabilidade nas atividades cotidianas, dificultando o aprendizado e tornando a aula sem sentido para o aluno. Nessa perspectiva, causa desestímulo, porque o educando não vê nenhuma aplicabilidade do conteúdo que está sendo trabalhado em sala para a sua vida e para o curso que está fazendo, o que pode ocasionar a evasão.

Logo após, com 14% (quatro respostas), os alunos relacionam a evasão ao despreparo de alguns professores, principalmente na área pedagógica, pois possuem diferentes formações, tais como Engenharia, Arquitetura e Informática. A maioria são mestres e doutores em suas áreas específicas. Esse é o caso também do IFRN/*Campus* Mossoró. Grande parte dos docentes é engenheira, com mestrado em sua área de formação, e realiza seu trabalho no *Campus* Mossoró, sem muitas vezes ter nenhum conhecimento na área pedagógica. Nesse sentido, tanto o professor tem dificuldade em realizar seu trabalho como o aluno é afetado no que concerne ao trabalho desenvolvido pelo docente em sala de aula. Nesta pesquisa, a falta de manejo com a metodologia de alguns professores foi mostrada como um dos motivos da evasão pelos alunos pesquisados. Para reafirmar essa assertiva, expomos o que foi elencado pelo profissional do IFRN/*Campus* Mossoró na entrevista:

> Nós somos engenheiros que fomos para a sala de aula e muitas vezes a gente só faz transmitir alguma coisa do conhecimento. A gente não sabe muitas práticas pedagógicas que existem, a gente não foi formado para dar aula. Eu acho que caberia à instituição promover mais curso de formação para os engenheiros, para que eles tenham mais contato, mais vivências com as práticas pedagógicas e, às vezes, situações como essas relatadas, às vezes a metodologia do professor não era adequada e fez com que os alunos evadissem. As relações nas práticas pedagógicas podem ser diferentes, podem mudar e às vezes a gente não tem esse outro olhar. O engenheiro não tem esse outro olhar. Talvez pense que a gente esteja tratando como chefe e subordinado, eu digo e você tem que fazer daquela forma, entendeu? E a relação na sala de aula não é assim. É uma coisa bem mais complexa, bem mais ampla, vamos dizer assim (COC, entrevista realizada em maio de 2017).

Essa afirmação vem reforçar o que foi citado neste capítulo a respeito da formação dos docentes do IFRN/*Campus* Mossoró, visto que os professores das áreas técnicas não receberam nenhuma formação pedagógica. Embora a maioria deles possua mestrado, com relação à docência, não receberam formação adequada.

Os dados a seguir evidenciam os fatores concernentes à estrutura da instituição que propiciaram a evasão escolar. Observa-se que esse aspecto pouco interferiu na tomada da

decisão de evadir. O aluno poderia escolher até três opções e, por questões metodológicas, serão discutidas e apresentadas no Quadro 18 as que tiveram percentuais que diziam respeito à questão.

Quadro 18 – Razões relacionadas à estrutura da instituição

RAZÕES	QUANTIDADE-PERCENTUAL
Nenhuma	18 - 64%
Pouco acervo na biblioteca relacionado ao curso	5 - 18%
Pouco ou nenhum recurso utilizado nas aulas teóricas e/ou práticas	1 - 3%
Salas de aulas desconfortáveis (muito quentes)	1 - 3%

Fonte: Questionário aplicado com os evadidos, em março de 2017.

Dentre as opções escolhidas, a que apresentou maior percentual, com 64% (dezoito respostas), foi "nenhum", ou seja, o IFRN Mossoró, com sua estrutura, não apresentou nenhum fator que tenha propiciado a evasão na perspectiva dos alunos respondentes. Em segundo lugar, com 18% (cinco respostas), atribuiu-se a evasão ao pouco acervo na biblioteca referente ao curso. Por último, com o mesmo percentual de 3,0%[30] (1 resposta), destacaram-se as opções pouco ou nenhum recurso utilizado nas aulas teóricas e/ou práticas e salas de aulas desconfortáveis (muito quentes). Com esse percentual, pode-se concluir que o maior índice, de 64% dos alunos evadidos (18 respostas), não apontou a evasão relacionada à estrutura física do IFRN *Campus* Mossoró. Segundo eles, a estrutura apresenta-se como satisfatória. No entendimento de Meira (2015, p. 44), "a infraestrutura influencia na vida cotidiana da escola, sendo os espaços escolares espaços de aprendizados para além de ambientes, e sim, lugares propícios para interlocução", podendo ocasionar a evasão. No caso da pesquisa em curso, contudo, de acordo com os investigados, não foi considerada elemento impulsionador.

Em seguida, 18% (cinco respostas) relacionaram a evasão ao pouco acervo na biblioteca destinado ao curso. Esse percentual leva-nos a questionar, por que tal resultado? A biblioteca do IFRN é bem munida de um acervo que dispõe de muitos periódicos, biblioteca Ebrary[31] e diversos exemplares de livros, abrangendo várias áreas do conhecimento, o que promove, desse modo, a pesquisa por títulos específicos, o que poderia ser considerado

[30] Também tiveram o mesmo percentual: estrutura boa, nada a questionar; em relação à estrutura não tenho queixa; exigência de muitas horas em sala de aula, impossibilitando assim aperfeiçoar-me para o ENEM.

[31] Biblioteca com mais de cem mil títulos, de todas as áreas de conhecimento, para *download* na forma integral de qualquer computador dentro de qualquer Campus da instituição ou através de computador pessoal sob configuração personalizada.

satisfatório. Um ponto que ainda podemos ponderar diz respeito ao fato de que, nessa época, Luiz Inácio Lula da Silva era o Presidente, período em que houve bastante investimento do governo federal na EP (BRASIL, 2011), possibilitando a ampliação do acervo na biblioteca, o que certamente poderia atender aos alunos dos cursos ofertados pelo IFRN. Outra questão pode estar relacionada ao perfil do aluno dos Cursos Subsequentes, visto que esse, geralmente, busca a biblioteca visando determinado livro específico; em função da sua especificidade, talvez não tenha encontrado, levando-o a questionar o acervo e a percebê-lo como insatisfatório. Por outro lado, não podemos desconsiderar esse percentual, uma vez que é preocupante, já que se trata de um curso técnico, cujo acervo constitui-se como um dos elementos essenciais no processo de formação.

Observa-se que alguns fatores externos alcançaram patamares mais elevados do que os internos, o que, no entanto, não significa que estes também não sejam importantes e devam ser desconsiderados em se tratando da evasão, tendo em vista que essa problemática atinge a vida dos estudantes e pode mudar o percurso de toda a sua trajetória, levando-os a descaminhos, na medida em que a educação é uma possibilidade de um novo caminhar, com novos horizontes, nos quais se pode sonhar e galgar novos espaços com mais oportunidades.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

As reformas educacionais impostas à sociedade brasileira, na década de 1990, alteraram intensamente a Educação Profissional (Rede de Escolas Técnicas Federais), hoje Instituto Técnico Federal de Educação, Ciência e Tecnologia, e podem ser consideradas as mais impactantes, visto que se passou de uma perspectiva de políticas que direcionavam à melhoria do ensino técnico de nível médio na década de 1980 para uma política de fragmentação da Educação Profissional e de sua separação do Ensino Médio na década de 1990.

O Decreto n. 2.208/19 97 separou o Ensino Médio da Educação Profissional, criando o Técnico Subsequente, objeto também do referido estudo, tendo como finalidade atender ao empresariado nacional, detentor do capital, contudo, não teve respaldo na sociedade educacional de nosso país, na medida em que foi de encontro à luta pela escola pública obrigatória, gratuita e de qualidade para todos os indivíduos, bandeira perseguida constantemente pelos educadores brasileiros. A separação do Ensino Médio da EP, propondo uma formação propedêutica, geral, da ciência, da cultura e para a cidadania, e a criação do Curso Técnico Subsequente, na contramão de todo esse contexto, propuseram uma formação técnica aligeirada, instrumental, de natureza adestradora, reforçando o dualismo da educação brasileira, para atender, de um lado, a elite brasileira, e, de outro, os filhos das classes trabalhadoras. Nesse sentido, essa reforma foi desnecessária e, ao mesmo tempo, nefasta para os jovens de classes menos favorecidas, pois barrava esses alunos da ascensão à educação superior, preparava mão de obra em larga escala, barateava seus custos para o empresariado e reduzia o investimento na educação por parte do governo. Essa reforma no âmbito da Educação Profissional aprofundou as desigualdades sociais, visto que fragmentou cada vez mais o ensino e, consequentemente, a educação geral e técnica.

É nesse cenário dual e contraditório que o cidadão luta para ser inserido no mundo do trabalho. Na perspectiva de obter emprego e renda, procura o IFRN para se capacitar e adequar-se às exigências do mercado de trabalho. Entretanto, nem todos conseguem permanecer nessa busca pelos conhecimentos, visto que o Brasil é um país cuja população enfrenta grandes problemas sociais e econômicos, como a má distribuição de renda e a desigualdade quanto à distribuição de bens e serviços, incluindo o acesso e a permanência na escola.

Sabemos que a evasão é uma problemática bastante complexa e que, por esse motivo, necessita ser vista sob diferentes perspectivas, seja pelos condicionantes externos, seja pelos

internos, o que nos levou a enfrentar os desafios e as dificuldades da constituição de pesquisa mista, a qual reúne as dimensões quantitativas e qualitativas do problema em questão.

Conforme discutido no decorrer deste trabalho, a evasão escolar se apresenta como fenômeno presente em todos os níveis e modalidades de ensino, ao longo de todo o percurso da educação brasileira, alcançando todas as instituições de ensino, sejam públicas, sejam particulares. Esta dissertação procurou analisar e compreender tal fenômeno nas turmas do Curso Técnico de Nível Médio Subsequente em Mecânica do IFRN/*Campus* Mossoró, nos períodos 2013.1 e 2014.1. Para atingir o objetivo, analisar as razões do alto índice de evasão no referido curso, buscou-se estudar os relatos dos estudantes evadidos do curso em questão, realizando a caracterização do perfil desses alunos (gênero, idade, estado civil, renda), o período da evasão, como também a identificação das razões que favoreceram a evasão do curso e ampliação da compreensão desse contexto. Diante disso, para alcançar resultados condizentes com a realidade, a pesquisa se pautou em levantar informações estatísticas à luz do Sistema Acadêmico do IFRN, bem como dos questionários enviados aos evadidos. As pesquisas feitas junto ao Sistema Acadêmico do IFRN nos alertaram para a elevada taxa de evasão presente nas turmas estudadas. O percentual do período 2013.1 foi de 57,50%, enquanto o de 2014.1, 55%, considerados pelo estudo como sendo taxas elevadíssimas, o que nos levou a procurar o referido Instituto para realizar a pesquisa e encontrar as possíveis causas.

Dessa forma, identificar, sistematizar e analisar o quantitativo de alunos evadidos se mostrou uma ação importante para o conhecimento e a visualização da realidade apontada sobre a evasão escolar na referida Instituição. Além disso, este estudo possibilitou o direcionamento de ações que pudessem ser implementadas pelo Instituto, buscando seu controle e a contenção da evasão escolar.

Segundo o que foi observado no percurso deste trabalho, concluímos que a evasão não apresenta uma causa única. São muitas as razões, os percalços e os obstáculos enfrentados pelos alunos que propiciaram sua saída do IFRN. Nesse sentido, de acordo com os sujeitos da pesquisa, alunos evadidos e profissionais do IFRN/*Campus* Mossoró, a evasão está relacionada a fatores externos e internos à instituição, os quais serão apontados a seguir, obedecendo a ordem decrescente. Relacionados aos percentuais de respostas dos alunos, destacamos os fatores externos que foram determinantes na pesquisa:

● dificuldade de conciliar estudo com trabalho (61% dos evadidos). Esse dado reforça o que a literatura aponta como principal causa da evasão na educação brasileira, em particular, na Educação Profissional. Todavia, sabemos que no Brasil as condições econômicas da maioria da população são precárias; em conformidade com a pesquisa, a maior parte dos alunos tem

uma renda que está entre dois e cinco salários mínimos. Assim sendo, concluímos que essa dificuldade é realmente latente na educação em nosso país, cuja consequência é o distanciamento do aluno da escola.

● a falta de tempo para se dedicar aos estudos (54% dos evadidos). Esse dado vem endossar a tese de que os alunos se afastam da escola em virtude da necessidade de trabalhar. Mais uma vez, a sobrevivência se coloca como prioridade na escala das necessidades dos jovens que participaram desta pesquisa. Nossos dados reafirmam que conciliar trabalho e estudo é algo bastante difícil. O lugar do jovem é na escola. No entanto, no Brasil, essa necessidade de a juventude pobre permanecer na escola acaba sendo diluída diante do quadro de pobreza e de desigualdades sociais.

● o ingresso em outro curso (28% dos evadidos). Esse dado consiste em uma realidade frequente vivenciada no IFRN, diferentemente de outras instituições. O ingresso dos alunos dos Cursos Subsequentes em cursos de nível superior nos mobiliza a entender a evasão sob outro prisma: o do sucesso escolar. Conforme mencionamos anteriormente, a opção dos jovens das classes trabalhadoras pelo curso superior é um dado que nos aduz ao sucesso. Com a ampliação de vagas nos cursos superiores, aumentaram também as oportunidades de os alunos cursá-los. Nesse sentido, quando há oportunidades de os alunos verticalizarem os estudos, provavelmente, eles optam pelos cursos superiores, enquanto os cursos técnicos são abandonados.

No que concerne às causas internas apontadas pelos alunos evadidos e também realçadas pelos profissionais entrevistados, destacamos:

● a didática "ineficiente" dos professores e a dificuldade de lidar com a metodologia dos professores (46% dos evadidos). Esse dado revela que a questão didático-metodológica teve bastante influência na decisão do aluno por evadir, comparando-se aos percentuais das causas externas à instituição. Esse dado nos leva a refletir e a ponderar acerca de questões relevantes para o IFRN, no sentido de encontrar alternativa para esse enfrentamento. Sabemos que a referida instituição contrata profissionais de várias áreas – engenheiros, físicos, químicos, entre outros –, os quais não foram graduados para exercer a docência. Tal dificuldade não é especificamente do IFRN, mas também de outras instituições de ensino. Mais uma vez, esse contexto reforça o que a literatura aponta nesse sentido: que para ser professor não basta o bacharelado, mas é necessária também uma formação em processo constante que possa efetivamente sanar essas dificuldades da formação inicial que acabam contribuindo para a evasão na nossa instituição.

● as dificuldades de aprender os conteúdos ensinados, bem como o excesso de atividades em sala de aula (39% dos evadidos). As limitações no aprendizado de conteúdos complexos

nos remetem a várias questões, sendo uma delas a própria “transposição didática”. Quanto ao excesso de atividades em sala de aula, é possível constatar estruturas curriculares com muitas disciplinas, com carga horária bastante elevada, de modo a hiperinflacionar a formação dos jovens no que concerne à empregabilidade. Esse fenômeno não diz respeito apenas aos Cursos Técnicos de Nível Médio Subsequente, mas também aos cursos de formação de profissionais nos últimos anos.

Segundo os dados levantados e analisados, percebemos que a evasão escolar se revela realmente como um processo complexo, dinâmico e cumulativo, influenciada por um conjunto de situações relacionadas tanto ao aluno quanto à Instituição, arrolados a fatores individuais, sociais e institucionais. Assim, diversas razões associadas à evasão podem surgir ou se alterar com o passar dos anos em decorrência das transformações na vida, na cultura, na sociedade e nas políticas educativas e institucionais. Observamos também que os índices de evasão apurados na educação técnica profissional não devem ser analisados na perspectiva de buscar uma solução para esse problema, uma vez que as consequências atingem toda a comunidade escolar. Estas respingam na sociedade, no governo, no aluno e em sua família, na medida em que interferem no acesso e nas oportunidades de trabalho, como também na gestão dos processos de ensino, quando estas interferem, resultando em desperdício de recursos públicos aplicados sem um retorno no investimento desses alunos.

Percebemos que, embora esse tema seja bastante relevante para a sociedade e para as instituições de ensino, não há uma prevenção e um combate à evasão com medidas eficientes e eficazes. Essas medidas implicariam ações que se iniciam no combate às desigualdades sociais, possibilitando a todos uma educação de qualidade, de modo que os cidadãos pudessem concorrer de forma igualitária às mesmas oportunidades. Essas medidas resultariam em uma elevação da escolaridade para todos, com a possibilidade de melhorar as condições de vida das pessoas, visto que todos teriam as mesmas condições, ricos e pobres, aquilatando a renda dos mais pobres. Nessa perspectiva, os jovens não precisariam se afastar da escola em função da necessidade de emprego e renda, melhorando ainda a capacitação e o preparo dos profissionais docentes, remetendo à educação a um papel de maior relevância, fato pouco verificado na educação brasileira; por último, haveria um maior investimento nas estruturas de nossas escolas. Sabemos que esse pensamento pode parecer utópico, visto que vivemos em uma sociedade capitalista, onde imperam o individualismo e a luta pelo poder e riqueza.

Percebemos, diante da relevância do tema e por entendermos que ele não se encerra neste trabalho, encaminhamentos para novos estudos de formação acadêmica. Por esse viés, temos interesse em fazer uma discussão mais teórica acerca da evasão, considerando os aspectos

sociológicos, psicológicos e orgânicos, como também em desenvolver discussões mais aprofundadas sobre a condição do profissional que é bacharel e torna-se docente, uma vez que essa problemática se tornou latente no decorrer da nossa pesquisa.

REFERÊNCIAS

AIRES, L. **Paradigma Qualitativo e Práticas de Investigação Educacional**. Universidade Aberta do Brasil, 2011.

ANDRIOLI, A. I **As políticas educacionais no contexto do neoliberalismo**. 2013. Disponível em: <http://www.andrioli.com.br/index.php?option=com_content&view=article&id=46&Itemid=2>. Acesso em: 06 fev. 2017.

ANTUNES, R. **Os sentidos do trabalho**: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. 6. ed. São Paulo: Bomtempo, 2003.

_____. As configurações do trabalho na sociedade capitalista. **Rev. katálysis**, Florianópolis, v. 12, n. 2, jul./dez. 2009. Disponível em: <www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-49802009000200001>. Acesso em: 26 fev. 2017.

_____. Século XXI: nova era da precarização estrutural do trabalho? In: SEMINÁRIO NACIONAL DE SAÚDE MENTAL E TRABALHO, 2008, São Paulo, **Anais**... São Paulo, 2008. Disponível em: <http://www.fundacentro.gov.br/Arquivos/sis/EventoPortal/AnexoPalestraEvento/Mesa%201%20-%20Ricardo%20Antunes%20texto.pdf>. Acesso em: 06 dez. 2016.

_____. Trabalho e precarização numa ordem neoliberal. In: GENTILI, P.; FRIGOTTO, G. **As configurações do trabalho na sociedade capitalista**. Rio de Janeiro: Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales – CLACSO, 2000.

BATISTA S. D.; SOUZA, A. M.; OLIVEIRA, J. M. A evasão escolar no Ensino Médio: Um estudo de caso. **Revista Profissão Docente**, Uberaba, v. 9, n. 19, 2009. Disponível em: <http://www.livrozilla.com/doc/764593/a-evasão-escolar-no-ensino-médio--um-estudo-de-caso>. Acesso em: 24 jun. 2016.

BOCCHI, A.; GASPARETTO, O. **Os cursos técnicos e a empregabilidade**: a análise de sua efetividade do ponto de vista dos alunos e do setor empregador. [200-?]. Disponível em: <http://www.escoladegestao.pr.gov.br/arquivos/File/artigos/educacao/os_cursos_tecnicos_e_a_empregabilidade.pdf>. Acesso em: 24 mar. 2017.

BONFIM, S. V. **A problemática da evasão de estudantes vinculados ao PROEJA no IF baiano** – campus Guanambi. 2012. 128 f. Dissertação (Mestrado em Educação Agrícola) – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, 2012. Disponível em: <http://cursos.ufrrj.br/posgraduacao/ppgea/files/2015/10/Silvana-Vanessa-Martins-da-Silva-Bonfim.pdf>. Acesso em: 16 abr. 2017.

BORJA, I. M.; MARTINS, A. M. Evasão escolar: desigualdade e exclusão social. **Revista Liberato**, Novo Hamburgo, v. 15, n. 23, p. 01-104, jan./jun. 2014. Disponível em:

<http://www.liberato.com.br/sites/default/files/arquivos/Revista_SIER/v.%2015%2C%20n.%2023%20%282014%29/09.%20Evas%E3o%20Escolar.pdf>. Acesso em: 16 mar. 2017

BRASIL. **Decreto-lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**.** 1996. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm>. Acesso em: 13 jul. 2016.

_____. Ministério da Educação. **Edital n. 02/2013-PROEN/IFRN**: processo seletivo para os cursos técnicos de nível médio na forma subsequente. Natal: IFRN, 2013. Disponível em: <file:///http://portal.ifrn.edu.br/ensino/processos-seletivos/tecnico-subsequente/tecnico-subsequente-2013.1/documentos-publicados/edital-02-2013-retificado-2>. Acesso em: 15 fev. 2017.

_____. Ministério da Educação. **Edital n. 04/2014-PROEN/IFRN**: processo seletivo para os cursos técnicos de nível médio na forma subsequente. Natal: IFRN, 2014. Disponível em: <file:///C:/Users/1040231/Downloads/Edital_04_2014_Cursos%20tecnicos%20subsequentes_%202014%201%20-%20Retificado1.pdf>. Acesso em: 15 fev. 2017.

_____. Ministério da Educação. **Expansão da rede federal**. Brasília: MEC, 2016. Disponível em: <http://redefederal.mec.gov.br/expansao-da-rede-federal>. Acesso em: 13 jul. 2016.

_____. Ministério da Educação. **Parecer CNE/CEB n. 16/99**. Brasília: MEC, 1999. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf_legislacao/rede/legisla_rede_parecer1699.pdf>. Acesso em: 23 jul. 2016.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica. **Educação profissional técnica de nível médio integrada ao ensino médio**: documento base. Brasília: MEC, 2007. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf/documento_base.pdf>. Acesso em: 16 jul. 2016.

BRASIL. Ministério da Cultura. **Educação profissional e tecnológica**: projetos e ações. Brasília: IFB, 2010. Disponível em: <file:///E:/MESTRADO/HISTORICO%20DA%20ED%20PROFISSIONAL/cartilha_projetos_acoes_setec_web(%20nova%20refer%C3%AAncia).pdf>. Acesso em: 25 set. 2017.

_____. Presidência da República. Casa Civil. **Lei n. 11.741, de 16 de julho de 2008**. Brasília: Planalto, 2008. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11741.htm>. Acesso em: 13 jun. 2016.

_____. Presidência da República. Casa Civil. **Lei n. 9.649, de 27 de maio de 1998**. Brasília: Planalto, 1998. Disponível em: <http://http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9649cons.htm>. Acesso em: 13 jun. 2016.

CRESWELL, J. W. **Projeto de pesquisa***:* métodos qualitativo, quantitativo e misto. Tradução de Luciana de Oliveira Rocha. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2007.

DALA POLA, K.; COLMÁN, E. Porque o Serviço Social não é trabalho? **Serviço Social em Revista**, v. 8, n. 1, jul./dez. 2005. Disponível em: <http://www.uel.br/revistas/ssrevista/c-v8n1_karina.htm>. Acesso em: 19 mar. 2017.

DAL-FARRA, R. A.; LOPES, P. T. Métodos mistos de pesquisa em educação: pressupostos teóricos. **Nuances**: estudos sobre Educação, Presidente Prudente, v. 24, n. 3, p. 67-80, set./dez. 2013. Disponível em:<http://dx.doi.org/10.14572/nuances.v24i3.2698>. Acesso em: 14 jul. 2016.

DEL PINO, M. Política educacional, emprego e exclusão social. In: GENTILLI, P.; FRIGOTTO, G. **A cidadania negada**: políticas de exclusão na educação e no trabalho. Paris: ASDI, 1993. p. 65-88. Disponível em: <http://biblioteca.clacso.edu.ar/clacso/gt/20101010020526/gentili.pdf>. Acesso em: 19 abr. 2017.

DINIZ, C. S. **Evasão escolar no ensino médio**: causas intraescolares na visão dos alunos. 2015. 147 f. Dissertação (Mestrado em Gestão Social, Educação e Desenvolvimento Local) – Centro Universitário UMA, Belo Horizonte, 2015. Disponível em: <http://www.mestradoemgsedl.com.br/wp-content/uploads/2016/05/Carine-Saraiva-Diniz.pdf>. Acesso em: 08 maio 2017.

ENGUITA, F. M. **Trabalho, escola e ideologia**: Marx e a crítica da educação. Porto Alegre: Artmed, 1993.

FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE. **Panorama industrial do RN**. Natal: FIERN, [200-?]. Disponível em: <http://www2.fiern.org.br/index.php/panorama-industrial-do-rn>. Acesso em: 13 set. 2016.

FERRAZ, C.L. Crise do fordismo, neoliberalismo e educação brasileira. **Hist. Ensino**, Londrina, v. 5, p. 87-102, out. 1999. Disponível em: <https://moodle.ufsc.br/pluginfile.php/847838/mod_resource/content/1/Crise%20do%20fordismo%2C%20neoliberalismo%20e%20educação%20brasileira.pdf>. Acesso em: 23 set. 2016.

FIGUEIREDO, N. G. **Análise dos fatores geradores de evasão no curso técnico em telecomunicações do CEFET-RJ/UNED Petrópolis**: uma reflexão sobre qualidade em educação profissional. 2014. 100 f. Dissertação (Mestrado em Sistemas de Gestão) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2014.

FRIGOTTO, G. A relação da educação profissional e tecnológica com a universalização da educação básica. In: MOLL, J. **A educação profissional e tecnológica no Brasil contemporâneo**: desafios, tensões e possibilidades. Porto Alegre: Artmed, 2010.

_____. Educação e Trabalho: bases para debater a Educação Profissional Emancipadora. **Revista Perspectiva**, Florianópolis, v. 19, n. 1, p. 71-87, jan./jun. 2001.

FRIGOTTO, G.; CIAVATTA, M.; RAMOS, M. **O trabalho como princípio educativo no projeto de educação integral de trabalhadores- excertos**. Disponível em: <http://redeescoladegoverno.fdrh.rs.gov.br/upload/1392215839_O%20TRABALHO%20COMO%20PRINC%C3%8DPIO%20EDUCATIVO%20NO%20PROJETO.pdf>. Acesso em: 15 mar. 2016.

GADOTTI, M. Trabalho e educação numa perspectiva emancipatória. In: FÓRUM MUNDIAL DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA, 2., 2012, Florianópolis. **Anais**... Florianópolis, 2012.

GODOY, A. S. Introdução à pesquisa qualitativa e suas possibilidades: uma revisão histórica dos principais autores e obras que refletem esta metodologia de pesquisa em Ciências Sociais**. Revista de Administração de Empresas**, São Paulo, v. 35, n. 2, p. 57-63, mar./abr. 1995. Disponível em: <http://www.wejconsultoria.com.br/site/wp-content/uploads/2015/04/Introdu%C3%A7%C3%A3o-%C3%A0-Pesquisa-qualitativa-e-suas-possibilidades.pdf>. Acesso em: 25 set. 2016.

GRAMSCI, A. **Os Intelectuais e a Organização da Cultura**. 8. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1991.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO RIO GRANDE DO NORTE. **Histórico**: de escola de aprendizes artífices a instituto federal. [Natal]: IFRN, [2015]. Disponível em: < http://portal.ifrn.edu.br/institucional/historico>. Acesso em: 13 jul. 2016.

_____. **Projeto Pedagógico do Curso Técnico de Nível Médio em Mecânica na forma Subsequente na modalidade presencial**. Natal: IFRN, 2012. Disponível em: <http://portal.ifrn.edu.br/ensino/cursos/cursos-tecnicos-de-nivel-medio/tecnico-subsequente/tecnico-de-nivel-medio-em-mecanica/view>. Acesso em: 14. ago. 2015.

_____. **Organização Didática do IFRN**. Natal: IFRN. 2012. Disponível em: <http://portal.ifrn.edu.br/ensino/editais/2012/ppp-e-organizacao-didatica/proposta-de-organizacao-didatica-2011-cosulta-publica>. Acesso em 14. ago. 2015.

_____. **Projeto Político-Pedagógico do CEFET-RN**: um documento em construção (2004 a 2006) Natal: CEFET-RN, 2007. Disponível em: <http://portal.ifrn.edu.br/ifrn/institucional/projeto-politico-pedagogico-1/lateral/projetos-anteriores/projeto-politico-pedagogico-do-cefet-rn-um-documento-em-construcao-2005>. Acesso em 14. ago. 2017.

_____. **Projeto Político-Pedagógico do IFRN**: uma construção coletiva: documento-base. Organização de Anna Catarina da Costa Dantas e Nadja Maria de Lima Costa. Natal: IFRN, 2012.

IVERS, I. Políticas para o ensino médio e profissional: o decreto 2.208/97. **RBPAE**, v. 16, n. 1, jan./jun. 2000. Disponível em: <http://www.seer.ufrgs.br/rbpae/article/viewFile/25764/15041>. Acesso em: 13 set. 2016

JOHANN, C. C. **Evasão escolar no Instituto Federal Sul Rio-Grandense**: um estudo de caso no Campus Passo Fundo. 2012. 119 f. Dissertação (Mestrado Educação) – Universidade de Passo Fundo, Passo Fundo, 2012. Disponível em: <http://www.upf.br/ppgedu/images/stories/defesa-dissertacao-cristiane-cabral-johann.PDF>. Acesso em: 13 ago. 2015.

LEANORDI, A. **As relações entre educação e trabalho na sociedade capitalista**. Guarapuava: UNICENTRO, [200-?]. Disponível em: <www.unicentro.br/pesquisa/anais/proic/2007/pdf/artigo_92.pdf>. Acesso em: 19 out. 2016.

MAIA, A. **Professores e alunos sofrem com superlotação em sala de aula em Itaú-RN**. Itaú, RN: Blog Cidade News, 2014. Disponível em: <http://cidadenewsitau.blogspot.com.br/2014/02/professores-e-alunos-sofrem-com.html>. Acesso em: 17 out. 2016.

MARCONATTO, L. J. **Evasão escolar no curso técnico agrícola na modalidade de EJA da Escola Agrotécnica Federal de Rio do Sul-SC**. 2009. 101f. Dissertação (Mestrado em Ciências) – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, 2009.

MARX, K. **O processo de produção do capital.** São Paulo: Nova Cultural, 1996. v. 1.

MEDEIROS, A.M.S. Docência no ensino superior: dilemas contemporâneos. **Revista entreideias**: educação, cultura e sociedade, Salvador, n. 12, p. 71-87, jul./dez. 2007. Disponível em: <https://portalseer.ufba.br/index.php/entreideias/article/view/2859/2027>. Acesso em: 19 jul. 2017.

MEIRA, C.A. **A evasão escolar no ensino técnico profissionalizante**: um estudo de caso no campus Cariacica do Instituto Federal do Espírito Santo. 2015. 118 f. Dissertação (Mestrado em Gestão Pública) – Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2015. Disponível em: <http://repositorio.ufes.br/bitstream/10/1562/1/A%20evas%C3%A3o%20escolar%20no%20ensino%20t%C3%A9cnico%20profissionalizante.pdf>. Acesso em: 04 nov. 2016

MOREIRA, A. M. **Metodologias de Pesquisa de Ensino**. São Paulo: Livraria da Física, 2011.

MOURA, D.H. Algumas implicações da reforma da EP e do PROEP sobre o projeto político pedagógico do CEFET-RN e a (re) integração dos cursos técnicos ao ensino médio. **Revista Holos**, v. 21, set. 2005.

NAVARRO, K. M. **O significado da escola para o jovem estudante do ensino médio noturno**. 2005. 112f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2005. Disponível em: <http://www. http://livros01.livrosgratis.com.br/cp034259.pdf>. Acesso em: 17 mar. 2017.

NAVARRO, V. L.; PADILHA, V. Dilemas do trabalho no capitalismo contemporâneo. **Psicol. Soc**., Porto Alegre, v. 19, 2007. (Edição especial). Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-71822007000400004>. Acesso em: 17 mar. 2017.

PACHECO, E. (Org.). **Perspectivas da educação técnica de nível médio**: proposta de Diretrizes Curriculares Nacionais. São Paulo: Moderna, 2012.

PALMA, R. C. B. **Fracasso Escolar**: novas e velhas perspectivas para sempre presente. 2007. 93f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual de Londrina, 2007. Disponível em: <http://uel.br/pos/mestredu/images/stories/downloads/dissertacoes/2007/2007%20-%20PALMA,%20Rejane%20Christine%20de%20Barros.pdf>. Acesso em: 12 mar. 2016.

PERRONI, J.; BRANDÃO, A. Seleção ou Exclusão: difícil acesso a instituiçõespúblicas de ensino. **Educação & sociedade**, v. 34, n. 1, p. 65-81, jan./abr. 2009. Disponível em: <seer.ufrgs.br/educacaoerealidade/article/download/8458/4923>. Acesso em: 17 jan. 2016.

RIBEIRO, S. C. A pedagogia da repetência. **Estudos avançados**, São Paulo, v. 5, n. 12, p. 7-22, quadrimestral 1991. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/eav/article/view/8604>. Acesso em: 15 ago. 2015.

RICHARDSON, J. R. **Pesquisa Social**: métodos e técnicas. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2008. p. 71-89; 189-201.

RIFFEL, S. M. MALACARNE, V. Evasão Escolar no Ensino Médio: O caso do Colégio Estadual Santo Agostinho no município de Palotina-PR. In: PARANÁ. Secretaria de Estado da Educação. Superintendência de Educação. **O professor PDE e os desafios da escola pública paranaense**: produção didático-pedagógica, 2008. Curitiba: SEED/PR., 2011. v. 2. Disponível em: <www.gestaoescolar.diaadia.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=20>. Acesso em: 02 mar. 2017.

SAMPIERI, R. H.; CALADO, C. F.; LUCIO, M. D. **Metodologia de Pesquisa**. 5. ed. Porto Alegre: Penso, 2013.

SANTOS FILHO, J. C.; GAMBOA, S. S. (Org.). **Pesquisa Educacional**: quantidade qualidade. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1997.

SAVIANI, D. O choque teórico da politecnia. **Revista Trabalho, Educação e Saúde**, v. 1, n. 1, p. 131-152, 2003. Disponível: <http://www.revista.epsjv.fiocruz.br/upload/revistas/r41.pdf>. Acesso em: 17 jan. 2017.

_____. **O Trabalho Como Princípio Educativo**. [Curitiba]: UFPR, [200-?]. Disponível em: <http://www.ufpr.cleveron.com.br/arquivos/EP_104/dermeval_saviani.pdf>. Acesso em: 23 jan. 2017.

_____. Trabalho e educação: fundamentos ontológicos e históricos. **Revista Brasileira de Educação**, v. 12, n. 34, p. 152-180, jan./abr. 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbedu/v12n34/a12v1234.pdf>. Acesso em: 17 mar. 2017.

SOUZA, J. A. **Permanência e evasão escolar**: um estudo de caso em uma instituição de ensino profissional. 2014. 151f. Dissertação (Mestrado Profissional em Gestão e Avaliação Pública) – Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2014.

APÊNDICES

APÊNDICE A – TERMO DE CONSENTIMENTO – ALUNOS

	UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE **PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO** **PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO** **FACULDADE DE EDUCAÇÃO**

TERMO DE CONSENTIMENTO DE LIVRE ESCLARECIMENTO

Eu, ANA MARIA DE OLIVEIRA CASTRO, CPF 813.903.274-34, aluna do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (POSEDUC/UERN), domiciliada à rua César Leite, 289, **CONVIDO-LHE** para participar da pesquisa que venho desenvolvendo sobre evasão no Curso Técnico de Nível Médio Subsequente em Mecânica no IFRN- *Campus* Mossoró, cujo objetivo geral é analisar as razões do alto índice de evasão no Curso Técnico de Nível Médio Subsequente em Mecânica do IFRN/*Campus* Mossoró, no turno noturno, de modo a contribuir com essa discussão dentro do IFRN, uma vez que a evasão tem sido uma temática preocupante para todos nós. Para realização desta pesquisa, **convidamos** os alunos evadidos, professores, coordenador do curso, diretor acadêmico e membro da Equipe Técnico Pedagógica.

Essa investigação caracteriza-se como pesquisa quanto-qualitativa, realizada em duas fases: 1) com os alunos evadidos por meio de um questionário *on line* encaminhado para todos/as das turmas de 2013 e 2014; 2) com os profissionais do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte (IFRN), *Campus* Mossoró, por meio de uma entrevista semiestruturada gravada com o Diretor Acadêmico, o Coordenador do Curso, membro da Equipe Técnico Pedagógico e professores/as do curso.

Costuma-se dizer que em toda pesquisa na área de educação os riscos aos envolvidos são pequenos, sendo que um deles é o constrangimento, o qual procurar-se-á minimizá-lo, como: a) não divulgar a identificação da pessoa sob hipótese alguma; b) construção de dados apenas para fins acadêmicos; c) não exercer nenhuma forma de pressão sob o participante desta investigação.

Por gentileza, deixe assinalada sua ciência e sua assinatura.

( ) ESTOU CIENTE DOS OBJETIVOS DA PESQUISA E ESTOU INTERESSADO/A EM PARTICIPAR.

_____

Assinatura

_____, _____/_____/2017.

CIDADE DIA/MÊS

APÊNDICE B – ROTEIRO DO QUESTIONÁRIO ESTRUTURADO

Apêndice 2

UERN

Governo do Estado do Rio Grande do Norte

Secretaria de Estado da Educação e da Cultura - SEEC

UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE – UERN

FACULDADE DE EDUCAÇÃO – FE

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO – POSEDUC

ORIENTAÇÕES ACERCA DO QUESTIONÁRIO

1) O/a participante terá um prazo de 30 dias para responder esse questionário.
2) O questionário apresenta questões apenas fechadas, sendo algumas questões de múltipla escolha para assinalar.
3) O questionário está subdivido em duas partes: a) questões externas à escola; b) questões internas à escola.

I– PARTE: QUESTÕES EXTERNAS À ESCOLA

Objetivo: procurar conhecer os fatores externos à escola que contribuíram para sua evasão escolar.

1. Sua faixa etária:

a.( ) 16 a 18 anos

b.( ) 19 a 25 anos

c.( ) 26 a 30 anos

d.( ) 31 a 40 anos

e.( ) 41 anos ou mais

2. Qual a renda média da sua família em salários mínimos?

a.( ) Até 1 salário mínimo – até R$ 937,00

b.( ) De 1 a 2 salários mínimos – de R$937,00 a R$1.874,00

c.( ) De 2 a 5 salários mínimos – de R$1760,00 a R$ 4.685,00

d.( ) De 5 a 10 salários mínimos – de R$ 4.685,00 a R$ 9.370,00

e.( ) Acima de 10 salários mínimos – mais de R$9.370,00

f.( ) Não sabe informar

3. Sexo:

a.( ) Masculino

b.( ) Feminino

4. Sua cor ou raça é:

a.( ) Branca

b.( ) Preta

c.( ) Amarela

d.( ) Parda

e.( ) Indígena

f.( ) Autodeclaração**:** _____

5. Quando você ingressou no curso?

a.( ) 1º semestre de 2013

b.( ) 1º semestre de 2014

6. Qual o período em que você deixou de frequentar o curso?

a.( ) Primeiro

b.( ) Segundo

c. ( ) Terceiro

d. ( ) Quarto

7. Por que você escolheu o curso de Mecânica à noite? (Pode assinalar até três alternativas)

a.( ) Porque trabalho durante o dia

b.( ) Porque gosto de estudar à noite

c.( ) Sempre quis fazer o curso

d ( ) Porque trabalhava na área

e.( ) Por influência dos pais e/ou familiares
f ( ) Por influência de amigos
g.( ) Já conhecia outras pessoas que faziam esse curso
h.( ) Por facilitar o acesso ao mercado de trabalho
i.( ) Por não saber o que fazer
j.( ) Conveniência de horário
l.( ) Porque achava que seria fácil passar na seleção
m.( ) Outros_____

8. Sua atividade, antes de entrar, no IFRN-Mossoró era:
a..( ) somente estudava
b.( ) somente trabalhava
c.( ) estudava e trabalhava
d. ( ) não estudava nem trabalhava
e.( ) Outros_____

09. Qual seu Estado civil:
a.( ) Solteiro(a)
b.( ) Casado(a)
c.( ) União estável
d.( ) Separado(a)
e.( ) Desquitado(a)
f.( ) Viúvo(a)

10. Tem filhos?
a.( ) Não
b.( ) Sim Quantos?_____

11. Caso a resposta anterior seja afirmativa, quem cuida do(s) filho(s) enquanto você estuda?
a.( ) Pais
b.( ) Avós
c.( ) Tio/a
d.( ) Sobrinho/a
e.( ) Vizinho/a
f).( ) Funcionária
g).( ) Outro: _____

12. Que fatores relacionados à condição social e econômica contribuíram para sua evasão no curso? (Pode assinalar até três alternativas)

a.( ) Falta de moradia

b.( ) Falta de recursos financeiros para transporte escolar

c.( ) Mudança de cidade

d.( ) Necessidade de cuidar da família no horário do curso

e.( ) Problemas familiares

f.( ). Problemas de saúde pessoal ou familiar

g.( ) Problema psicológico pessoal ou familiar

h.( ) Dificuldades financeiras

i.( ) Outro. Indicar qual_____

13. Que outros fatores externos à escola contribuíram para sua evasão no curso? (Pode assinalar até três alternativas)

a.( ) Falta de hábito de estudar

b.( ) Dificuldade de transporte no acesso a unidade de ensino

c.( ) Condições de emprego no mundo do trabalho aquém do esperado

d.( ) Escassez ou saturação das oportunidades de trabalho em nível local na área de formação pretendida

e.( ) Salário desestimulante após a formação

f.( ) Falta de apoio familiar no processo ensino aprendizagem

g.( ) Dificuldade em planejar a própria vida e estabelecer metas pessoais

h.( ) Outros problemas pessoais. Indicar qual_____

i.( ) Outro. Indicar qual_____

II – PARTE: QUESTÕES INTERNAS À ESCOLA

Objetivo: procurar conhecer os fatores internos à escola que contribuíram para sua evasão escolar.

1. Que fatores relacionados a aspectos pedagógicos e curriculares contribuíram para sua evasão no curso? (Pode assinalar até três alternativas)

a.( ) Porque trabalho durante o dia

b.( ) Porque gosto de estudar à noite

c.( ) Sempre quis fazer o curso

d.( ) Porque trabalhava na área

e.( ) Por influência dos pais e/ou familiares
f.( ) Por influência de amigos
g.( ) Já conhecia outras pessoas que faziam esse curso
h.( ) Por facilitar o acesso ao mercado de trabalho
i. ( ) Por não saber o que fazer
j. ( ) Conveniência de horário
l. ( ) Porque achava que seria fácil passar na seleção
m.( ) Outros_____

2. Que fatores relacionadas à vida acadêmica, às exigências do mundo do trabalho, às descobertas de novos interesses ou novo processo de seleção lhe forçaram a evadir-se do curso? (Pode assinalar até três alternativas)
a.( ) Necessidade de trabalhar
b.( ) Dificuldade de conciliar o estudo com o trabalho
c.( ) Mudança de turno de trabalho
d.( ) Falta de conhecimento sobre a área e o curso escolhido
e.( ) Ingresso em outro curso. Indicar qual_____

3. Que fatores relacionados ao curso propiciaram sua evasão escolar? (Pode assinalar até três alternativas)
a.( ) Complexidade dos conteúdos
b.( ) Falta de identificação com o curso escolhido
c.( ) Desatualização e descontextualização do curso
d.( ) Excesso de carga horária semanal no período letivo
e.( ) Dificuldade de acompanhamento do curso devido ao longo tempo de afastamento do sistema formal de ensino
f.( ) Defasagem de conhecimentos anteriores ao ingresso
g.( ) Carga horária muito grande
h.( ) Despreparo de alguns professores
i.( ) Falta de tempo para se dedicar aos estudos
j.( ) Metodologia de alguns professores
k.( ) Pouca ou nenhuma aula prática
l.( ) Grau elevado de dificuldade nos exercícios e provas
m.( ) Falta de associação entre teoria e prática
n.( ) Excesso de atividades e tarefas avaliativas
o.( ) Laboratórios com pouco equipamentos para as aulas práticas

p.( ) Falta de atenção e atendimento às suas solicitações
q.( ) Reprovação em mais de uma disciplina no semestre
r.( ) Outro. Indicar qual_____

4. Que fatores relacionados à estrutura da instituição propiciaram sua evasão escolar? (Pode assinalar até três alternativas)
a.( ) Pouco acervo na biblioteca relacionado ao curso
b.( ) Laboratórios e equipamentos insuficientes para as aulas práticas
c.( ) Salas de aulas com pouca luminosidade
d.( ) Salas de aulas desconfortáveis (muito quentes)
e.( ) Projetores apresentavam mau funcionamento, ocasionando pouca visibilidade durante as aulas
f.( ) Pouco ou nenhum recurso utilizado nas aulas teóricaS e/ou práticas
g.( ) Estrutura física deficiente
h.( ) Outro. Indicar qual_____

APÊNDICE C – TERMO DE CONSENTIMENTO – PROFISSIONAIS

	UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE **PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO** **PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO** **FACULDADE DE EDUCAÇÃO**

TERMO DE CONSENTIMENTO DE LIVRE ESCLARECIMENTO

Eu, ANA MARIA DE OLIVEIRA CASTRO, CPF 813.903.274-34, aluna do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (POSEDUC/UERN), domiciliada à rua César Leite, 289, **CONVIDO-LHE** para participar da pesquisa que venho desenvolvendo sobre evasão no Curso Técnico de Nível Médio Subsequente em Mecânica no IFRN- *Campus* Mossoró, cujo objetivo geral é analisar as razões do alto índice de evasão no Curso Técnico de Nível Médio Subsequente em Mecânica do IFRN/*Campus* Mossoró, no turno noturno, de modo a contribuir com essa discussão dentro do IFRN, uma vez que a evasão tem sido uma temática preocupante para todos nós. Para realização desta pesquisa, **convidamos** os alunos evadidos, professores, o coordenador do curso, o diretor acadêmico e membro da Equipe Técnico Pedagógica.

Essa investigação caracteriza-se como pesquisa quanto-qualitativa, realizada em duas fases: 1) com os alunos evadidos por meio de um questionário *on line* encaminhado para todos/as das turmas de 2013 e 2014; 2) com os profissionais do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte (IFRN), *Campus* Mossoró, por meio de uma entrevista semiestruturada gravada com o Diretor Acadêmico, o Coordenador do Curso, membro da Equipe Técnico Pedagógico e professores/as do curso.

Costuma-se dizer que em toda pesquisa na área de educação, os riscos aos envolvidos são pequenos, sendo que um deles é o constrangimento, o qual procurar-se-á minimizá-lo, como: a) não divulgar a identificação da pessoa sob hipótese alguma; b) construção de dados apenas para fins acadêmicos; c) não exercer nenhuma forma de pressão sob o participante desta investigação.

Por gentileza, deixe assinalada sua ciência e sua assinatura.

( ) ESTOU CIENTE DOS OBJETIVOS DA PESQUISA E ESTOU INTERESSADO/A EM PARTICIPAR.

_____

Assinatura

_____, _____/_____/2017.

CIDADE DIA/MES

APÊNDICE D – ROTEIRO DE ENTREVISTA ADMINSTRATIVO-TÉCNICO

	UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE **PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO** **PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO** **FACULDADE DE EDUCAÇÃO**

ENTREVISTA COM O DIRETOR ACADÊMICO COORDENADOR DO CURSO E MEMBRO DA ETEP

PARTE I – IDENTIFICAÇÃO DOS SUJEITOS ENTREVISTADOS

1.1. Formação inicial/ano de conclusão/Instituição de Ensino Superior que concluiu
1.2. Formação continuada/ano/IES
1.3. Tempo de atuação na Educação Profissional

PARTE II – DISCUSSÃO ACERCA DO OBJETO DE ESTUDO

2.1. A que o/a senhor/a atribui esse alto índice de evasão no Curso Técnico de Nível Médio em Mecânica na Forma Subsequente nas turmas 2013.1 e 2014.1? Cite, pelo menos, três fatores:

2.2. Que políticas/estratégias o IFRN vem adotando para minimizar o alto índice de evasão no Curso?

2.3. A evasão diminuiu nas turmas posteriores (2015, 2016)? Comente:

2.4. Houve uma intervenção por parte da equipe pedagógica do IFRN/*Campus* Mossoró com os professores para o trabalho conjunto no sentido de desenvolver metodologias diversificadas para um melhor rendimento dos alunos?

2.5. Na sua opinião, a instituição apresenta condições estruturais e pedagógicas necessárias para a permanência dos alunos? Justifique sua resposta.

2.6. Que outras considerações o/a senhor/a faz acerca da evasão nesta instituição?

Muito obrigada!

APÊNDICE E – ROTEIRO DE ENTREVISTA – DOCENTES

	UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE **PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO** **PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO** **FACULDADE DE EDUCAÇÃO**

ENTREVISTA COM DOCENTES

PARTE I- IDENTIFICAÇÃO DOS SUJEITOS ENTREVISTADOS

1.1. Formação inicial/ano de conclusão/Instituição de Ensino Superior que concluiu
1.2. Formação continuada/ano/IES
1.3. Tempo de atuação na Educação Profissional

PARTE II – DISCUSSÃO ACERCA DO OBJETO DE ESTUDO

2.1. A que o/a senhor/a atribui esse alto índice de evasão no Curso Técnico de Nível Médio em Mecânica na Forma Subsequente nas turmas 2013.1 e 2014.1? Cite, pelo menos, três fatores:
2.2. Na sua opinião, a evasão diminuiu nas turmas posteriores (2015, 2016)? Comente.

2.3. Considerando sua condição e experiência de docente, o/a senhora relacionaria o alto índice de evasão às questões pedagógicas, às dificuldades de aprendizagem dos alunos ou a outras questões da gestão do ensino? Justifique sua resposta:

2.4. Houve uma intervenção por parte da equipe pedagógica do IFRN/*Campus* Mossoró com os professores para o trabalho conjunto no sentido de desenvolver um trabalho diversificado para um melhor rendimento dos alunos?

2.5. Na sua opinião, a instituição apresenta condições estruturais e pedagógicas necessárias para a permanência dos alunos? Justifique sua resposta:

2.6. Que outras considerações o/a senhor/a faz acerca da evasão nesta instituição?

ANEXOS

ANEXO A – MATRIZ CURRICULAR DO CURSO TÉCNICO DE NÍVEL MÉDIO SUBSEQUENTE EM MECÂNICA

DISCIPLINAS	Número de aulas semanal por série/ semestre				Carga horária total	
	1º	2º	3º	4º	Hora/aula	Hora
Núcleo Fundamental						
Língua Portuguesa	4				**80**	**60**
Matemática	2				**40**	**30**
Subtotal de carga-horária do núcleo fundamental	6	0	0	0	**120**	**90**
Núcleo Articulador						
Informática*	3				**60**	**45**
Desenho Técnico	3				**60**	**45**
Desenho Mecânico		3			**60**	**45**
Gestão Organizacional	2				**40**	**30**
Segurança do Trabalho			2		**40**	**30**
Subtotal de carga horária do núcleo articulador						
Núcleo Tecnológico						
Ciências dos Materiais	3	2			**60**	**45**
Mecânica dos Fluidos	2	3			**40**	**30**
Tecnologia Mecânica I	2	3			**40**	**30**
Tecnologia Mecânica II		3			**40**	**30**
Metalografia e Metrologia		3			**60**	**45**
Eletricidade Básica		3			**60**	**45**
Tubulações Industriais		2			**60**	**45**
Resistência dos Materiais		3			**60**	**45**
Mecânica Automotiva		3			**60**	**45**
Elementos de Máquinas			3		**60**	**45**
Sistemas Térmicos			4		**80**	**60**
Prática de Oficina Mecânica I			8	8	**160**	**120**
Hidráulica e Pneumática I			3	3	**60**	**45**
Prática de Oficina Mecânica II				2	**160**	**120**
Hidráulica e Pneumática II				4	**60**	**45**
Manutenção Mecânica				3	**40**	**30**
Instrumentação Industrial e CLP				8	**80**	**60**
Comando Numérico Computadorizado - CNC				3	**60**	**45**
Subtotal de carga-horária do Núcleo Tecnológico	*7*	*17*	*18*	*20*	**1.240**	**930**
Total da carga horária da disciplina	***21***	***20***	***20***	***20***	**1.620**	**1.215**

PRÁTICA PROFISSIONAL						
Desenvolvimento de Projeto Integrador		60			80	60
Estágio Curricular Supervisionado			340		453	340
Total de carga horária profissional	*0*	*60*	*340*	*0*	533	400
SEMINÁRIOS CURRICULARES (obrigatórios)						
Seminário de Integração Acadêmica (semana de integração	*10*				13	10
Seminário de Iniciação à Pesquisa e à Extensão		*30*			40	30
Seminário de Orientação para a Prática Profissional			*15*	*15*	40	30
Seminário de Filosofia, Ciência e Tecnologia				*10*	13	10
Seminário de Sociologia do Trabalho				*10*	13	10
Seminário de Qualidade de Vida e Trabalho			*10*		13	10
Total de carga-horária dos Seminários Curriculares	*10*	*30*	*15*	*35*	132	100
Total de carga horária do curso					2.286	1.715

Observação: A hora-aula considerada possui 45 minutos.

Fonte: PPC do Curso Técnico de Nível Médio Subsequente em Mecânica do IFRN Campus Mossoró (INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO RIO GRANDE DO NORTE, 2012. Acesso em 14. Ago.2015)

ANEXO B – QUANTIFICAÇÃO DESCRIÇÃO DAS INSTALAÇÕES NECESSÁRIAS AO FUNCIONAMENTO DO CURSO

Qtde.	Espaço Físico	Descrição
08	Salas de Aula	Com 40 carteiras, condicionador de ar, disponibilidade para utilização de computador e projetor de multimídia.
01	Sala de Audiovisual ou Projeções	Com 60 carteiras projetor multimídia, computador, televisor e DVD player.
01	Sala de videoconferência	Com 40 carteiras, equipamento de vídeo conferência, computador e televisor
01	Auditório	Com 100 lugares, projetor multimídia, computador sistema de caixas acústicas e microfones.
01	Biblioteca	Com espaço para estudo individual e em grupo e acervo bibliográfico e de multimídia específico.
01	Laboratório de Informática	Com 20 máquinas, softwares e projetor multimídia.
01	Laboratório de Línguas estrangeiras	Com 40 carteiras, projetor multimídia, computador, televisor, DVD player e equipamentos de som amplificado.
01	Laboratório de Biologia	Com bancadas de trabalho, equipamentos e materiais específicos.
01	Laboratório de Química	Com bancadas de trabalho, equipamentos e materiais específicos.
01	Laboratório de Física	Com bancadas de trabalho, equipamentos e materiais específicos.
01	Laboratório de Matemática	Com bancadas de trabalho, equipamentos e materiais específicos.
01	Laboratório de Estudos de informática	Com computadores, para o apoio ao desenvolvimento do trabalho com alunos
01	Laboratório de Usinagem	Com bancadas de trabalho, equipamentos e materiais específicos.
01	Laboratório de solda elétrica	Com bancadas de trabalho, equipamentos e materiais específicos.
01	Laboratório de solda oxi-acetilênica	Com bancadas de trabalho, equipamentos e materiais específicos.
01	Laboratório de CNC	Com bancadas de trabalho, equipamentos e materiais específicos.
01	Laboratório de metrologia dimensional	Com bancadas de trabalho, equipamentos e materiais específicos.
01	Laboratório de ensaios mecânicos e Metalografia	Com bancadas de trabalho, equipamentos e materiais específicos.
01	Laboratório de mecânica automotiva	Com bancadas de trabalho, equipamentos e materiais específicos.
01	Laboratório de máquinas Hidráulicas e Pneumáticas	Com bancadas de trabalho, equipamentos e materiais específicos.
01	Laboratório de Instrumentação Industrial	Com bancadas de trabalho, equipamentos e materiais específicos.
01	Laboratório de CLP (controle e lógico programáveis)	Com bancadas de trabalho, equipamentos e materiais específicos.
01	Laboratório de Eletricidade e Medidas Elétricas	Com bancadas de trabalho, equipamentos e materiais específicos.

Fonte: PPC do Curso Técnico de Nível Médio Subsequente em Mecânica do IFRN Campus Mossoró (INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO RIO GRANDE DO NORTE, 2012. Acesso em 14. Ago.2015).

ANEXO C – PESSOAL DOCENTE NECESSÁRIO AO FUNCIONAMENTO DO CURSO

Descrição	Qtde.
Formação Geral e Parte Diversificada	
Professor com licenciatura plena em Matemática	01
Professor com licenciatura plena em Física	01
Professor com licenciatura plena em Química	01
Professor com licenciatura plena em Biologia	01
Professor com licenciatura plena em Língua Portuguesa	01
Professor com licenciatura plena em Língua Inglesa	01
Professor com licenciatura plena em Língua Espanhola e /ou Francês	01
Professor com licenciatura plena em História	01
Professor com licenciatura plena em Geografia	01
Professor com licenciatura plena em Sociologia	01
Professor com licenciatura plena em Filosofia	01
Professor com licenciatura plena em Artes	01
Professor com licenciatura plena em Educação Física	01
Professor com graduação na área de Informática	01
Professor com graduação na área de Administração	01
Formação Profissional	
Professor com graduação em Engenharia Mecânica	06
Professor com graduação em Engenharia Elétrica	01
Total de professores necessários	**21**

Fonte: PPC do Curso Técnico de Nível Médio Subsequente em Mecânica do IFRN Campus Mossoró (INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO RIO GRANDE DO NORTE,2012. Acesso em 14. Ago.2015)

ANEXO D – PESSOAL TÉCNICO-ADMINISTRATIVO NECESSÁRIO AO FUNCIONAMENTO DO CURSO

Descrição	Qtde.
Apoio Técnico	
Profissional de nível superior na área de Pedagogia, para assessoria técnica no que diz respeito às políticas educacionais da instituição, acompanhamento didático pedagógico do processo de ensino aprendizagem e em processos avaliativos. Trabalho realizado coletivamente entre gestores e professores do curso.	01
Profissionais de nível médio/intermediário na área de Ciências para manter, organizar e definir demandas dos laboratórios de apoio ao curso.	01
Profissionais de nível médio/intermediário na área de informática para manter, organizar e definir demandas dos laboratórios de apoio ao curso.	01
Profissionais de nível médio/intermediário na área de Mecânica para manter, organizar e definir demandas dos laboratórios de apoio ao curso.	01
Apoio Administrativo	
Profissionais de nível médio/intermediário para prover a organização e o apoio administrativo da secretaria do Curso.	01
Total de técnicos-administrativos necessários	05

Fonte: PPC do Curso Técnico de Nível Médio Subsequente em Mecânica do IFRN Campus Mossoró (INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO RIO GRANDE DO NORTE, 2012. Acesso em 14. Ago.2015)